

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FCS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
NÍVEL MESTRADO

ANA CAROLINA SILVA RAMOS E SILVA

A FRENTE NACIONAL E OS LIMITES À DEMOCRACIA NA COLÔMBIA
(1958-1974)

GOIÂNIA
2011

ANA CAROLINA SILVA RAMOS E SILVA

A FRENTE NACIONAL E OS LIMITES À DEMOCRACIA NA COLÔMBIA (1958-1974)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Goiás (UFG).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Paiva Ferreira

Goiânia
2011

ANA CAROLINA SILVA RAMOS E SILVA

A FRENTE NACIONAL E OS LIMITES À DEMOCRACIA NA COLÔMBIA (1958-1974)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Goiás (UFG).

Aprovada em 22/06/2011

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Denise Paiva Ferreira (Orientadora) - Faculdade de Ciências Sociais - UFG

Prof^a Dr^a Libertad Borges Bittencourt - Faculdade de História - UFG

Prof^a Dr^a Heloísa Dias Bezerra - Faculdade de Ciências Sociais - UFG

Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges (Suplente) - Faculdade de Ciências Sociais – UFG

***Dedico este trabalho a Ricardo Rodrigues
Alves de Lima: meu Centro e meu Norte.***

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer minha orientadora Prof^a. Dr^a. Denise Paiva Ferreira, pela sua dedicação e seriedade durante todo o percurso de elaboração do trabalho, pelos debates sobre o tema, pelas correções valiosas, por ter aceitado e respeitado meu ponto de vista e principalmente pela possibilidade de visualizar meu objeto com mais objetividade.

Embora já tenha dedicado este trabalho a Ricardo, meu companheiro, agradeço mais uma vez pela sua paciência e apoio, sem os quais esta dissertação não seria viável.

Ao Prof. Roberto Lima, pelas suas excelentes aulas das quais tive o privilégio de participar como aluna especial em 2008 e que influenciaram significativamente na minha decisão em fazer o mestrado na UFG.

Aos amigos Glauber, Rogério, Adriana e Patrícia que me acompanharam por toda a trajetória do mestrado.

Aos amigos da “ala vermelha” Mariana e Matheus, pelo companheirismo e pelos ricos debates.

Agradeço a Daisy, por sua eficiência e paciência, por resolver com toda a cordialidade as pendências burocráticas que só ela entende.

Ao Prof. José Ramón Llanos, meu “orientador” colombiano. Por ter me recebido com tanto carinho em Bogotá, pelos debates, pela disponibilidade em me auxiliar, enfim, peça chave e indispensável para a elaboração desta produção científica.

A Carlos Lozano, advogado, jornalista e cientista político colombiano, por abrir as portas do escritório do periódico *Voz* e do Partido Comunista Colombiano, nos quais exerce o cargo de direção, locais onde passei boa parte do tempo em Bogotá

A Álvaro Vázques, dirigente histórico do Partido Comunista Colombiano, que no auge de seus 80 anos preserva uma lucidez inquestionável sobre os acontecimentos históricos colombianos. Registro aqui minha gratidão pelo seu auxílio.

A todos os membros da Juventude Comunista da Colômbia (JUCO).

Às amigas colombianas Pilar Bermúdez e Adriana, por estarem sempre presentes durante a pesquisa de campo em Bogotá e terem prestado todo o auxílio necessário, inclusive em momentos bastante delicados.

“Y el miedo es la madre de la violencia”.
(Guerrilheiro colombiano)

RESUMO

O estudo pretende analisar as instituições políticas colombianas durante o período de vigência da Frente Nacional (1958-1974) – governo de coalizão composto pelos partidos Liberal e Conservador – no intuito de avaliar se o modelo de democracia no país caminhava rumo à uma abertura democrática, como sustenta autores como Pécaut (2010) e Dahl (2005) ou à um tipo particular denominado *democracia restringida*, como sustenta Jiménez (2009). Por meio desta análise torna-se possível, conforme a hipótese aqui sustentada, obter uma variável explicativa importante a respeito da origem e permanência do conflito armado na Colômbia. Desta forma, no decorrer da pesquisa um dos instrumentos fundamentais para a análise das instituições políticas colombianas foram os dados eleitorais, que permitiram avaliar o grau de consenso obtido pelos presidentes da Frente Nacional junto à sociedade civil. Outro dado de grande relevância foi a análise da sistemática decretação de estado de sítio no país, o que em última instância demonstrou a necessidade do Estado em utilizar métodos repressivos para impor o consenso à oposição. Por fim analisa-se como os métodos arbitrários utilizados pelo Estado para manter o governo de coalizão no poder repercutiram no modelo organizativo dos movimentos de protesto, cuja radicalização de muitos deles deu origem às guerrilhas colombianas que persistem até a atualidade.

Palavras-Chave: Instituições. Democracia. Colômbia. Governo de Coalizão.

ABSTRACT

This study examines the role of political institutions in Colombia during the term of the National Front (1958-1974) - a coalition government composed of the Liberal and Conservative parties - in order to assess whether the model of democracy in the country walked towards democratic openness, according to the arguments of authors such as Pécaut (2010) and Dahl (2005), or a particular type called *democracia restringida*, as advocated by Jimenez (2009). This analysis is considered an important explanatory variable regarding the origin and permanence of the armed conflict in Colombia. Thus, during the research a fundamental tool for the analysis of political institutions were the Colombian electoral data, which allowed us to evaluate the degree of consensus, reached by the presidents of the National Front with civil society. Another fact of great importance was the analysis of systematic state of emergency declarations in the country, which ultimately demonstrated the need for the state to use repressive methods in order to impose its domination on the opposition. Finally the study analyses how the arbitrary methods used by governments to keep the coalition government in power reflected in the organizational model of the protest movement whose radicalization of many of them culminated in the Colombian *guerrillas* that persist until nowadays.

Key words: Institutions. Democracy. Colombia. Coalition Government.

LISTA DE SIGLAS

ANAPO – Alianza Nacional Popular
APEN – Asociación Patronal Económica Nacional
ANUC – Asociación de los Usurarios Campesinos
CSTC – Confederación Sindical de Trabajadores de Colombia
CTC – Confederación de Trabajadores de Colombia
DAS – Departamento Administrativo de Seguridad
ELN – Ejército de Liberación Nacional
EPL – Ejército Popular de Liberación
FANAL - Federación Agraria Nacional
FARC – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia
FARC-EP – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo
FECODE – Federación Colombiana de Educadores
FEDETOL – Federación de Trabajadores del Tolima
FN – Frente Nacional
FUAR – Fuerzas Unidas de Acción Revolucionaria
FUNAC – Fuerza Nacional Anticomunista
INCORA – Instituto Colombiano de Reforma Agraria
M-19 – Movimiento 19 de abril
MOEC – Movimiento Obrero Estudiantil Campesino 7 de enero
MOIR – Movimiento Obrero Independiente y Revolucionario
MRL – Movimiento Revolucionario Liberal
PCC – Partido Comunista Colombiano
PC- ML – Partido Comunista – Marxista-Leninista
SAC – Sociedad de Agricultores Colombianos
UNIR – Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria
UNO – Unión Nacional de Oposición
USO – Unión Sindical Obrera
UTC – Unión de Trabajadores de Colombia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
1.1 Robert Dahl: Transição Para a Poliarquia.....	15
1.2 Barrington Moore Jr.: os Caminhos Para a Ditadura e Para a Democracia.....	19
1.3 Gramsci: Bloco Histórico, Cesarismo de Coalizão e Transformismo.....	21
1.4 Procedimentos Metodológicos e Fontes.....	28
2 ANTECEDENTES DA FRENTE NACIONAL.....	30
3 OS GOVERNOS DE COALIZÃO DA FRENTE NACIONAL (1958-1974).....	40
3.1 Alberto Lleras Camargo (1958-1962).....	46
3.2 Guillermo León Valencia (1962-1966).....	54
3.3 Carlos Lleras Restrepo (1966-1970).....	57
3.4 Misael Pastrana Borrero (1970-1974).....	62
4. CONTESTAÇÃO AO <i>ESTABLISHMENT</i> , ESTADO DE SÍTIO E REPRESSÃO....	65
4.1 O Movimento Grevista.....	65
4.2 O Movimento Estudantil.....	70
4.3 A Questão Agrária.....	72
4.4 A Resposta do Estado.....	78
4.4.1 Marquetalia e o Mito das Repúblicas Independentes.....	93
4.5 Da Oposição Legal à Luta Armada.....	96
5 OS LIMITES DA COALIZÃO: NEM POLIARQUIA, NEM TRANSFORMISMO.	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	115
ANEXOS.....	121

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe uma análise situada no campo da Sociologia Política, do período de vigência da Frente Nacional na Colômbia¹ (1958-1974) que interprete as características do sistema político colombiano pelo ângulo da relação entre sociedade civil e Estado. No que se refere ao Estado, o foco da pesquisa reside na coalizão composta pelos partidos tradicionais colombianos: Liberal e Conservador. Com relação à sociedade civil o estudo privilegia a ação dos atores que pressionaram pela abertura do sistema político.

Quanto à relevância da pesquisa, dado aos desafios postos à democracia na Colômbia atual, país que ainda é marcado por tensões envolvendo Estado, paramilitares e guerrilhas, torna-se fundamental uma análise que busque identificar as principais características de seu sistema político que ajudariam compreender a origem e a permanência do conflito armado no país. Neste sentido chama a atenção o fato de pesquisadores do tema, os quais de reconhecido mérito acadêmico em âmbito internacional, como Daniel Pécaut, buscarem a compreensão do fenômeno exatamente a partir de uma caracterização inicial do que foi a Frente Nacional, chegando a qualificá-la como um sistema aberto e não autoritário. Tal afirmação se faz evidente por meio da fala do intelectual francês no Instituto FHC em 1 de julho de 2010, durante conferência ocorrida em ocasião do lançamento de seu livro intitulado *FARC: guerrillas sin fin o sin fines* (2008). De acordo com a Pécaut (2010):

Não é óbvio que haja uma continuidade da violência dos anos 1950 e os fenômenos recentes, apesar de que o núcleo fundador das Farc venha da anterior violência e de que Marulanda ingressou nas guerrilhas no ano de 1951, muito antes da criação das Farc. No entanto, as diferenças entre a violência dos anos 1950 e os fenômenos atuais são muito grandes. Entre as diferenças está o fato de que nos anos 50 foi uma guerra civil entre dois partidos, duas culturas partidárias que realmente já não têm impacto nos últimos anos. Segundo ponto, muito facilmente há a visão de que a existência de guerrilhas se explica pelo fato de que a Colômbia manteve um sistema político bastante fechado. Digo que há que matizar muito a informação, pois apesar das lutas políticas dos anos 1950 serem lutas extremas, a Frente Nacional a partir do ano 1958 é um sistema bastante aberto, de muita expressão, no qual a oposição tem espaços, o Partido Comunista inclusive sob a etiqueta do Partido Liberal participa nas eleições, tem alguns representantes. Não é um sistema que se possa qualificar como autoritário. O que se considera como sintoma de autoritarismo é o fato de que a oposição política a partir de certa data, a partir dos anos 70, nunca conseguiu obter mais de 3 ou 4% dos votos².

¹ Para mapa da divisão político-administrativa da Colômbia consultar ANEXO A.

² PÉCAUT, D. **Conferência Las FARC: .Una guerrilla, sin fin?** [1 jul. 2010] In: Las FARC. Una guerrilla, sin fin? São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/VideotecaDetalhes.aspx?IdRegistro=18>>. Acesso em: 27 set. 2010.

A visão de Pécaut com relação à Frente Nacional, qualificando-a como sistema aberto e não autoritário, vai ao encontro, por exemplo, de um relato dado por Arango e Moreno (1980) sobre a visita do presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos à Colômbia, Dr. Justino de Arechaga, durante uma viagem pela América Latina, em 1973, para investigar o cumprimento dos Direitos Humanos no continente. Nesta ocasião declarou que: “Colômbia nos esta dando un espectáculo de equilibrio democrático (ARANGO e MORENO, 1980, p. 2).

Seguindo essa mesma linha, outro autor de referência para este estudo, Robert Dahl, qualifica o sistema político colombiano do período da Frente Nacional como uma quase poliarquia:

A lista de quase poliarquias [...] inclui também Colômbia e Venezuela, onde, apesar de **violências esporádicas**, as instituições da poliarquia emergiram plenamente durante os anos 60. Durante todo esse período, a Colômbia esteve funcionando sob uma emenda constitucional (prevista para expirar em 1975) que impunha limitações à competição partidária em eleições (DAHL, 2005, p. 226, grifo nosso).

Embora reconhecesse que a conversão do sistema político colombiano de uma quase poliarquia para poliarquia fosse algo incerto, Dahl (2005) não deixou de lançar um olhar otimista sobre as instituições da Frente Nacional, fazendo referência à ocorrência apenas de violências esporádicas durante sua vigência. No entanto, e aqui precisamente ganha sentido e importância científica a pesquisa realizada, a análise dos dados históricos sobre os conflitos políticos e sociais na Colômbia, assim como a leitura da obra de autores colombianos que pesquisaram o sistema político de seu país, revela outro ângulo das relações Estado-sociedade civil sob a vigência da Frente Nacional. Jiménez (2009, p. 79) afirma que:

Claro está que los problemas de gobernabilidad también se manifiestan en la estrechez del espacio político, las pocas posibilidades de participar en la contienda democrática, lo que confirma el carácter restringido de la democracia colombiana. Por lo que va en contravía de la tesis de Robert Dahl cuando expone que en Colombia se practica una poliarquia, por las condiciones de libre elección, participación, estructura del orden estatal y político, entre otros.

Conforme observado na citação, de sistema aberto e quase poliárquico, o conjunto das instituições políticas colombianas passa a ser conceituado como *democracia restringida*³. Neste sentido, o estudo apresentado propõe o desafio de abordar a Frente Nacional a partir da análise das instituições políticas que lhe foram próprias e de como estas responderam aos problemas postos à sociedade colombiana na época, no intuito de avaliar se o modelo de democracia no país caminhava de fato rumo a uma abertura democrática (Pécaut, 2010), a uma poliarquia (Dahl, 2005) ou a uma forma de *democracia restringida* (Jímenez, 2009). Esta problemática adquire relevância à medida em que por meio dela abre-se a possibilidade de avaliar se os métodos de análise propostos pela ciência política anglo-americana (aqui representada por Dahl), pela sociologia da modernização (Moore Jr.) e pela ciência política marxista (aqui representada por Gramsci) são suficientes e adequados para interpretar e conceituar a particularidade das instituições políticas colombianas. Por outro lado, ao serem desvendadas as características político-institucionais do período de vigência da Frente Nacional, tem-se conforme a perspectiva aqui sustentada, uma variável explicativa fundamental a respeito da origem e permanência do conflito armado na Colômbia.

Para isso, esta dissertação está organizada em cinco capítulos. No capítulo 1 são demonstradas as perspectivas teóricas que serviram como base analítica e conceitual a serem questionadas no presente estudo, assim como a metodologia e as técnicas de pesquisa utilizadas para a elaboração do texto. No capítulo 2 realiza-se uma sucinta reconstrução do que foi a Violência na Colômbia, período em que se exacerbaram as tensões entre liberais e conservadores levando à formação das guerrilhas camponesas. No mesmo é abordado um dos únicos momentos da história colombiana que esteve sob a direção de um regime militar comandado pelo general Rojas Pinilla (1953-1957) que antecedeu a Frente Nacional.

No capítulo 3 analisam-se os acordos que levaram à fundação da Frente Nacional, regime de coalizão entre os partidos Liberal e Conservador cujo objetivo inicial foi restabelecer a governabilidade no país e garantir o consenso entre as classes dirigentes. Nesta seção também foram analisadas as legislaturas dos quatro presidentes da Frente Nacional, buscando mapear o grau de consenso obtido por cada um deles em seus respectivos mandatos. O capítulo 4, central para o estudo aqui proposto, demonstra os desafios ao sistema de coalizão postos pelos movimentos sociais (grevista, estudantil e agrário). Nele também é feito um levantamento dos

³ Cabe salientar que este termo utilizado por Jímenez (2009) foi empregado anteriormente como categoria analítica por outros intelectuais colombianos como Leongómez e Uruburu (1981) e Hernández (1983). Conforme Leongómez e Uruburu (1981, p. 3) a *democracia restringida* é: “Un modelo gubernamental que posibilitando un limitado ‘juego democrático’ conserva al mismo tiempo elementos de control autoritario sobre las organizaciones políticas de oposición y el movimiento obrero y popular em general”.

principais atos repressivos contra os movimentos de contestação e as medidas adotadas pelo Estado no sentido de responder às pressões e demandas dos atores políticos, analisando as repercussões da sistemática decretação de estado de sítio. Em seguida, privilegiando o ângulo de análise dos atores situados na esquerda colombiana (Partido Comunista Colombiano e atores armados), caracterizam-se os principais movimentos que pressionaram o sistema de coalizão no sentido de democratizá-lo. No capítulo 5, retomando as indicações teóricas e conceituais dos autores que serviram como base para o estudo, busca-se demonstrar os limites da democracia colombiana cuja repercussão incidiu no modelo organizativo dos movimentos de protesto.

1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 Robert Dahl: Transição Para a Poliarquia

Em sua obra *Poliarquia* (2005), Robert Dahl realizou um aprofundado esforço teórico no intuito de desvendar quais condições favorecem ou impedem o desenvolvimento de uma poliarquia – conceito chave em sua obra. O autor fez a ressalva que utilizou este termo por não localizar no mundo real nenhum sistema plenamente democrático, portanto, as poliarquias seriam regimes que não alcançaram plenamente a democratização. Nas palavras do próprio autor:

[...], e como (no meu entender) nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado, prefiro chamar os sistemas mundiais reais [...] de poliarquias. As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública (DAHL, 2005, p. 31).

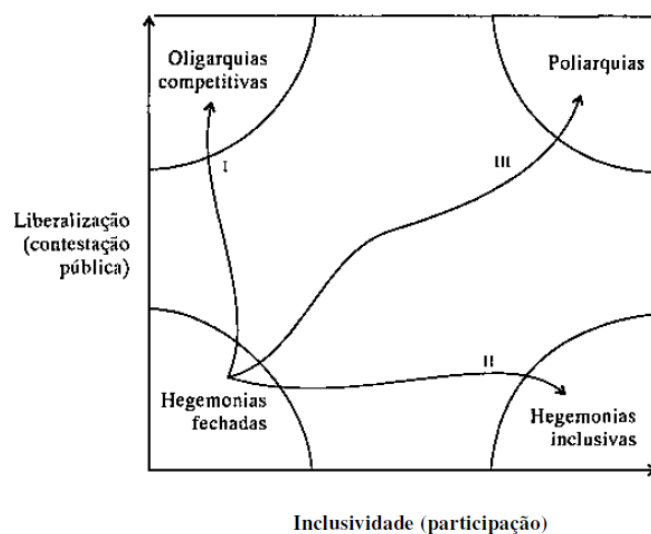
Em sua perspectiva, um sistema estritamente democrático teria como principais elementos o amplo desenvolvimento da contestação pública e da participação política, ou seja, “um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os cidadãos” (DAHL, 2005, p. 26). Para identificar um governo como responsivo, Dahl elaborou três definições axiomáticas que expressam os pressupostos para a democratização. Seriam três as oportunidades plenas que um governo responsivo deve dar aos seus cidadãos: 1) de formular suas preferências; 2) de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva, 3) de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência (DAHL, 2005, p. 26).

Apesar de Dahl ter mencionado estas três condições como indispensáveis para a democracia, ressaltou que não são suficientes para seu pleno desenvolvimento e manutenção. Sendo assim, o autor acrescentou outras duas condições ou dimensões para a democratização:

contestação pública e direito de participação. Partindo-se de tais definições, tem-se um parâmetro teórico para empreender uma análise entre regimes segundo a amplitude da oposição, da contestação pública ou da competição política. A presença ou não do sufrágio universal em um determinado país seria o exemplo de uma variante para se analisar o estágio de democratização do mesmo. O autor exemplifica como se combinam as variáveis propostas para a análise de uma determinada situação de poder:

Um país com sufrágio universal e com um governo totalmente repressivo certamente proporcionaria menos oportunidades a oposições do que um país com um sufrágio limitado, mas com governo fortemente tolerante. Conseqüentemente, quando os países são classificados exclusivamente de acordo com sua capacidade de inclusão sem levar em conta as circunstâncias ambientes, os resultados são anômalos. No entanto, desde que tenhamos em mente o fato de que a abrangência do “sufrágio”, ou mais genericamente, de que o direito de participar indica apenas *uma* característica dos sistemas, característica essa que só pode ser interpretada no contexto de outras, ela é útil para distinguir regimes por sua capacidade de inclusão (DAHL, 2005, p. 29).

Dahl elaborou um gráfico para formular a tipologia de regimes em que o eixo (x) representou a inclusividade e o eixo (y) representou o direito à contestação pública. Foram quatro os tipos de regimes expostos por Dahl nesta tipologia: 1) hegemonia fechada, onde não há nenhum tipo de participação e nenhum direito à contestação pública; 2) oligarquia competitiva: onde há contestação pública e não há participação, marcada por uma maior liberalização; 3) hegemonia inclusiva, onde não há contestação pública, mas há participação, marcada por uma maior popularização; 4) poliarquia, onde a contestação pública e a participação são plenas, marcada por maior grau de democratização.



Fonte: DAHL (2008, p. 30)

Depois de elaborar este gráfico, o autor desmembrou sua questão inicial, já citada acima, em três: a) que condições aumentam ou diminuem as chances de democratização de um regime hegemônico?; b) que fatores aumentam ou diminuem as chances de contestação pública?; c) que fatores aumentam ou diminuem as chances de contestação pública num regime fortemente inclusivo, numa poliarquia?

Analisando os processos históricos concretos de democratização, o autor buscou contextualizar o seu modelo teórico. Considerou que no ocidente, o século XIX foi caracterizado pela transformação de hegemonias e oligarquias em quase poliarquias. Na Europa, o período que abrangeu o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial foi marcado pela transformação de quase poliarquias em poliarquias plenas. Já o período seguido da crise de 1929, quando emergiu o chamado Estado de Bem-Estar Social, foi o que apresentou o maior índice de poliarquias plenas. Por meio dos processos históricos analisados três seriam os caminhos possíveis para o movimento de uma hegemonia fechada para uma poliarquia: a) da hegemonia fechada para a oligarquia competitiva e depois para a poliarquia; b) da hegemonia fechada para a hegemonia inclusiva para a poliarquia; c) da hegemonia fechada para a poliarquia.

No primeiro caso a liberalização precede a inclusividade com o aumento da contestação pública caminhando para a oligarquia competitiva. Esta por sua vez, transforma-se em poliarquia pelo crescimento da inclusividade (Inglaterra e Suécia). No segundo caso, a inclusividade precede a liberalização, a hegemonia fechada torna-se inclusiva transformando-

se em poliarquia pelo aumento da contestação pública como a Alemanha durante o Império até a República de Weimar. No terceiro caso há uma espécie de atalho em que a hegemonia fechada é abruptamente transformada em poliarquia por uma repentina concessão de sufrágio universal e direito de contestação, neste caso o exemplo mencionado é a França.

O autor sugeriu, portanto, duas possibilidades de transição de um sistema de governo fechado para uma poliarquia. A primeira seria a forma lenta e gradual, ou seja, através de processos lentos. A segunda seria a via revolucionária com a derrubada da hegemonia existente. Para o autor a via que favoreceria a inauguração e manutenção da poliarquia seria a primeira:

1. O processo de inauguração mais auspicioso para uma poliarquia é o que transforma formas e estruturas hegemônicas legítimas nas formas e estruturas adequadas à competição [...]
2. O processo inaugural mais passível de levar a este resultado é a evolução pacífica no interior de um Estado-nação independente ou de uma nação quase-independente que alcance a independência sem um movimento de independência nacional.
3. O processo de inauguração menos auspicioso para uma poliarquia é o que deixa um grande segmento do corpo de cidadãos contrário à legitimidade da política competitiva.
4. Este resultado é provável quando uma poliarquia é inaugurada por uma guerra civil ou revolução (DAHL, 2005, p. 62).

Porém, o que possibilitaria esta transição lenta e gradual a qual o autor considera a mais favorável para uma poliarquia? Limongi (2005) em seu prefácio à Poliarquia (2005), expressou que um dos elementos indispensáveis é o pluralismo societal, pois em sociedades plurais, os conflitos seriam neutralizados pela não preponderância de nenhum grupo social sobre outros. Ainda de acordo com Limongi (2005, p. 19) “Dahl e a escola pluralista a que ele se filia creditam a preservação da liberdade política à sobrevivência e à contraposição de inúmeros poderes sociais independentes” (LIMONGI, 2005, p. 19). Outro fator determinante seria a análise da relação custo/benefício feita pelos atores políticos. Nela pode-se verificar a viabilidade ou não de se tolerar ou reprimir adversários, assim como assumir ou não meios revolucionários para a conquista do poder. Portanto:

O ponto de partida dessa formulação é a premissa de que todo e qualquer grupo político prefere reprimir a tolerar seus adversários. A questão está em saber se tem forças para tanto, se é vantajoso fazê-lo. A oposição será tolerada pela situação quando para esta última for menos custoso fazê-lo do que aceitar o risco de perder o poder para a primeira em eleições livres. Da mesma forma, a oposição aceita participar da competição eleitoral quando esta opção lhe for menos custosa do que a conquista do

poder por meios revolucionários. Nesses termos, como já comentado, a democracia sustenta-se a partir de um equilíbrio de forças, isto é, quando nenhum grupo social está em condições de eliminar os demais. Sobretudo, é fruto de um cálculo de atores políticos inseridos em uma relação estratégica (LIMONGI, 2005, p. 21).

Embora Limongi tenha sublinhado a importância da noção de pluralismo na obra de Dahl, fez a ressalva de que não foi aprofundada, deixando uma lacuna sobre “os métodos que permitem mensurar o grau de pluralismo societal” (LIMONGI, 2005, p. 20) principalmente no que tange à relação hegemonia-pluralismo. Para além desta crítica, cabe indagar se a metodologia de análise proposta por Dahl (2005) decifra a realidade institucional colombiana, especialmente quando por seus métodos classificou-a, durante o período de vigência da Frente Nacional, como uma quase poliarquia. Esta indagação será retomada no decorrer do estudo.

1.2 Barrington Moore Jr.: os Caminhos Para a Ditadura e Para a Democracia

Outra referência teórico-metodológica pertinente ao tema em questão foi aquela elaborada por Barrington Moore Jr., especialmente em sua obra *As origens sociais da ditadura e da democracia*, publicada pela primeira vez em 1967. Nela o autor fez uma erudita abordagem sobre os diferentes caminhos de modernização e seus resultados institucionais nos mais influentes países no cenário político mundial do século XX: a democracia parlamentar (EUA, Inglaterra e França), o nazi-fascismo (Alemanha e Japão) e o comunismo (Rússia e China). Em especial, Moore Jr. procurou explicar os diferentes papéis políticos exercidos pelas aristocracias latifundiárias e os camponeses no curso do processo que transformou sociedades agrárias em sociedades industriais modernas. Neste sentido, seu estudo histórico-sociológico trouxe uma interessante contribuição para a análise das condições históricas que permitiram a um desses grupos sociais, ou mesmo a ambos, constituir democracias parlamentares ou ditaduras de direita ou de esquerda. É importante ressaltar que na época em que produziu este estudo, Moore Jr. buscava por meio destes exemplos históricos, fornecer provas contrárias à ideia de que o simples desenvolvimento econômico seria responsável pela transição de uma sociedade de base agrária para uma sociedade capitalista industrial, o que implicaria automaticamente na constituição de um regime político democrático. Assim:

Houve uma época, num passado ainda recente, em que muitos pensadores inteligentes acreditavam que existia apenas uma estrada principal que conduzia ao mundo da sociedade industrial moderna, a estrada que levava ao capitalismo e à democracia política. A experiência dos últimos cinquenta anos fez explodir esta noção, embora ainda permaneçam fortes traços de uma concepção unilinear, não só na teoria marxista, mas também em alguns autores ocidentais que se ocupam do desenvolvimento econômico. A democracia ocidental é apenas um dos caminhos, tendo resultado de circunstâncias históricas específicas (MOORE Jr., 1983, p. 161).

Para o autor, nos casos em que houve a combinação entre capitalismo e democracia política (EUA, França e Inglaterra), a circunstância histórica fundamental foi a ocorrência de revoluções que deslocaram as elites agrárias da sua antiga condição de dominação e impediram que elas se adequassem à nova ordem da sociedade industrial capitalista. Porém, como Moore Jr. (1983, p. 161) deixou explícito em seu estudo, outros caminhos também se realizaram:

[...] se tomarmos a sétima década do século XX como ponto de observação, continuando a compreender que, tal como todos os pontos de observação histórica, é arbitrariamente imposto, emerge a verdade parcial de que a modernização não democrática, e mesmo anti-democrática, também funciona.

Para a presente pesquisa este último caso tem especial interesse, posto que Moore Jr. forneceu exemplos históricos concretos, como Alemanha e Japão, nos quais houve a superação da condição de atraso histórico em relação aos países que se adiantaram na modernização capitalista, embora sem converterem o desenvolvimento alcançado em institucionalização e consolidação da democracia. Esses são os casos que Moore Jr. (1983, p. 430) caracterizou como “modernização conservadora através de uma revolução vinda de cima”, ou seja, realizada pelo Estado. Nesses casos não houve a ruptura com as formas de dominação vindas do passado agrário, sendo que as classes dominantes agrárias tradicionais encarregaram-se de liderar e viabilizar um projeto modernizante para o país. O não rompimento com essas classes oriundas do mundo agrário seria o fator que explicaria a ausência de um regime democrático nesses países. Conforme Moore Jr. (1983, p. 422-423):

A domesticação do setor agrário foi uma característica decisiva de todo processo histórico que produziu essa sociedade [sociedade liberal moderna]. Era tão importante como o mais conhecido sistema de disciplinar a classe trabalhadora e, evidentemente, estava estritamente ligado a ele. Na verdade, a experiência inglesa tenta-nos a dizer que a destruição da agricultura como atividade social importante constitui um pré-

requisito para uma democracia bem-sucedida. A principal hegemonia da classe superior proprietária tem de ser quebrada ou transformada.

Por um lado é importante ressaltar que na modernização conservadora, conforme a concepção de Moore Jr. (1983, p. 432), o Estado acabou executando “muitas das tarefas realizadas noutros países, com a ajuda de uma revolução vinda de baixo”. Por outro lado, essas observações têm importância para a pesquisa realizada por se considerar, ainda que inicialmente como um raciocínio hipotético, que na Colômbia o modelo de transição adotado - por escolha das próprias elites políticas - foi justamente o que abortou as “revoluções vindas de baixo” e que poderiam resultar em um regime democrático (questão que será abordada no decorrer do estudo).

1.3 Gramsci: Bloco Histórico, Cesarismo de Coalizão e Transformismo

As categorias gramscianas desenvolvidas, sobretudo, nos *Cadernos do Cárcere*, como cesarismo, bloco histórico e transformismo, compõem o terceiro eixo teórico-metodológico utilizado para a compreensão do problema da pesquisa aqui analisado.

Algumas ressalvas iniciais devem ser feitas, dada a particularidade da obra de Gramsci, produzida no cárcere, a qual foi realizada em condições extremamente difíceis e com um caráter não sistemático, tendo em vista que o autor constantemente retomava e enriquecia os conceitos propostos a partir das novas situações que analisava. Este último aspecto é um indicativo de que as elaborações gramscianas possuem uma organicidade entre si, ou seja, uma categoria não pode ser desvinculada mecanicamente da outra. Por exemplo, formulações como de bloco histórico estão intimamente ligadas ao conceito de hegemonia, assim como de sociedade civil e Estado somente são entendidas se percebidas na composição de uma totalidade político-social.

Cabe aqui mencionar que o uso dos conceitos de Estado e sociedade civil no presente trabalho buscou incorporar a distinção feita por Gramsci. Em primeiro lugar incorporou-se a ressalva feita pelo autor de que a diferença entre Estado e sociedade civil é fundamentalmente de caráter metodológico, “dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos” (GRAMSCI, 2002a, p.47). Em segundo lugar, a noção de sociedade civil é assumida como “conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2002a, p.225), ou seja, o espaço político-social composto pelas instituições das classes e grupos sociais (escolas, sindicatos, igrejas, partidos,

associações civis) e onde se constituem os interesses dos mesmos, suas ideologias e visões de mundo que se confrontam e, ao mesmo tempo, forjam a hegemonia ético-política que projeta um grupo ou classe social ao domínio do Estado. De acordo com esta interpretação, pode ocorrer uma situação na qual um grupo ou classe social detém o controle do aparato repressivo do Estado, mas não necessariamente detém a hegemonia sobre a sociedade, exatamente porque seu poder não se sustenta numa hegemonia ético-política no âmbito da sociedade civil.

Dada a extensão da obra e dos assuntos abordados por Gramsci, visa-se elucidar apenas os conceitos e hipóteses que poderão ser úteis para desvendar algumas características essenciais do processo histórico colombiano entre finais da década de 1960 até meados da década de 1970, particularmente no que se refere à relação entre o regime político estabelecido e os atores políticos que nele atuaram e o configuraram, embora isso não signifique que tais categorias serão transplantadas mecanicamente para a situação abordada.

Tendo em vista as necessidades teóricas para a fundamentação da pesquisa, o que envolve a análise da composição de forças numa determinada sociedade e suas implicações na constituição de um determinado regime político, a exposição de alguns dos principais conceitos da obra de Gramsci – considerados pertinentes à elaboração desta pesquisa – a análise será desenvolvida a partir da exposição da resposta teórica do autor à questão: como se articula um bloco histórico e as formas políticas necessárias à consolidação do mesmo.

A noção de bloco histórico elaborada por Gramsci vai além da mera teorização sobre a constituição e organização de grupos que buscam o poder ou a hegemonia. Ela é, por sua vez, a orientação metodológica que o autor buscou ao refutar o economicismo presente em algumas abordagens marxistas, segundo o qual a estrutura (relações sociais de produção) necessariamente determina a formação da superestrutura (as idéias, os costumes, os comportamentos morais, e as instituições da sociedade civil), particularmente naquelas análises que emanaram das discussões da Segunda Internacional Comunista (1889-1919).

Gramsci rejeitou a idéia de que existe uma estrutura que mova o mundo por meio de uma relação unilateral de causa e efeito, mas concebeu uma conexão recíproca que deve ser analisada através de processos históricos concretos. Essa concatenação demonstraria que há uma unidade orgânica entre estrutura e superestrutura, isto é, entre economia, política e cultura. Por isso o estudo das relações entre estrutura e superestrutura é um aspecto essencial para a análise da formação de um bloco histórico. Isso porque este conceito remete a um determinado arranjo que articula ao mesmo tempo, em uma determinada sociedade, as forças econômicas (expressas por um determinado modo de produção vigente na sociedade), as forças políticas (representadas pelos grupos que dominam o Estado, mas também por aqueles que compõem a

sociedade civil, o que envolve os partidos políticos, sindicatos, associações civis, etc.) e as expressões ideológicas que manifestam os interesses dessas mesmas forças. Para Gramsci (2002a, p. 36): “É o problema das relações entre a estrutura e a superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas”.

Para demonstrar como se estabelece esta relação de forças nos planos infra e supra-estrutural, o autor distingue diversos níveis de fenômenos que dão ensejo à articulação entre ambas, dividindo-os em três: 1) o momento ligado à estrutura objetiva (desenvolvimento das forças materiais de produção); 2) o da relação de forças propriamente políticas; 3) o da relação de forças militares.

O primeiro é aquele em que as forças materiais de produção alocam a posição e a função determinada de cada indivíduo no processo de produção. O segundo representa a passagem da conformação econômica à manifestação ideológica e à formação de vários grupos sociais que estabelecem suas relações de identidade e diferença. Como exemplo Gramsci utilizou o caso que considerou mais elementar: o da composição econômico-corporativa, em que as redes de solidariedade vão se estabelecendo a partir do ambiente profissional. Nesse último foi constituída a primeira formação homogênea de interesses cujo campo ainda repousava em determinantes econômicos. No entanto, nesta fase já sobressaía a questão do Estado, nas reivindicações de igualdade político-jurídico de um grupo dominado em relação aos grupos dominantes. É essa também a fase em que os interesses corporativos superam a fase meramente econômica e podem tornar-se interesses gerais de outros grupos ou classes da sociedade. Foi a partir desta noção que Gramsci (2002a, p. 41) verificou a fase propriamente política de uma formação social e que:

[...] assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

Esta citação é rica em conceitos e nela está exposta, além da passagem das relações estruturais para as superestruturais, uma noção que é central nos escritos gramscianos que é

necessário elucidar: a *hegemonia*. Para Gramsci a hegemonia não remete somente a uma dominação gratuita ou fortuita, mas a um complexo sistema de relações que desemboca na capacidade completa de direção a qual será determinada não somente por fatores econômico-sociais ou apenas por fatores político-ideológicos, mas por uma organicidade entre as duas instâncias.

O Estado, a partir de então, passa a representar os interesses deste grupo hegemônico, mas de um modo no qual irá expressar os interesses não apenas dos grupos que compõem o Estado, mas também os interesses gerais dos grupos subordinados, pois, ao contrário, seria necessária sempre a força coercitiva para organizar os grupos dominados. É o que Gramsci chamou de manutenção de um equilíbrio instável entre os interesses dos grupos dominantes e dos subordinados: “[...] o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados [...]” (GRAMSCI, 2002a, p. 42).

O terceiro momento, o da relação das forças militares, apresenta-se sob duas formas: técnico-militar e político-militar. Em uma luta por independência, por exemplo, agiriam em primeiro lugar as forças que organizam grupos rebeldes que visam derrubar o Estado hegemônico para posteriormente entrarem em cena as ações militares propriamente ditas. O primeiro momento seria o político-militar, já o segundo seria o técnico-militar.

Um elemento extremamente importante que se deduz da análise até aqui realizada sobre a obra de Gramsci refere-se às formas políticas necessárias para a consolidação de um determinado bloco histórico. Dependendo da capacidade de hegemonia de um determinado grupo ou classe social para a realização de seus interesses e, conseqüentemente, a consolidação de um determinado bloco histórico, o regime político poderá assumir, por exemplo, uma forma liberal e democrática (Democracia Liberal dos EUA) ou ditatorial (Fascismo Italiano).

Gramsci também discorreu sobre as maneiras de um determinado bloco histórico construir seu poder com o auxílio da noção de cesarismo, cujo termo expressa uma situação na qual no embate entre forças político-sociais que disputam o poder do Estado numa determinada sociedade, nenhuma delas tem força suficiente para sobrepor-se às demais, dando espaço à emergência de uma nova força que se apresenta como solução frente ao impasse em que se encontra a disputa pelo poder. Isto pode ocorrer quando a luta entre estas forças antagonistas debilita a ambas e diante de tal enfraquecimento emerge uma terceira força: “Quando a força progressista *A* luta contra a força regressiva *B*, não só pode suceder que nem *A* nem *B* vençam,

porém se debilizem mutuamente, e uma terceira força, *C*, intervenha de fora, submetendo o que resta de *A* e de *B*” (GRAMSCI, 2002a, p. 76).

Neste sentido o cesarismo emerge como um árbitro no embate político entre duas forças em choque. A expressão clássica do cesarismo costuma ser o líder carismático, casos de Napoleão Bonaparte (Napoleão I) na França e o próprio César, na Roma Antiga. Mas este fenômeno não ocorre da mesma forma nos diversos contextos históricos, por isso Gramsci (2002a, p. 76) desmembrou o cesarismo em duas formas:

O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar, também neste caso com certos compromissos ou limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior.

O autor fez a ressalva de que cada forma de cesarismo não pode ser concebida como uma pura formulação sociológica abstrata, mas somente poderá ser utilizada como possibilidade analítica no estudo específico dos fenômenos históricos concretos de cada formação econômica e social. Nesse sentido, Gramsci chamou a atenção para uma mudança na forma em que o cesarismo se manifesta no século XX se comparado às formas em que o mesmo ocorreu no século XIX. Como indica o autor, no século XIX esse fenômeno era representado pela ação de lideranças individuais, como Napoleão I e Napoleão III na França e Bismarck na Alemanha. O século XX porém, presencia também o cesarismo de coalizão, não mais representado por uma grande personalidade “heróica”, mas sim por um sistema parlamentar:

Pode ocorrer uma solução cesarista mesmo sem um César, sem uma grande personalidade “heróica” e representativa. Também o sistema parlamentar virou um mecanismo para tais soluções de compromisso [...] todo governo de coalizão é um grau inicial de cesarismo, que pode ou não se desenvolver até graus mais significativos (naturalmente a opinião vulgar é a de que, ao contrário, governos de coalizão constituem o mais “sólido baluarte” contra o cesarismo).

No mundo moderno, com suas coalizões de caráter econômico-sindical e político-partidário, o mecanismo do fenômeno cesarista é muito diferente do que foi até Napoleão III [...] No mundo moderno, os fenômenos de cesarismo são completamente diferentes tanto daqueles do tipo César-Napoleão I, como também daqueles tipo Napoleão III, embora se aproximem deste último. No mundo moderno, o equilíbrio com perspectivas catastróficas não se verifica entre forças que, em última instância, poderiam fundir-se e unificar-se, ainda que depois de um processo penoso e sangrento, mas entre forças cujo contraste é insolúvel historicamente e que, ao contrário,

aprofunda-se com o advento das formas cesaristas (GRAMSCI, 2002a, p. 77-79, grifo nosso).

Dessa maneira a forma de sedimentar a hegemonia de um determinado bloco histórico pela via cesarista seria sustentada por um ator coletivo (as coalizões) e não mais por um ator individual e “heróico”.

Tem-se finalmente na concepção de transformismo, um conceito importante para a explicação dos processos políticos em que ocorre a cooptação dos grupos de oposição, por meio da ação das classes dirigentes, de modo a garantir a estabilidade política e social do regime vigente. Gramsci (2002b, p.286) ao comentar a formação do Estado moderno italiano alude à possibilidade de:

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva” [...] Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado.

Gramsci, ao analisar a conjuntura política italiana a partir de 1848 concebe que o transformismo foi um fenômeno que permeou o Estado frequentemente levando ao domínio de um determinado grupo sobre os demais, em geral seus opositores. Para o autor:

Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo (GRAMSCI, 2002b, p. 63).

Sendo assim, o transformismo constituiu um processo de assimilação das lideranças políticas das classes subalternas, impedindo-as de realizar um efetivo protagonismo ou

liderança nos processos de mudança social, neutralizando seu potencial revolucionário por meio da cooptação de seus dirigentes. A questão a ser posta para o caso colombiano é se a Frente Nacional realizou o transformismo perante a oposição.

Constata-se que os conceitos gramscianos apresentados até agora, e que servirão como possibilidades de análise para a presente pesquisa, sugerem que na Colômbia a constituição da Frente Nacional (coalizão entre Partido Liberal e Partido Conservador) significou a formação de um novo bloco histórico como alternativa aos embates políticos ocorridos na época. Esse bloco histórico chegou ao poder e manteve-se nele pela via de um cesarismo de coalizão, o que pode ser um indicativo de que não alcançou a hegemonia, principalmente pela utilização de um amplo aparato repressivo contra os grupos opositores ao sistema estabelecido, hipótese a ser sustentada no decorrer da análise. Estas elaborações adquirem importante validade para a pesquisa pela possibilidade de avaliar a particularidade do caso colombiano, ou seja, compreender os mecanismos pelos quais as forças políticas que comandavam a Frente Nacional se reorganizaram no Estado e como responderam às demandas postas pela sociedade civil.

1.4 Procedimentos Metodológicos e Fontes

Considerando-se as características do estudo realizado, foram utilizadas informações e dados que permitiram a reconstrução das características centrais das instituições políticas e dos atores políticos do período, desse modo a principal técnica de pesquisa foi a análise documental e bibliográfica. Outra fonte utilizada foram os dados eleitorais que permitiram verificar o grau de representatividade e consenso no âmbito da relação Estado/sociedade civil das principais forças políticas do país.

As informações foram coletadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2010 na cidade de Bogotá, Colômbia, onde se realizou um levantamento bibliográfico e documental nas principais bibliotecas da cidade, no Centro de Estudios e Investigaciones Sociales (CEIS), no semanário VOZ (órgão de imprensa do Partido Comunista Colombiano) e na sede dos partidos tradicionais colombianos, Liberal e Conservador. Nas bibliotecas, além do levantamento bibliográfico sobre os principais estudos acadêmicos produzidos sobre o período de referência, foi possível fazer cópia de arquivos microfilmados dos principais jornais colombianos: El Siglo, El Espectador.

Contudo foi necessário fazer uma classificação formal com relação à base documental e à bibliografia especializada sobre o tema, valorizando os seguintes aspectos: 1) os trabalhos acadêmicos; 2) os documentos e publicações elaborados pelos próprios atores políticos da Frente Nacional; 3) as bases documentais compiladas por sociólogos e pesquisadores que estiveram vinculados a processos políticos a partir da sua militância ou da pesquisa acadêmica; 4) as publicações feitas por jornais da época tais como: Semanário Voz, El Siglo e El Espectador.

A classificação foi realizada para garantir o caráter científico do estudo e não restringir as fontes de pesquisa a uma única instituição ou agremiação partidária. Neste sentido buscou-se dados a partir de múltiplas referências, sejam elas situadas à direita, à esquerda ou ao centro, no espectro político colombiano. Faz-se porém a ressalva que durante a pesquisa de campo, a instituição que mais forneceu dados para a realização deste estudo foi o Partido Comunista Colombiano o qual disponibilizou para a consulta todos os seus documentos políticos produzidos em sua história e o acervo completo do jornal semanal Voz e da revista *Estudios Marxistas*, nos quais puderam também ser encontrados os dados oficiais divulgados pelo Estado durante o período da Frente Nacional, ou mesmo dados que contestavam aqueles apresentados oficialmente. Cabe ressaltar, porém, que a preocupação na análise dos documentos políticos do Partido Comunista Colombiano, em primeiro lugar, buscar os dados aludidos e entender a perspectiva de um ator político que se colocava em oposição à Frente Nacional, de modo a não incorrer simplesmente na assimilação acrítica do seu ponto de vista.

2 ANTECEDENTES DA FRENTE NACIONAL

O propósito deste capítulo é fazer uma apresentação dos principais atores e a dinâmica da disputa pelo poder engendrada pelos mesmos no contexto político colombiano antes da fundação da Frente Nacional. No plano institucional os dois atores mais importantes foram os partidos Conservador e Liberal, sendo estes os principais representantes dos interesses hegemônicos da sociedade civil no âmbito do Estado. Fora da esfera institucional, tem-se o movimento camponês, o qual foi a principal base social da guerrilha. Embora esta não tenha representação política junto ao Estado, consistirá em um importante e decisivo grupo de pressão sobre as decisões políticas tomadas pelas classes dirigentes da Colômbia. Por sua importância no sistema político colombiano, abre-se aqui um parêntese para caracterizar os partidos tradicionais Liberal e Conservador.

Ao longo do século XIX a Colômbia passou por pelo menos nove guerras civis, cujos protagonistas foram os dois partidos políticos que nasceram da guerra de independência contra o império espanhol. Assim os partidos Liberal e Conservador se consolidaram na primeira metade do século XIX quando “Ezequiel Rojas publicó en 1848 lo que serían las bases programáticas del partido liberal y Mariano Ospina Rodríguez y José Eusebio Caro redactaron en 1849 el programa conservador” (MEJÍA, 2001).

Depois das lutas pela independência e logo após a extinção da Gran Colômbia⁴ iniciou-se a chamada República Conservadora (1830-1849) que, conforme Sáez (2003), caracterizou-se pela disputa entre os partidos Liberal e Conservador com relação às formas organizativas do Estado: federalismo ou centralismo, respectivamente. O período que abrangeu os anos de 1849 a 1885 foi comandado pelo Partido Liberal, defensor de um sistema federalista e da laicização do Estado. O sistema federalista permaneceu vigente até 1886, quando foi promulgada a nova Constituição que conservou sua estrutura até 1991, mesmo depois de várias reformas. Com ela se implantou um governo centralizador e unitário com a preponderância da Igreja católica, fatos estes que deram início aos embates sectários entre liberais e conservadores, criando uma crise institucional que culminou na guerra dos Mil Dias (1889-1903) (SÁEZ, 2003), quando os liberais radicais fizeram uma tentativa de recuperar o poder do Estado. Este foi um dos embates

⁴ A Gran Colômbia foi um Estado da América do Sul criado em 1821 que agregava o que é hoje Venezuela, Colômbia e Equador. Sua Lei Fundamental (Constituição) já delineava os traços de uma república centralista com divisão de poderes. Foi dissolvida em 1828 por meio de um decreto que implantou a ditadura de Bolívar (SÁEZ, 2003).

mais violentos da história colombiana e teve como resultado a derrota do Partido Liberal e ascensão do Partido Conservador que permaneceu no poder até 1930.

Mejía (2001) faz uma síntese das características e da trajetória histórica dos partidos Liberal e Conservador bastante ilustrativa para os propósitos deste capítulo:

Los partidos liberal y conservador son pluriclasistas por su composición pero en ellas la representación de diferentes clases, o fracciones de clase, implica la imposibilidad de los intereses de la clase dominante. Esta característica les ha permitido supervivir y explica en parte el bipartidismo colombiano. Desde el momento de su fundación, ambos partidos han mantenido una constante, cual es la de tener un sector de centro que permite las alianzas; un sector radical o de izquierda en el liberalismo que se mueve para recuperar a los más avanzados, bien sea a los que promovían reformas laicas o civiles en el siglo XIX, o a quienes en el siglo XX han mostrado inclinaciones socialistas o actitudes populares. Por su parte, el partido conservador escogió durante el siglo XIX a civilistas republicanos, a católicos ultramontanos incluso con veleidad monarquista, y en el siglo XX, incluyó, desde las expresiones burguesas de la doctrina social católica hasta las actitudes de los Maurrascistas condenados por el Vaticano; desde los partidarios de las doctrinas y prácticas de Franco y Mussolini hasta los más empecinados amigos de la colaboración con Norteamérica durante la segunda guerra mundial y la guerra fría (MEJÍA, 2001).

Por meio dos dados acima expostos é possível delinear os traços fundamentais dos partidos tracionais colombianos: o Partido Liberal, federalista e defensor de um Estado laico e o Partido Conservador próximo à Igreja Católica partidário de um Estado forte e centralizador. No entanto pode-se observar que justamente por serem pluriclassistas tais partidos não foram representantes de um determinado segmento econômico-social dominante, ideia esta que vai ao encontro da análise de Archer (1995) quando argumenta que as clivagens entre os dois partidos no século XIX eram mais por questões relacionadas ao modelo organizativo do Estado do que por regiões ou ocupações:

Although the Conservatives were, in general, proclerical and supported the traditional relationship between the Roman Catholic church and the state, the divisions between them and the more anticlerical Liberals were not clear-cut. The cleavages surrounding such issues as order (traditional, hierarchical government) versus progress (republicanism) pro- and anticlericalism, and federalism versus centralism did not allow for neat divisions based on region or occupation. A Liberal was almost as likely to be a proclerical, democratic federalist as an anticlerical, pro-traditional centralism; the same was true of the Conservatives (ARCHER, 1995, p. 171).

Desta forma Mejía (2001) chama a atenção para se evitar a transposição mecânica da aplicação da fórmula europeia dos séculos XVIII e XIX - liberalismo progressista como expressão dos interesses da burguesia comerciante industrial e conservadorismo retardatário, expressão dos latifundiários – para o caso colombiano. Conforme o autor, o que existia na Colômbia na segunda metade do século XIX era uma classe dominante composta por latifundiários e comerciantes, burocratas e especuladores que se filiaram tanto ao Partido Liberal quanto ao Partido Conservador. No entanto, a transposição da fórmula europeia assumida pelos liberais permitiu ao Partido Liberal, que levantava a bandeira de representação de uma burguesia progressista, absorver no século XX boa parte dos segmentos de oposição da sociedade civil, como os de “inclinaciones socialistas o actitudes populares” (MEJÍA, 2001).

Assim, se o século XIX na Colômbia foi permeado por guerras civis originadas dos conflitos sectários entre os dois partidos tradicionais, o século XX apresentou basicamente os mesmos problemas. É interessante ressaltar que em muitos outros países latinoamericanos existiu o bipartidarismo liberal-conservador durante o século XIX, mas na Colômbia particularmente tal situação se prolongou até o século XX, ocasionando, a partir de 1948 uma nova guerra civil cujo resultado foi a formação dos movimentos insurgentes colombianos que existem atualmente como as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). A seguir apresenta-se uma breve explanação das origens desta guerra civil e suas consequências para o país.

Entre 1920 e final da década de 1950 dois projetos de mudança das estruturas sociais foram confrontados. Segundo Farjado (1984 *apud* ALAPE, 1999) e Vásquez (2004) o projeto vitorioso seguiu um caminho similar ao que Lenin (1985) conceituou como “via prussiana” em oposição a uma “via americana”⁵. Ainda conforme Vásquez (2004), as consequências sociais da modernização pela “via prussiana” foram graves: o regime político nacional e local continuou apoiado nas velhas classes dominantes e também nos métodos arbitrários de

⁵ Em 1907, no prefácio à segunda edição de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lênin, ao analisar a condição histórica e social da Rússia após a revolução de 1905, constata que: “Na atual base econômica da revolução russa, duas vias fundamentais são objetivamente possíveis para o seu desenvolvimento e desfecho: - ou a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços à servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*. Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é a transformação interna da propriedade fundiária baseada na servidão; toda a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais; - ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida com todos os vestígios da servidão, especialmente o regime da grande propriedade fundiária. Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é o livre desenvolvimento da pequena propriedade camponesa, que recebe grande impulso com a expropriação dos latifúndios em benefício dos camponeses; toda a estrutura agrária se torna capitalista, pois a decomposição do campesinato se processa tanto mais rapidamente quanto mais plena é a destruição dos vestígios da servidão” (LÊNIN, 1985, p. 10).

exploração da população camponesa. A barbárie que caracterizou as velhas formas de sujeição camponesa na história colombiana, reproduziu-se em níveis econômicos, políticos e sociais, dando ensejo a um violento processo de concentração de terra pela expulsão dos camponeses e formação de uma mão-de-obra excedente. Devido a esta forma de modernização, que assumiu aspectos violentos e trágicos, muitos autores colombianos (KALMANOVITZ, 2001; GUZMÁN, 1968; ALAPE, 1999; FALS BORDA, GUZMÁN, UMAÑA, 2005; SÁNCHEZ, 1989a) acentuaram a violência como fator marcante e característico da história colombiana. O período em questão, situado entre as décadas de 1940 e 1950, que recebeu destes autores o epíteto *Violência* caracterizou-se por fatores que engendraram no país uma guerra civil, cujos antecedentes podem ser localizados na década de 1930, época das lutas entre a oligarquia colombiana, representada pelo Partido Conservador e as ligas camponesas vinculadas ao Partido Comunista⁶. As ligas camponesas reivindicavam primordialmente o parcelamento das grandes fazendas, reivindicações que foram parcialmente atendidas pelo governo liberal com a promulgação da Lei 200 de 1936 (MEJIA, 2001). No entanto esta concessão institucional foi abandonada pela promulgação da Lei 100 de 1944⁷ que revogou os estatutos reformistas de 1936, no que tange ao parcelamento de terras, retornando com isso os embates entre camponeses e latifundiários, liberais e conservadores. A afirmação a seguir ilustra o grau de rivalidade entre liberais e conservadores à época:

El partido conservador aliado con la iglesia y en acción con grupos abiertamente fascistas sembró en la población el espíritu sectario a través de un sistemático señalamiento a los liberales de ateos y comunistas, y en una supuesta defensa de los valores cristianos va construyendo el odio que irrigaría con sangre la historia de la violencia de los años siguientes. En la medida que las contradicciones entre los dos partidos crecían, los discursos y las prácticas políticas se hacían más violentos: comenzó con la amenaza verbal y se fue instituyendo formas de organización encargadas de agenciar actos de violencia contra la población liberal en un espiral que pronto se hizo indetenible.

En el partido conservador se fueron constituyendo grupos de choque como los denominados “centros de acción conservadora” que a manera de cruzados enfrentaban a los liberales a través de mecanismos violentos, igual, se agruparon intelectuales conservadores que se constituyeron en lo que se conoció como el grupo de “ Los Leopardos” que asumieron a plenitud la defensa del pensamiento de la extrema

⁶ Segundo relato de Modesto Campos citado por Farjado (1979, p. 60) as ligas camponesas se organizaram a partir da década de 1930, sob a orientação do Partido Comunista: “A finales de 1936 la lucha estaba más desarrollada, los campesinos habían salido a la luz pública con una serie de organizaciones. Por ejemplo, las ligas campesinas estaban organizadas en cada sector, en cada vereda, y estas ligas acusaron una efervescencia muy grande, agrupando a toda la gente ligada al movimiento de los colonos. Y tras las ligas, naturalmente venía la organización del partido, de los comunistas, que promovían manifestaciones gigantescas y actuaban como tales”.

⁷ Segundo Gallego (2008, p. 25): “En el periodo de 1942 a 1945[...] los propietarios lanzaron la contraofensiva a la reforma agraria de 1936 a través de la SAC y APEN, y lograron la expedición de la Ley 100 de 1944”

derecha, expresaron su simpatías por el fascismo de Mussolini y Hitler y, desarrollaron en la plaza pública, en la prensa y en el parlamento una furibunda oposición al liberalismo. (GALLEGO, 2008, p.29).

Enfraquecido pelos constantes ataques da oposição, de acordo com a citação, o Partido Liberal, ao final do mandato do liberal Alberto Lleras Camargo (1945-1946) passou por uma divisão interna desencadeada pela discussão acerca do candidato presidencial a disputar as eleições de 1946: Gabriel Turbay ou Jorge Eliécer Gaitán⁸. Debilitado pela divisão interna, o Partido Liberal foi derrotado nas urnas pelo Partido Conservador que elegeu Mariano Ospina Pérez (CÁRDENAS, 1989).

Em 1947, a divisão do Partido Liberal foi superada com a nomeação de Gaitán como chefe único do Diretório Nacional Liberal. Devido à sua popularidade junto às massas, Gaitán passou a representar uma ameaça à continuidade dos conservadores no poder (ALAPE, 1989). A partir de então, intensificaram-se os embates entre conservadores e liberais, especialmente nas regiões agrárias, o que levou Gaitán, como resposta, a organizar em fevereiro de 1948 a Marcha do Silêncio em protesto principalmente aos ataques perpetrados pelos conservadores contra os liberais (GUZMAN, 1968). Dias depois, em 9 de abril de 1948, Gaitán foi assassinado no centro de Bogotá, o que segundo Alape (1983) deu-se início ao processo de insurreição popular que ficou conhecido como *Bogotazo* e ao nefasto período da história colombiana que muitos autores convencionaram qualificar como *Violência*⁹. Se por um lado, o *Bogotazo* gerou nas áreas urbanas uma onda de insurreição imediata caracterizada por saques e depredações, por outro, no campo, iniciou-se um levante popular que serviu como estímulo à organização dos primeiros grupos armados contrários ao Partido Conservador (ALAPE, 1989).

De acordo com Farjado (1979) os principais focos de influência hegemonicamente conservadora estavam nas regiões agrárias, antes mesmo dos episódios de 9 de abril de 1948. Na verdade, desde a década de 1930, em regiões como Quindío, Sumapaz, Sul de Tolima e Cauca, já haviam focos de violência advindos dos conflitos entre as ligas camponesas e os latifundiários. Como expressão destes conflitos, formaram-se organizações cujos soldados e

⁸ Jorge Eliécer Gaitán, figura emblemática do Partido Liberal, em 1934 trilhou um caminho alternativo à hegemonia bipartidária no cenário político colombiano por meio da fundação da UNIR (Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria). Ele ganhou bastante popularidade entre as ligas camponesas da década de 1930.

⁹ Torna-se importante destacar neste período a dimensão dos conflitos agrários na Colômbia e suas implicações políticas, fatos estes que permaneceriam como uma constante nos anos posteriores, o que remete à relevância da reflexão de Moore Jr. sobre a importância da solução da questão agrária para a constituição de um regime liberal-democrático

policiais contratados pelos grandes proprietários de terras integraram uma poderosa organização militar privada cujo principal papel era o de reprimir toda manifestação de protesto ou enfrentamento contra o governo conservador.

Conforme assinala Alape (1983), após o assassinato de Gaitán ficou evidente para as forças políticas e sociais ligadas ao Partido Liberal que tal ato fora articulado pelo Partido Conservador. Os camponeses liberais então se organizaram em grupos armados que deram origem a núcleos de combatentes contra o governo. Guzmán (1968) aponta que o mais importante deles foi a conhecida *Guerrilla de los Llanos Orientales*, de orientação liberal, comandada por Guadalupe Salcedo. Nesta época também que se formou o primeiro núcleo da guerrilha liberal comandado por Manuel Marulanda Vélez que posteriormente passou a atuar com a guerrilha de cunho comunista comandada por Ysauro Yosa.

Sob o regime conservador, em 1948, a violência na Colômbia chegou à sua máxima intensidade, espalhando-se por várias regiões do país. Segundo Sánchez (1989a) sua manifestação afetou irreversivelmente a vida, a integridade física e os bens de milhares de colombianos. Os acontecimentos desta época conferem um caráter extremo a este processo de violência, pois um dos fenômenos que exerceu maior impacto sobre a memória coletiva foram os conflitos bélicos movidos por um forte sectarismo daqueles que compunham a estrutura política bipartidária, cujo principal meio de violência e sua modalidade mais extrema foi o assassinato. Não somente pelo número de vítimas, que foram muitas, mas também pelos atroztes rituais de tortura empregados¹⁰. Os camponeses que não eram assassinados eram submetidos a todo tipo de agressão, como saqueio de plantações, gado e ferramentas; incêndios e destruição de casas e de instalações ligadas ao processamento do cultivo; exigência de abandono de suas propriedades. Para Sánchez (1989a), a raiz destes conflitos estava diretamente ligada à filiação política (liberal ou conservadora), esta sua peculiaridade. Em muitos casos porém, os conflitos não eram originados por diferença de classe entre camponeses e latifundiários, mas entre camponeses e fazendeiros liberais de um lado, e camponeses e fazendeiros conservadores de outro.

Como descreve Guzmán (1968), em certas operações atuavam os *paramilitares* (na época em questão eram denominados pelos camponeses como *chulavitas*) que contavam com a cumplicidade das autoridades. Geograficamente esta modalidade se estendeu por todo o interior

¹⁰ Para que não nascessem filhos do partido opositor, uma modalidade de tortura era a de “não deixar nem a semente”. Guzmán (1968, p. 330) a descreve: “Para no dejar ni la semilla, las mujeres próximas al alumbramiento, son bárbaramente aventradas. Las hacen la cesárea, cambiándoles el feto por un gallo [...] o les arrancan al hijo despedazándolo en su presencia, o les desprenden el feto de la entraña palpitante, presentándolo luego al padre antes de ultimarlos”.

do país, especialmente nas áreas de *minifúndios* de Boyacá, Santander, Valle, Caldas e Tolima. Áreas onde o movimento demográfico propiciou o surgimento de uma classe de camponeses dedicados principalmente ao cultivo de café em pequenas propriedades (FARJADO, 1979).

De acordo com Sánchez (1989a) os territórios atingidos pela violência sofreram profundas modificações em sua estrutura agrária. Milhares de camponeses abandonaram suas propriedades ou venderam-nas forçosamente por preços irrisórios. Cresceu o número das correntes migratórias do campo para a cidade, o exército de desempregados originado pelo fenômeno da migração passou a engrossar as filas das guerrilhas. Segundo Kalmanovitz (2001), entre 1948 e 1953 o número de mortos foi provavelmente de 200 a 300 mil e o número de migrantes foi três ou quatro vezes superior à referente cifra. Neste sentido a intensidade de tais conflitos indicava um desafio posto para o sistema político colombiano e para as classes dirigentes nos anos seguintes, ou seja, como resolvê-los na esfera institucional de modo que não houvesse uma irrupção revolucionária.

Conforme Alape (1983) a violência tomou conta do país e diante da impossibilidade de contê-la, em novembro de 1949, foi decretado estado de sítio, procedimento continuamente repetido na história política colombiana, especialmente no período da Frente Nacional, como será abordado em capítulos posteriores. Naquele ano deveriam ocorrer eleições para o Congresso, mas os liberais, em protesto aos constantes ataques sofridos contra seus membros, abstiveram-se de votar e de participar do pleito. Permanecendo como candidato único, Laureano Gómez do Partido Conservador foi “eleito” com 1.026.408 votos e em 7 de agosto de 1950 tomou posse da presidência da República. De acordo com Cárdenas (1989) seu governo foi marcado pelo aumento da repressão e perseguição contra os liberais, acentuando os conflitos políticos e sociais no país.

Vale ressaltar que indicativo do aumento destes conflitos foi a organização, durante a legislatura de Laureano Gómez, da mais importante guerrilha da época orientada pelos liberais: a guerrilha dos *Llanos Orientales*, extinta em 1953. Foi também neste período que surgiram os primeiros focos da guerrilha sob orientação do Partido Comunista que posteriormente dará origem às FARC. Deste modo configuravam-se os principais atores políticos que propuseram uma mudança social pela via revolucionária em aberta oposição ao sistema bipartidário vigente.

Conforme Guzmán (1968), em 1951, por motivos de saúde Gómez deixou o poder e dias depois o Congresso nomeou para o cargo de Presidente da República Roberto Urdaneta Arbeláez. Iniciado o ano de 1953, o cenário político colombiano encontrava-se marcado pela divisão interna dos partidos tradicionais, sem um grupo capaz de exercer a hegemonia no controle do Estado e da sociedade civil. Os conservadores estavam fracionados em três blocos

(laureanistas, ospinistas, alzatistas), os líderes do Partido Liberal se ausentaram da luta política interna do país refugiando-se no exterior e grande parte dos camponeses, em várias regiões, passaram a resistir pela via armada.

Mediante um país em crise, marcado pelo desgaste dos Partidos Liberal e Conservador e pelo conflito no campo que não foi contido pelas vias institucionais, que assumia cada vez mais a forma de conflito armado, abriu-se espaço para que a solução para esta crise política, de acordo com uma tendência característica da América Latina no século XX, viesse na figura do Chefe das Forças Armadas, o general Rojas Pinilla.

O ato legislativo¹¹ pelo qual se nomeou Rojas presidente em 1953, não teve qualquer base jurídica, posto que a eleição não foi feita por voto popular, por isso configurou-se como um golpe militar. Algumas interpretações (MEJÍA, 1989, ROSSI, 1992) sobre o golpe militar de Rojas Pinilla consiste em considerá-lo como um “golpe de opinião”, pois ele seria o resultado de acordos entre as classes dirigentes que diante da impossibilidade, naquela conjuntura, de solucionar por meios institucionais a crise gerada pela Violência, permitiram a ascensão de uma terceira força que pudesse estabilizar um sistema político em crise. Conforme conceitua Gramsci (2002a) é sob uma “ditadura sem hegemonia”, centrada no poder Executivo, que as distintas frações de classe encontram o equilíbrio e a unidade necessários para conter as forças pela democratização social e política. Tais aspectos sugerem, portanto, que o golpe militar na história colombiana configurou-se como um *cesarismo regressivo*, de acordo com Gramsci (2002a).

Durante o primeiro ano de governo, Rojas Pinilla obteve relativo êxito no que se refere à pacificação da situação de luta armada no campo, à medida que conseguiu desmobilizar e desarmar as guerrilhas rurais de tendência liberal sob a promessa de anistiar os guerrilheiros. No entanto, como demonstra Kalmanovitz (2001), suas primeiras tentativas de pacificação frustraram-se quando a violência no campo retornou com o ataque às guerrilhas comunistas que não aceitaram a anistia. Perdeu-se com isso, o apoio popular que havia conquistado para o retorno da ordem civil no país. Para Mejía (1989), ao conter o confronto bipartidário, Rojas possibilitou a rearticulação das oligarquias liberais e conservadoras que se opuseram abertamente ao regime militar e se aliaram para fundar em 1958 a Frente Nacional (governo de coalizão entre liberais e conservadores).

¹¹ “La Asamblea Nacional Constituyente, a las 24 horas de implantado, legalizó el nuevo régimen en virtud del acto legislativo N° 1 de 1953: Es legítimo el título de la actual presidente de la Republica, teniente general Gustavo Rojas Pinilla, quien ejercerá el cargo por el resto del período presidencial en curso” (GUZMÁN, 1968, p. 141).

Conforme Luján (1989a), a dinâmica do processo político que possibilitou a criação da Frente Nacional foi definida por três diferentes fatores. O primeiro deles foi a oposição direta tanto dos partidos tradicionais, quanto da população civil contra o governo militar de Rojas Pinilla e sua continuidade no poder:

El primero de ellos, y tal vez el más notorio, fue el que generó la actitud crecientemente autoritaria de la candidatura del General Rojas Pinilla, quien a medida que revelaba sus intenciones de perpetuarse en el poder entraba en contradicción con los partidos políticos y con los sectores civilistas y democráticos de la sociedad (LUJÁN, 1989a, p. 187).

O segundo fator e o mais evidente foi que ambos os partidos (Liberal e Conservador) pretendiam substituir o governo militar. Desta forma a Frente Nacional, como governo de união bipartidária, serviu como uma solução de momento, tanto para derrubar o governo militar, como para impedir uma consequência catastrófica da contenda política entre liberais e conservadores. Como demonstra Luján (1989a, p. 188):

La creación del Frente Nacional debe entenderse como una tarea de habilísima filigrana política para aprovechar las posibilidades que ofrecían estas contradicciones, al igual que para neutralizar sus aspectos adversos y llevar a todos el espectro político partidista a comprometerse con la idea de un gobierno de coalición plasmado en la Constitución.

Em conformidade com as afirmações, Ruiz (s/d, p. 22) considerou que acima de tudo, a Frente Nacional foi concebida com a intenção política de acabar com a luta entre os partidos, que por muito tempo foram inimigos inconciliáveis, tal objetivo somente pôde ser alcançado com a repartição de forma paritária entre os cargos de toda a burocracia estatal e pela alternância na direção do Executivo entre liberais e conservadores. Esta trégua serviria, segundo o autor, para iniciar uma “educação política” na qual os cidadãos voltassem a ter confiança nas instituições políticas, as quais foram seriamente abaladas durante o período da *Violência*, assim como para estabilizar a economia do país. Ruiz (s/d, p. 23-24) expõe suas observações sobre os desdobramentos da Frente Nacional:

Se pretendía que la “paz política” creara las bases de un desarrollo nacional que junto a los avances materiales del pequeño grupo de privilegiados permitiría hacer más improbable el estallido de una cruenta revolución social al hacer menos escandalosas las desigualdades sociales y económicas. Una clase dirigente benevolente dirigiría el desarrollo del país en medio de una paz octaviana y un pueblo sumiso se limitaría a participar de los beneficios espléndidos de dicho crecimiento promovido y dirigido desde las alturas cuasi-celestiales de la clase ilustrada.

A possibilidade de uma paz política assinalada pelo autor foi um dos elementos primordiais para a ascensão da coalizão ao poder encarnada na Frente Nacional. Após breve explanação sobre algumas interpretações a respeito do sentido histórico-político da Frente Nacional, serão abordados os acordos políticos que levaram à sua oficialização.

3 OS GOVERNOS DE COALIZÃO DA FRENTE NACIONAL (1958-1974)

Reunidos em Benindorm, na Espanha, os dois principais líderes dos partidos Liberal e Conservador, Alberto Lleras Camargo e Laureano Gómez, respectivamente, firmaram o Pacto de Benindorm em 24 de julho de 1956. Os acordos derivados deste pacto tinham como objetivo o estabelecimento de um sistema político democrático no país e já esboçava a vontade dos dois líderes políticos em realizar a coalizão liberal-conservadora para a destituição do general Rojas Pinilla e retorno a um regime civil como demonstra a passagem a seguir extraída do texto do Pacto¹²:

La consideración de cuanto en el país ocurre impone un orden lógico a la conducta de los partidos. Nadie puede poner en duda que debe empezarse por la reconquista del patrimonio cívico común. Sería insensato reabrir inmediatamente la lucha por el poder entre conservadores y liberales. Se encuentra necesario y enteramente posible crear un gobierno o una sucesión de gobiernos de coalición amplia de los dos partidos, hasta tanto que recreadas las instituciones y afianzadas por el decidido respaldo de los ciudadanos, tengan fortaleza bastante para que la lucha cívica se ejercite sin temor a los golpes de estado o la intervención de factores extraños a ella y por medio de un incorruptible sufragio cuyas decisiones sean definitivas e incontestablemente respetadas (CARRIOSA, 1965, p. 164).

Firmado o Pacto de Benindorm “se inició un complejo proceso de transición y de negociación política sobre las reglas de juego y el reparto del poder en los años posteriores” (GUARÍN, 2005, p. 23). Conforme Luján (1989a, p. 194), este acordo esboçou o primeiro programa de ação conjunta para o retorno de um governo civil, traçando uma declaração de princípios que serviu como referencial para as ações no interior das instituições políticas colombianas a partir de então:

En primero lugar, el acuerdo formalizaba el repudio de los sectores mayoritarios del conservantismo y del liberalismo a la dictadura, y llamaba a la unidad bipartidista para remover al general Rojas Pinilla [...] Pero lo que es más importante, trazaba el borrador de un plan político para volver al gobierno civil y superar las contradicciones históricas entre los dos partidos mediante la instauración de una serie de gobiernos de coalición.

¹² Para texto integral do Pacto de Benindorm consultar ANEXO B.

A proposta pretendia superar a divisão sectária entre os partidos e unir a sociedade civil em torno da recuperação da confiança nas instituições políticas por meio da retirada do governo militar e retorno do governo civil, garantindo as condições mínimas para o exercício do poder segundo os parâmetros do Estado de Direito e do regime democrático.

Em 20 de março de 1957 os dois partidos publicaram o chamado Pacto de Março, uma declaração conjunta assinada pelo Diretório Nacional Conservador e pelos quadros dirigentes do Partido Liberal, dentre eles, Alberto Lleras Camargo. Este manifesto foi o primeiro esboço do que seria a Frente Nacional e apresentava o seguinte conteúdo:

[...] recomendarles a todos los liberales y conservadores que se unan en un esfuerzo común para la restauración institucional sin la cual es imposible que se realice el juego libre de la democracia y la lucha pura, respetable y sincera por el predominio de los principios que cada uno de nuestros partidos representa [...] Esa solución es también la de comprometerse fiel y solemnemente a crear un gobierno civil que se ejerza a nombre de los dos partidos, que los represente por igual, en el cual ambos colaboren y que esté sostenido por una sólida alianza que no permita su naufragio ni lo deje inclinarse hacia la hegemonía; tipo de gobierno que no sea un tránsito fugaz hacia otra lucha por el poder, un armisticio entre las batallas, sino que perdure hasta tanto que operada la convalecencia democrática, en vigencia plena y consolidadas las instituciones, sea posible desarrollar, sin azares, la ordenada, cívica e incruenta controversia para disputarse el apoyo de la opinión, sin poner en peligro ninguna de las esencias que hoy queremos restaurar.

Decisión firme y leal de los dos partidos a buscar por la vía de las elecciones populares libres la creación de un gobierno nacional que asuma a nombre de los dos, la responsabilidad de restablecer la Constitución y de enmendarla – entonces sí - para asegurar que no vengán a entorpecer este empeño patriótico un intento de hegemonía o una lucha intempestiva por el poder, antes de que las instituciones republicanas tengan firmeza y apoyo en los colombianos para hacerlas indestructibles (GARCÍA, 1958, p. 105).

O Pacto propõe que os partidos tradicionais mantenham-se coligados no poder como única saída para a crise pela qual passava a Colômbia desde o *Bogotazo* (1948).

Com relação a esta proposição, a tese do pesquisador colombiano Cuellar (1977) é que embora as propostas acima aparentassem representar a constituição de uma ampla frente de forças em prol de uma abertura democrática, tratava-se ao contrário, de um movimento das oligarquias liberais e conservadoras para ao mesmo tempo derrubarem Rojas Pinilla do poder e garantirem a transição para um governo civil com amplo respaldo na sociedade civil. Em 10 de maio de 1957 ocorreu então uma greve geral, com forte participação popular, organizada e patrocinada por empresários, banqueiros, industriais e comerciantes contra a ditadura de Rojas Pinilla, o que mostrou que a estratégia projetada pelas lideranças dos partidos tradicionais teve

êxito e conseguiu o respaldo de amplos setores da sociedade civil. Diante das mobilizações para sua saída e sem contar com uma base social sólida de apoio, o general retirou-se do país, deixando o poder nas mãos de cinco militares que deveriam organizar o processo de transição para o governo civil. O poder ficou a cargo do que se designou por Junta Militar.

Conforme Rossi (1992), o papel fundamental da Junta Militar foi realizar a transição de uma ditadura militar para um governo que restauraria o comando do Estado às antigas classes dirigentes dos partidos tradicionais. Durante a gestão da Junta Militar o cenário político colombiano manteve-se estável, propiciando aos partidos tradicionais um ambiente favorável para a consolidação do projeto da Frente Nacional. Em 20 de julho de 1957 reuniram-se em Sitges, Espanha, os líderes de ambos os partidos, Laureano Gómez e Alberto Lleras Camargo, para renovarem as declarações a favor da Frente Nacional. Firmaram então o Pacto de Sitges¹³, o qual segundo Luján (1989a, p. 197), foi um “acuerdo fundamental que define los principios conceptuales concretos sobre los cuales se van a construir las instituciones del Frente Nacional”.

De acordo com Cuellar (1977), um ano depois de dado o primeiro passo para a criação da Frente Nacional, a Junta Militar acolheu o Pacto de Sitges e pelo decreto n. 0247 expedido em 4 de outubro de 1957 convocou-se para 1 de dezembro de 1957 um plebiscito¹⁴ para aprovar as seguintes reformas constitucionais:

1. Las mujeres tendrán los mismos derechos políticos que los varones.
2. En todas las elecciones populares para corporaciones públicas hasta el año de 1968, **solo se reconocerá la existencia de dos partidos, el conservador y el liberal, ninguno de los cuales podrá elegir más de la mitad de los miembros de cada corporación.**
3. En las corporaciones públicas, la mayoría para todos los efectos legales, será de los dos tercios de los votos.
4. Los ministros del despacho nombrados por el presidente de la Republica **representaran a los partidos políticos en la proporción en que se encuentran en las Cámaras Legislativas, es decir, paritariamente.**
5. E nombramiento y remoción de los empleados administrativos no podrá hacerse sino dentro de las normas de carrera administrativa que señale la ley.
6. A los empleados y funcionarios públicos de la carrera administrativa, les está prohibido tomar parte en las actividades de los partidos políticos, salvo el derecho de sufragio.
7. La filiación política no podrá determinar el nombramiento para un empleo o cargo público de la carrera administrativa, o la destitución o promoción.
8. Los miembros del Congreso y de las Asambleas Departamentales no tendrán sueldo permanente, sino asignaciones diarias durante el término de las sesiones.
9. Las primeras elecciones bajo estas normas se realizaran durante el primer semestre de 1958.

¹³ Para texto completo do Pacto de Sitges consultar ANEXO C.

¹⁴ Para texto completo do decreto sobre o Plebiscito consultar ANEXO D.

10. El presidente de la Republica tomara posesión de su cargo el 7 de agosto de 1958 y hasta esa fecha continuara ejerciendo la presidencia de la Republica la Junta Militar.
11. A partir del 1 de enero de 1957, el Gobierno Nacional invertirá no menos de 10% de su presupuesto general en gastos con educación.
12. La Corte Suprema de Justicia estará integrada por el número de magistrados que determine la ley, **y los cargos serán distribuidos entre los partidos políticos (liberal y conservador) paritariamente.**
 Los magistrados serán inamovibles.
 La ley determinara las causas de destitución y organizara la carrera judicial”
 (CUELLAR, 1977, p. 194-195, grifo nosso).

O Pacto de Sitges propôs um governo que durasse doze anos baseado na paridade em toda e qualquer esfera administrativa. O Legislativo e o Executivo deveriam obedecer ao mesmo critério, mas conservando-se a eleição direta. Desta maneira impedia-se por mecanismos institucionais, a hegemonia de apenas uma força política no exercício do poder, não importando o número de votos que obtivesse um ou outro partido, pois cada um deles sempre estaria equilibradamente representado. O problema do ponto de vista da consolidação de instituições democráticas, é que a nova fórmula excluiu a participação de atores políticos que não estivessem ligados aos partidos Liberal e Conservador, deixando à margem do sistema político as organizações que gravitavam fora da órbita do sistema bipartidário. Com isso tais organizações políticas alternativas ao bipartidarismo só poderiam participar do jogo político se estivessem coligadas aos partidos conservador ou liberal, como foi o caso do *Movimiento Revolucionario Liberal (MRL)*¹⁵ e da *Alianza Nacional Popular (ANAPO)*¹⁶.

Levando-se em consideração os critérios fundamentais da teoria de Dahl (2005) para a caracterização de um sistema poliárquico, no qual deveriam coexistir a contestação pública e o direito de participação, nota-se que com a oficialização do bipartidarismo, por meio da emenda constitucional, houve o estreitamento das possibilidades de participação na contenda política, limitando a própria consolidação de um sistema democrático na Colômbia. Para melhor

¹⁵ Inicialmente denominado *Movimiento de Recuperación Liberal* em 1960 mudou seu nome para *Movimiento Revolucionario Liberal*. Tal movimento surgiu em oposição ao modelo de governo proposto pela Frente Nacional e teve como líder Alfonso López Michelsen, filho do ex-presidente Alfonso López Pumarejo (1934-1938 / 1942 – 1945). O MRL foi até 1967 a principal organização de oposição política à Frente Nacional. Caracterizou-se por ser uma organização popular que teve relativa influência sobre o movimento operário e camponês, contando também com a colaboração da esquerda colombiana (GUARÍN, 2005), em especial com o Partido Comunista Colombiano, o qual encontrou nessa organização uma abertura para poder participar da disputa por espaços nas instituições do Estado. O MRL dissolveu-se em 1968 quando se incorporou ao governo *frentenacionalista* de Carlos Lleras Restrepo (BUITRAGO, 1991).

¹⁶ Diferentemente do MRL, a *Alianza Nacional Popular (ANAPO)*, fundada em 1962, cuja principal liderança foi o general Rojas Pinilla, não se apresentou como dissidência a um dos partidos da Frente Nacional, mas como um partido alternativo ao sistema vigente que habilmente conseguiu se coligar tanto com setores do Partido Conservador, quanto com setores do Partido Liberal, conquistando a simpatia dos eleitores de ambas as tendências (GUARÍN, 2005).

embasamento, deve-se constatar que ao limitar a representação legal aos partidos Liberal e Conservador comprometia-se a livre expressão da diversidade presente na sociedade civil colombiana, à medida que não havia garantia de que tais partidos representassem o conjunto dos interesses de todos os grupos sociais. Como será demonstrado no decorrer do texto, a Colômbia apresentou nas décadas de 1960 e 1970 um conjunto de interesses que pressionavam a esfera pública e que não necessariamente encontraram expressão nos partidos Liberal e Conservador. Esta argumentação encontra respaldo na interpretação de Sáez (2003, p. 342) sobre o período de vigência da Frente Nacional, conforme citação:

El Frente Nacional puso en práctica el principio contrario a uno de los rasgos que singulariza al sistema democrático que no es sino la capacidad de sustituir al partido que está en el poder por medio del voto y brindar nuevas opciones a diferentes proyectos de gobierno. En Colombia se renunció a tener alternativas y a la multiplicidad de las opciones y, en nombre del entendimiento nacional, se justificó la abdicación al contenido ideológico de las colectividades políticas.

Desta forma, para que a coalizão bipartidária proposta pela reforma constitucional pudesse se efetivar era necessário um mecanismo que lhe conferisse legitimidade: o plebiscito. Como aponta Luján (1989a), o plebiscito foi a manobra política que sustentou e legitimou a Frente Nacional, pois uma formação institucional desta magnitude deveria ser referendada pela fonte essencial de legitimidade – a consulta popular. Em 1 de dezembro de 1957 realizou-se o plebiscito que reformaria a Constituição de 1886, eliminando as modificações aprovadas pela Assembleia Constituinte de 1953 (GUARÍN, 2005).

Embora o voto na Colômbia não fosse obrigatório, a reforma constitucional foi amplamente respaldada pela população. Os números demonstraram que a favor da reforma votaram 94,8% de um total de 4.397.090 eleitores, já contra a reforma votaram apenas 4,7% (LUJÁN, 1989a). Vale ressaltar que esta foi a maior participação eleitoral da história do país até então e mesmo durante o período da Frente Nacional, indicativo de um apoio popular significativo às instituições da nascente Frente Nacional, conferindo-lhe a legitimidade necessária em seu início.

É importante registrar que ao mesmo tempo que a Frente Nacional iniciava sua história com amplo respaldo eleitoral, a forma de exercício do poder por meio da paridade implicaria em transformações no próprio perfil político e social dos partidos Liberal e Conservador. A distinção tradicional entre ambos que imperou até 1950, na qual o Partido Liberal apresentava-

se basicamente como representante de uma ordem laica, anticlerical e progressista e o Partido Conservador representava os interesses da Igreja Católica e dos grandes proprietários rurais, começou a modificar-se de modo significativo. À medida que o arranjo político se consolidava, o sistema paritário da Frente Nacional garantia as condições para uma homogeneização entre forças antagônicas até então. Para Cuellar (1977, p. 194):

Entre el partido conservador y el partido liberal, como lo había anunciado el viejo López “se habían borrado las fronteras políticas”. El partido liberal ya no era radical, ni anticlerical, ni partidario de la separación entre la Iglesia y el Estado, ni anticonfesional, ni vocero de la “soberanía popular”, tras de la cual buscaban salida las aspiraciones sociales de una pequeña burguesía oprimida por la aristocracia terrateniente. El partido conservador tampoco era exclusivamente clerical, incondicionalmente adicto de los regímenes personales fuertes, ni nacionalista, ni vuelto hacia la tradición hispana. A la cabeza de los grandes partidos, con igual calidad y fuerza, había aparecido la alta burguesía cuyos intereses exigían la organización del Estado, bajo la apariencia de una organización vertical de los partidos opuestos, que en realidad dan sustento a la organización horizontal de las clases dominantes en cima de la pirámide, el séquito de fuerzas armadas y jerarcas de la Iglesia al lado y las clases populares subordinadas en la base (CUELLAR, 1977, p. 194).

Os elementos ressaltados pelo autor podem ser analisados por dois ângulos: político-institucional e econômico-social. No plano político-institucional, a homogeneização entre os dois partidos tradicionais foi propiciada pela própria forma institucional assumida pelo regime, que conduzia as ações políticas no sentido da criação de consenso entre as elites que exerciam o poder no interior do Estado colombiano. Abria-se a possibilidade para a conformação de unidade das classes dirigentes no Estado a partir da Frente Nacional¹⁷. No plano econômico-social houve uma homogeneização dos interesses materiais e de classe, ou seja, uma confluência entre os interesses da grande propriedade rural e de uma burguesia em “ascensão” localizada no espaço urbano-industrial. Desse modo configurava-se na Colômbia o bloco histórico, conforme a conceituação dada por Gramsci já abordada anteriormente.

É importante ressaltar que, conforme sugerido pela própria bibliografia analisada e que será retomado à frente, o acordo bipartidário, para além da restauração da democracia constituiu-se em um novo poder oligárquico que assumiu o controle do Estado de modo a estabelecer um monopólio político, que vetava a participação de partidos opostos ao sistema bipartidário. Neste sentido, a Frente Nacional redefiniu as estratégias de dominação das elites

¹⁷ Aqui segue-se uma sugestão metodológica de Gramsci na qual: “A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados” (Gramsci, 2002b, p. 139).

políticas, em que as oligarquias liberais e conservadoras, unificadas contra a ditadura militar, conseguiram por meio da consulta plebiscitária um acordo de longo prazo cujo eixo central foi realizar a repartição do poder pacificamente.

Posteriormente, analisa-se a gestão dos presidentes da Frente Nacional a fim de demonstrar que a proposta política de adoção deste sistema institucional se desdobrará em contradições que marcaram de modo significativo a dinâmica política da Colômbia contemporânea.

3.1 Alberto Lleras Camargo (1958-1962)

O governo de Camargo teve uma importância fundamental para a transição do governo de Pinilla para a Frente Nacional, pois foi nele que se estabeleceram as bases do governo de coalizão que comandaria o sistema político colombiano nos anos seguintes. Cabe registrar que foi na reforma constitucional realizada em seu governo que se institucionalizou o critério de alternância partidária liberal-conservadora.

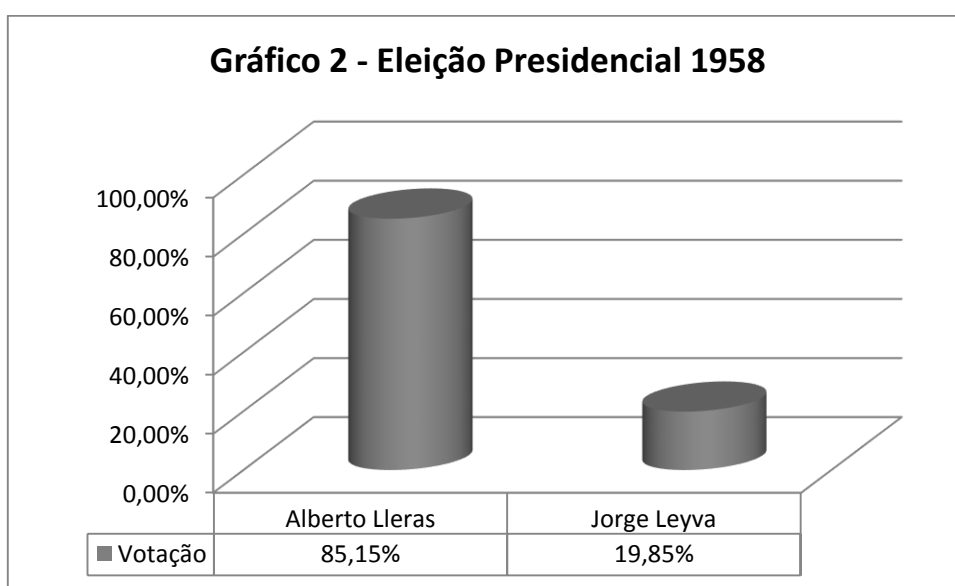
Alberto Lleras Camargo, ex-secretário da Organização dos Estados Americanos (OEA), e dirigente do Partido Liberal, em acordo com setores do Partido Conservador foi designado primeiro presidente da Frente Nacional (ROSSI, 1992). Esta designação não deixou de ser submetida à contestação por parte de grupos no interior dos partidos Liberal e Conservador. Dessa maneira, seu nome como primeiro candidato oficial da Frente Nacional, somente foi definido depois de acordos políticos entre as principais lideranças dos dois partidos. Com o objetivo ser o candidato respaldado pela Frente Nacional, Alberto Lleras Camargo formulou a seguinte proposta:

“[...] el partido liberal está dispuesto a pactar con él (Partido Conservador) una reforma constitucional por virtud de la cual se establezca la alternación en la presidencia de la República, por término de cuatro períodos, de los cuales corresponderían dos al partido liberal y dos al partido conservador” (LUJÁN, 1989a, p. 208).

A proposta de alternância aceita pelo Partido Conservador garantiu que o primeiro presidente da Frente Nacional fosse um liberal, embora, segundo Luján (1989a) se tenha

lançado a candidatura de um conservador para que fosse garantida a credibilidade e a legitimidade das eleições a serem realizadas no ano de 1958.

Em 4 de maio de 1958 foram realizadas as eleições presidenciais, como previsto pela reforma aprovada no plebiscito de 1957. Alberto Lleras Camargo, o candidato oficial da Frente Nacional, foi eleito com a maior votação obtida por um político colombiano até aquela data, recebendo a maioria dos votos válidos: 80,15%, enquanto seu opositor do Partido Conservador, alcançou pouco mais de 19,85% votos válidos (LUJÁN, 1989a), conforme o gráfico:



Fonte: GUARÍN (2005, p. 26)

Em 20 de julho de 1958 foi realizada a prometida reforma constitucional que previa prolongar por dezesseis anos a Frente Nacional e instaurar a alternância presidencial durante todo este período. Deste modo estavam lançadas as bases institucionais do governo de coalizão liberal-conservadora, configurando cesarismo de coalizão. Ao assumir a presidência da República, Alberto Lleras Camargo anunciou em seu discurso, a preocupação em reparar e harmonizar as instituições políticas e econômicas por meio do sistema de coalizão e evitar um desequilíbrio político catastrófico:

Si solamente los dos partidos podían realizar la primera tarea (restablecer el régimen constitucional y legal) cómo es de claro que esta segunda, no menos apremiante, la de evitar que la crisis haga un destrozo irreparable en la economía y provoque

turbaciones muy serias del orden social, no puede adelantarse sino con el concurso de las inteligencias, capacidades y voluntad de cooperación de conservadores y liberales. De tal manera que si no hubiera existido ya y no estuviera el Frente Nacional, habría tenido que constituir-se para atender a esta otra emergencia (CAMARGO, 1958, p. 914).

A reforma na Constituição foi feita pelo Ato Legislativo 01 de 1959¹⁸. Nele foi estabelecido que o princípio da paridade liberal-conservadora se estenderia até 1974, ou seja, quatro anos a mais do que foi aprovado no plebiscito de 1957 e também que o próximo presidente eleito nas eleições de 1962 deveria ser do Partido Conservador. Segundo o Ato, a alternância partidária funcionaria da mesma maneira nos anos seguintes.

As reformas constitucionais aprovadas no plebiscito de 1957, somadas às de 1959, legitimaram o monopólio político dos partidos tradicionais, o que significou a impossibilidade de participação de qualquer outro grupo político que estivesse fora do sistema bipartidário, ratificando a institucionalização do cesarismo de coalizão. Além disso, impediu-se a criação de novos partidos que pudessem atuar como uma alternativa ao bipartidarismo. Em relação ao fato, Cuellar (1977, p. 200) afirmou que: “Sin embargo el gobierno de Lleras fue el más consecuente y eficaz administración de los intereses de la oligarquía a él confiados”. O caminho encontrado para o exercício do poder, pelas classes dirigentes diante de uma situação de crise de hegemonia, não seria por meio da delegação de poder a um líder carismático, como no cesarismo clássico ao estilo Bonaparte, mas sim numa forma mais complexa característica da política do século XX (GRAMSCI, 2002a) que é a coalizão. Por outro lado, do ponto de vista das relações institucionais entre os poderes, esta solução permitiu o estabelecimento de uma relação mais equilibrada entre o Executivo e Legislativo, mesmo em se tratando de um regime presidencialista, posto que o chefe do Executivo assumiria o comando do governo contando de antemão, devido à paridade, com um amplo respaldo dos dois partidos que constituíam a base do poder Legislativo. Conforme será abordado em momento oportuno, esta característica institucional do sistema político colombiano permitiu ao Executivo utilizar-se amplamente de prerrogativas excepcionais necessárias para decretação de estado de sítio sem entrar em conflito com o Legislativo.

¹⁸ “Acto Legislativo No. 1 de 1959. Artículo 1. En los tres períodos constitucionales comprendidos entre el 7 de agosto de 1962 y 1974, **el cargo de Presidente de la República será desempeñado, alternativamente, por ciudadanos que pertenezcan a los dos partidos tradicionales, el conservador y el liberal**; de tal manera que el presidente que se elija para uno cualquiera de dichos períodos, pertenezca al partido distinto de su inmediato antecesor. Por consiguiente, para iniciar la alternación a que se refiere este artículo, el cargo de Presidente de la República en el período constitucional comprendido entre el 7 de agosto de 1962 y 7 de agosto de 1966, será desempeñado por un ciudadano que pertenezca al partido conservador” (CASTRO, 1987. pág. 470, grifo nosso).

Diante de tais fatos pode-se indagar: caso a população soubesse que o governo de coalizão duraria dezesseis anos e que a alternância entre os candidatos dos dois partidos seria regra amparada, inclusive, por um ato legislativo, a Frente Nacional teria o respaldo obtido no plebiscito de 1957? Esta foi a indagação feita por Luján (1989a, p. 205):

Un interrogante que quedará sin respuesta es si el país hubiera respaldado una propuesta plebiscitaria con todos los detalles que después se integrarían al sistema institucional del Frente Nacional. De haberse añadido al texto del plebiscito la alternación en la presidencia de la Republica y la prolongación del gobierno de coalición a dieciséis años, ¿habría respondido el país con igual entusiasmo? Nunca se sabrá.

Como aponta Guarín (2005), a consequência do ato legislativo que instituiu o sistema de alternância partidária, em última instância, criou um novo partido síntese dos dois partidos tradicionais. Este fato levou as outras forças excluídas do sistema político a organizarem agrupamentos de oposição, fossem eles guiados pelos princípios da luta armada ou não, que atuaram, inevitavelmente, à margem das instituições políticas do regime. Muitas destas organizações, como será demonstrado posteriormente, converteram-se em movimentos populares e grupos insurgentes que, ao pressionarem o sistema político vigente, foram brutalmente reprimidos, levando muitos deles a se radicalizarem e optarem pela luta armada como meio de expressão. Independente da modalidade de oposição que fizessem ao sistema da Frente Nacional, isso foi um indicativo de que o país, mais uma vez, dividiu-se em dois grupos fundamentais: ao invés da tradicional divisão entre liberais e conservadores, a divisão neste caso passou a ser entre os *frentenacionalistas* e seus opositores. Guarín (2005, p. 28, grifo nosso) apontou que:

La falta de democracia interna para la toma de decisiones y selección de candidatos y la constitucionalización de la alternación y la paridad, favorecieron al establecimiento de los dos partidos, concentraron el poder en los “jefes naturales” y taponaron los espacios de participación para las nuevas generaciones, que no se cansaban en reclamar un cambio en la conducción de la política. Para las figuras jóvenes que buscaban una renovación, el Frente Nacional era un obstáculo que debía echarse abajo para dar lugar a sus legítimas aspiraciones. Todo esto, terminó alimentando una oposición restringida al ámbito de los dos partidos y que no dispondría nunca de la representación parlamentaria requerida para reformar la constitución y **llevar al país al libre juego democrático.**

Apesar do que está inserido na citação, cabe ressaltar que as normas não vetaram a participação de múltiplos candidatos à presidência, mas o candidato, para concorrer às eleições, deveria se apresentar coligado a um dos partidos tradicionais e para ser eleito obrigatoriamente tinha que pertencer ao partido oposto à legislatura anterior, ou seja, caso na legislatura atual estivesse um liberal, na próxima deveria ser eleito um conservador. Mas o que aconteceria se em uma eleição o número de votos em um partido que não correspondesse aos critérios da alternância fosse maior? Conforme Guarín (2005), teoricamente haveria a possibilidade de que um candidato das forças opositoras obtivesse mais votos que o da Frente Nacional, mas neste caso lhe seria negado o exercício do governo, declarando seus votos como nulos. Diante disso:

La eliminación de la oposición, la imposibilidad práctica de fundar nuevos partidos políticos, la obligatoriedad de hacer parte de un partido tradicional para participar en las elecciones y acceder a cargos públicos, la imposición a los ciudadanos de dos opciones políticas a la hora de elegir y la integración de listas de candidatos por los jefes de los partidos, restringió duramente la democracia. (GUARÍN, 2005, p. 16).

A análise sugere que tais características do sistema político colombiano apontadas até o momento, tiveram continuidade nos anos seguintes. Em 1960 ocorreram as eleições para os corpos colegiados em que foram escolhidos vereadores, deputados e representantes da Câmara. Conforme Luján (1989b), tais eleições tiveram importante significado, porque poriam à prova a estabilidade e o futuro da Frente Nacional. Segundo o autor, este processo eleitoral demonstraria o grau de respaldo e apoio popular à coalizão bipartidária, além de sinalizar naquele contexto qual grupo gozava de maior representatividade perante a sociedade.

Dentro de um sistema que constitucionalmente impedia que correntes políticas externas ao espectro liberal-conservador disputassem espaços no interior do Estado, estava aberto o caminho para o fortalecimento de forças dissidentes dos partidos tradicionais. Para participarem da disputa por votos, como já mencionado, os dissidentes tinham, obrigatoriamente, que estarem coligados a um dos dois partidos. No campo liberal, o MRL representou a oposição aberta à Frente Nacional e embora concorrendo pela primeira vez nas eleições, obteve significativa votação, alcançando 280.170 votos frente aos 1.071.525 votos da ala oficial do Partido Liberal, ou seja, 23,9% do total de sufrágios recebidos pelo Partido Liberal. Com este resultado elegeu-se 16 representantes da Câmara (GARCÍA, 2008). De acordo com os dados apresentados por Luján (1989b, p. 220), os resultados das eleições foram, naquele contexto, favoráveis à ala oposicionista:

El grupo del MRL obtuvo cerca de la cuarta parte de la votación liberal, cifra muy significativa para un sector que nunca antes se había asomado a las elecciones. Este caudal electoral significó el control de 20 de las 73 curules asignadas al liberalismo en la Cámara de Representantes [...] Agregando la votación de todos los grupos opositores se encuentra que más del 40% de los electores manifestaron su desacuerdo con los programas de gobierno del Frente Nacional o con la continuidad del sistema mismo.

Para Vieira (1960), as eleições de 20 de março de 1960 indicaram que a Frente Nacional, apenas três anos após seu início, já vivenciava um período de crise institucional, pois ao mesmo tempo em que foi registrado um alto índice de abstenção eleitoral, muitos setores populares manifestaram sua insatisfação com o sistema vigente, votando nas opções alternativas ao bipartidarismo. Mesmo que se possa questionar se tais resultados já indicariam uma situação de crise institucional, nota-se pelos resultados das eleições que os grupos políticos que se apresentavam como alternativa aos partidos hegemônicos da Frente Nacional também tinham respaldo na sociedade civil colombiana.

O candidato conservador designado para substituir o liberal Alberto Lleras foi Guillermo León Valencia. No entanto, esta designação não foi levada a cabo sem conflitos e discussões internas sobre a permanência da coalizão, o que em vários momentos colocou em xeque a continuidade do modelo da Frente Nacional. A principal ameaça estava nos grupos dissidentes dos partidos tradicionais, mais especificamente o MRL e a ANAPO. Deste modo o pacto entre liberais e conservadores que pretendia “congelar a luta política” viu-se diante de uma importante fissura no bloco de poder. Conforme Luján (1989b, p. 223):

El anuncio de la convención nacional del MRL, en el sentido de que sometería a consideración del electorado un candidato liberal, le imprimía un factor de inestabilidad y perturbación al desenvolvimiento del pacto de alternación, situación que se haría aún más dramática si el conservantismo llegaba excesivamente fragmentado a las urnas. A este factor hay que añadirle la aparición de la candidatura anapista de Rojas Pinilla.

Como indicador desta instabilidade política tem-se os números obtidos nas eleições parlamentares de março de 1962. Nelas, a ala do Partido Conservador favorável à Frente Nacional foi amplamente derrotada. Por sua vez, os grupos políticos opostos à coalizão, a

ANAPO e o MRL, alcançaram resultados significativos. Luján (1989b, p. 224) argumentou que:

La disidencia incrementó su participación en la votación liberal del 21,5% en 1960, al 35% dos años después, lo que le permitió controlar 33 sillas en la Cámara de Representantes, 13 más que en la jornada anterior, y 12 curules en el Senado donde antes contaba con ninguna. De la misma forma la ANAPO hizo un debut importante al lograr dos senadores y seis representantes.

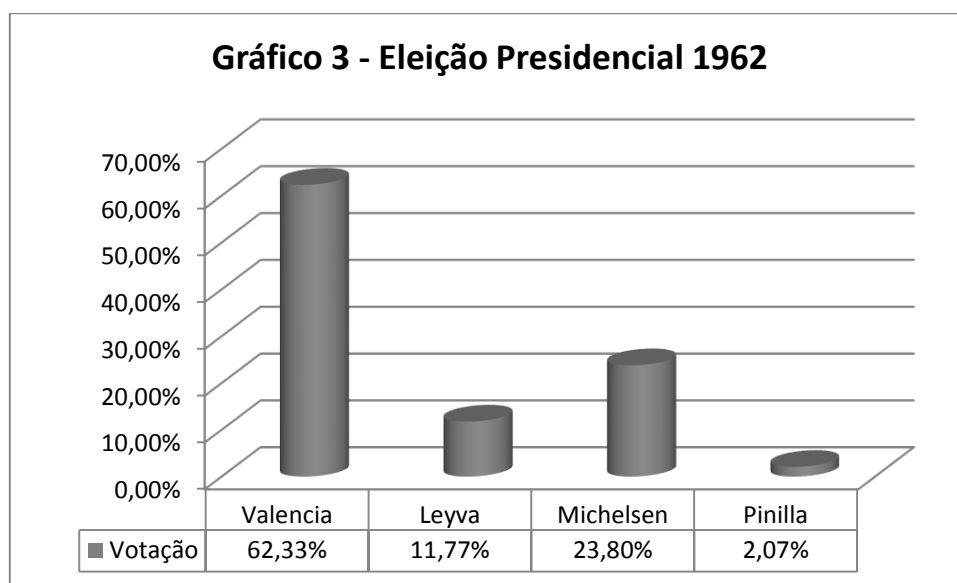
El voto en contra del Frente Nacional había pasado de representar el 16,5% del electorado en 1960 al 23,5% en 1962, y los opositores a la coalición obtuvieron el importante logro político de convertirse en movimiento de alcance nacional.

Os dados indicam que a oposição à coalizão conseguia ganhar espaços no governo, especialmente no Legislativo, podendo debilitar em alguma medida a hegemonia liberal-conservadora no interior do Estado. Outro fator que demonstrou a tendência de debilidade da Frente Nacional foi a reincidência do alto índice de abstenção eleitoral nas eleições parlamentares que deveriam eleger novos vereadores municipais e deputados para as assembleias estaduais e a Câmara de Representantes. Segundo Vieira (1964), de um total de seis milhões e quinhentos mil eleitores votaram somente pouco mais de dois milhões, abstiveram-se de votar cerca de 70% dos eleitores do país.

A análise dos dados feita por Luján (1989b) complementa os apontamentos acima. Para o autor, o que mais evidenciou a debilidade do acordo de coalizão foi a resposta institucional dada pela Frente Nacional à candidatura para a Presidência da República de López (MRL) e Rojas Pinilla (ANAPO). Como demonstra seu estudo, embora a população respaldasse as alas oposicionistas, seus membros - conforme critérios legislativos da alternância em que deveria ser eleito um candidato do partido conservador - não puderam concorrer às eleições presidenciais, pois a candidatura de López Michelsen, candidato pelo MRL, coligado ao Partido Liberal, foi declarada inconstitucional por contrariar o modelo de alternância. Também foi impugnada a candidatura de Rojas Pinilla, por se tratar de um ex-ditador.

Pero el efecto fue precisamente inverso a lo deseado. Las argumentaciones y obstáculos legalistas contra las candidaturas de oposición sirvieron más para alimentar la imagen represiva y excluyente del Frente Nacional que para aliviar efectivamente sus temores de una potencial ruptura del esquema (LUJÁN, 1989b, p. 224).

As eleições presidenciais terminaram favorecendo o candidato da Frente Nacional, que obteve 62,33% dos votos válidos. Mas os candidatos da oposição - Alfonso López Michelsen, Rojas Pinilla e Jorge Leyva (do Partido Conservador) – tiveram cerca de 37% dos votos válidos contra o candidato da situação (LUJÁN, 1989b). O gráfico demonstra os números:



Fonte: GUARÍN (2005, p. 27).

Os dados permitem notar que se somados os sufrágios recebidos pelos candidatos de oposição à Frente Nacional encontra-se um total de 988.412 votos, ou seja, mais da metade dos votos recebidos pelo candidato oficial da Frente Nacional que teve 1.636.081 dos votos válidos. Desse modo percebe-se que o grau de consenso em torno do modelo de exercício do poder político e de rotatividade das lideranças políticas, bastante restrito, já não era tão elevado. Para Rossi (1992, p. 115):

El segundo presidente del Frente Nacional arrancaba su gobierno debilitado por unos resultados electorales que ponían en duda la calidad democrática de su mandato, con una rama legislativa en la que ya no poseía el poder político suficiente para legislar, con su propio partido escindido y, para colmo de males, con una economía en bancarrota.

Um cálculo que compare o número de votos válidos do plebiscito de 1957 e das eleições de 1962 revela que o total de sufrágios das eleições de 1962 representou 59,68% do total de sufrágios do plebiscito de 1957. Por outro lado, ainda de acordo com a interpretação de Rossi (1992), a Frente Nacional passou a perder seu prestígio e teve seu monopólio de poder abalado, principalmente por forças contrárias ao governo de coalizão, como foi o caso da ascensão política do padre Camilo Torres com sua iniciativa de fundação do *Frente Unido*¹⁹, movimento que mobilizou um número considerável de forças populares.

3.2 Guillermo León Valencia (1962-1966)

Conforme Rossi (1992), uma característica marcante do quadriênio de Valencia foi a presença constante de protestos populares, a rearticulação dos grupos guerrilheiros e um grande número de greves, sinais de forte agitação da sociedade civil colombiana descontente com o modelo vigente. Conforme Luján (1989b), a ação política do governo de Valencia se concentrou principalmente sobre a grande agitação popular e a ascensão e formação de novos grupos insurgentes que pressionavam para a abertura do modelo de coalizão. Gallego (2008, p.41), segue esta mesma linha de interpretação:

Durante su administración la presión de los directorios políticos fue fuerte, lo mismo que su influencia en el Gobierno, puesto que debió enfrentar un paro nacional decretado por las centrales obreras y confrontar la situación de orden público que no cedía a las prácticas de la violencia. Por ésto, su principal acción de gobierno estuvo dirigida hacia la "pacificación" de la república, y para lograrlo dirigió la acción de las fuerzas armadas contra las llamadas *repúblicas independientes*, y puso en marcha las acciones *cívico-militares* como estrategia política para ganar el apoyo popular. Es durante su administración que se producen el ataque a Marquetalia, el Pato,

¹⁹ O *Frente Unido* foi um movimento político heterogêneo, composto basicamente por setores da pequena burguesia, intelectuais, estudantes e proletários urbanos, propondo-se como um movimento pluralista e de unidade popular, capaz de se constituir como uma alternativa política aos Partidos Liberal e Conservador (CASAS, 1990). Seu líder, o padre Camilo Torres (1929-1966), oriundo de uma aristocrática família de Bogotá, propôs a mudança da estrutura do poder político em favor da maioria a partir de ações como: reforma agrária, reforma urbana e nacionalização da economia (GUZMÁN, 1968). Tal plataforma produziu um grande impacto em todas as esferas sociais e institucionais e Camilo Torres projetou-se como um líder nacional. Conforme Guzmán (1968), devido à sua ascensão política por meio de propostas que questionavam abertamente a permanência dos partidos tradicionais no poder, assim como seu tratamento para com as classes populares, Camilo Torres passou a ser perseguido pelo Estado, levando-o a optar pelo ingresso no *Ejército de Liberación Nacional* (ELN).

Guayabero y Riochiquito, que dan origen a la FARC. Igualmente, es durante este gobierno que surge el ELN²⁰.

Conforme a exposição, a Frente Nacional entre os anos de 1962 e 1964, encontrou-se diante de pressões vindas “de baixo”, ou seja, de uma sociedade civil que se tornava mais complexa, configurada por interesses distintos os quais, em última instância, eram a expressão da própria situação político-econômica colombiana naqueles anos. Um fator bastante significativo a esse respeito foi a grave crise econômica pela qual passava o país. Assim Guillermo León Valencia, logo no início de seu governo, teve também que enfrentar uma situação econômica crítica que atingiu principalmente a classe operária e camponesa do país, com aumento de preços dos produtos básicos necessários à manutenção das famílias dos trabalhadores e a queda dos salários reais. (RUIZ, s/d).

De acordo com Luján (1989b, p. 226), a situação econômica no final do governo de Alberto Lleras encontrava-se em difícil situação, pois: “El descenso de las reservas internacionales, debido a los bajos precios del café y la evidente revaluación de la moneda, se volvió cada día más crítico, amenazando con traducirse en una crisis cambiaria generalizada”.

Como solução, em finais de 1962, Valencia decidiu pela desvalorização cambial. Em 1963, o país começou a sentir as consequências desta política: houve aceleração do desemprego, redução das importações, diminuição do ritmo das atividades econômicas, disparada da inflação e ausência de investimentos públicos para reformas sociais, ocasionando o empobrecimento das novas massas urbanas produzidas pela migração da população rural para os centros urbanos. Para ilustrar a situação descrita, o aumento dos preços dos produtos da cesta básica passou de 4,3% no ano de 1962 para 27,2% em 1963. (LUJÁN, 1989b).

Embora o foco deste trabalho não seja propriamente uma análise sobre as condições econômicas da Colômbia no período da Frente Nacional, estes elementos não podem ser desconsiderados como fatores importantes para a configuração dos grupos de interesse que irão projetar a solução de seus problemas e a realização de seus objetivos (reforma agrária, direitos políticos etc.), para a esfera político-institucional. Por outro lado, as questões advindas do campo econômico constituiriam um problema a mais, a ser levado em consideração pela coalizão liberal-conservadora nas eleições seguintes (1966), que ocorreriam em um momento político extremamente delicado da história colombiana devido à ascensão da luta guerrilheira

²⁰ Cabe salientar que os grupos insurgentes, assim como o ataque à Marquetalia, Riochiquito, El Pato e Guayabero citados por Gallego serão abordados posteriormente.

urbana e rural, movimentos que se originaram a partir do ano de 1964, como as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC), o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), o *Ejército Popular de Liberación* (EPL), entre outros.

Neste cenário, em 1966 ocorreram as eleições parlamentares, cujos resultados apresentaram algumas surpresas para os grupos da coalizão. A primeira delas foi o fortalecimento da ala oficial do Partido Liberal em detrimento das alas oposicionistas dissidentes deste Partido, particularmente o MRL. Como demonstra Luján (1989b, p. 234), a ala oficial do liberalismo “logra incrementar su participación en la votación total del 35% en 1962 a cerca del 39% en las elecciones parlamentarias de 1966”. Já o MRL, sofreu uma considerável diminuição de votos de 36% em 1962 para 27% em 1966 (LUJÁN, 1989b).

Embora o MRL tenha perdido sua força eleitoral, a ANAPO, liderada por Rojas Pinilla, consolidava sua posição como força política alternativa no cenário político da época. Ainda segundo Luján (1989b, p. 235):

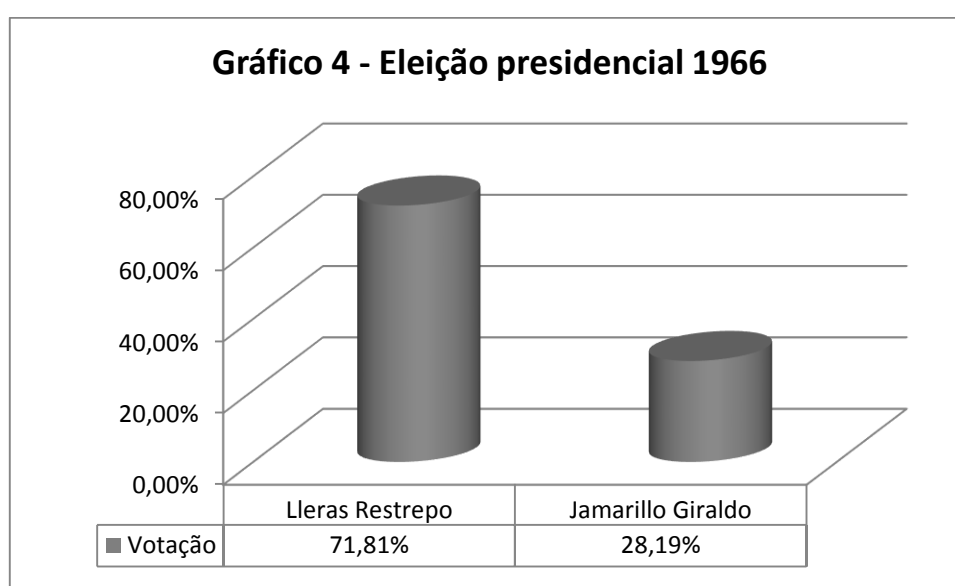
Los resultados electorales revelaron que la Alianza Nacional Popular había logrado una formidable ampliación de su poder político y de sus representantes en el Congreso. Entre 1962 y 1966 el movimiento del general Rojas logra elevar su participación en la votación total del 3,4 al 18%, aproximadamente. En términos parlamentarios, este dinamismo electoral les significó adquirir el control sobre 46 curules adicionales en Senado y Cámara.

Os dados a respeito do desempenho eleitoral da ANAPO indicavam que o descontentamento da população com os mecanismos institucionais e a política para a sociedade desenvolvida pela Frente Nacional sinalizavam a possibilidade de ruptura no interior do cesarismo de coalizão, e este era um desafio a ser enfrentado pelo próximo governo.

3.3 Carlos Lleras Restrepo (1966-1970)

Os resultados das eleições presidenciais de 1966 foram aparentemente favoráveis a Carlos Lleras Restrepo. Os números demonstraram que obteve cerca 71,81% dos votos válidos frente ao candidato da oposição, o liberal Jamarillo Giraldo, apoiado por Rojas Pinilla, que

ficou com 28,19% dos votos válidos (LUJÁN, 1989c). No entanto, levando-se em consideração o número de eleitores que foram às urnas no plebiscito de 1957 (quase uma década atrás) – 4.169.294 - constatou-se que houve uma significativa redução da participação eleitoral. O número de eleitores que participaram em 1966 representou 59,88% da participação em 1957, ou seja, houve uma drástica redução em termos absolutos na participação. Comparando-se com o total de eleitores do país em 1962 (6.500.000) apenas 40% desse total compareceu às urnas e isso, cabe destacar, em um cenário de instabilidade econômica e social no país.



Fonte: GUARÍN (2005, p. 29).

O governo de Carlos Lleras Restrepo teria a tarefa de encontrar uma saída política para dotar o Estado de uma estrutura institucional e organizativa que atuasse de modo eficaz sobre a crise econômica que atingia o país e causava problemas como o desemprego (em um país que a cada ano se urbanizava pela continuidade da migração campo – cidade)²¹. Mediante esse

²¹ Alguns dados importantes sobre este ítem podem ser observados na citação que segue: “Al comenzar los años cincuenta se produjo en el país un fuerte incremento del tamaño de las ciudades que permitió, en la década siguiente, invertir la relación entre población urbana y rural. El crecimiento intercensal representó para la población urbana una tasa de 4,5% y para la rural del 1,54%, en los años comprendidos entre 1938 y 1951; para el período 1951-1964, las tasas fueron del 4,8 y del 1,2% respectivamente. En adelante, serían las ciudades los lugares en los cuales se concentraría la población colombiana. Para 1964, el 60,6% de la población urbana estaba concentrada en ciudades de más de 100.000 habitantes”. (URREGO, 2002, p. 148). No que pese a preocupação em não se fazer uma transposição mecânica entre transformações econômico-urbanas e configuração de interesses políticos, não se deve deixar de levar em consideração que o desenvolvimento da sociedade civil é um fator importantíssimo para a constituição de grupos e classes sociais que formulam seus interesses e os confrontam no espaço público.

quadro de crise econômica e social, Restrepo buscou imprimir um caráter modernizante à sua gestão e propôs a realização de reformas administrativa, agrária e constitucional. Para tanto, denominou sua gestão de *Frente de Transformación Nacional* (GUARÍN, 2005). Seria, neste sentido, uma tentativa de auto-reforma ocorrida no interior do sistema de coalizão no intuito de garantir o consenso perante a sociedade civil.

O primeiro passo no sentido da auto-reforma foi a elaboração de um projeto de reforma constitucional como medida para resolver a crise econômica e política sob a vigência da Frente Nacional. Esta reforma, seguindo a linha traçada desde a fundação da Frente, contemplou acordos entre os partidos Liberal e Conservador e propôs desmontar alguns dos mecanismos que sustentavam a coalizão.

A seguir, reproduz-se parcialmente o conteúdo da reforma expressa pelo Ato Legislativo 01 de 1968:

- a. Se concede a las minorías participación en las mesas directivas de las corporaciones de elección popular.
- b. La paridad en la designación de ministros, gobernadores, alcaldes y los demás cargos de la administración que no pertenezca a carrera administrativa se extiende hasta el 7 de agosto de 1978.
- c. A partir de la fecha, el presidente electo deberá dar “participación adecuada y equitativa al partido mayoritario distinto al del Presidente de la República” (parágrafo del artículo 120 de la Constitución).
- d. El presidente puede constituir de forma libre el gobierno cuando la segunda política en las elecciones no desee participar en el mismo.
- e. No se introduce ningún obstáculo para que el Presidente pueda llamar al gabinete o designar en otras posiciones a representantes de partidos políticos distintos al suyo y a integrantes de la fuerza pública.
- f. Se permite “el ingreso de nuevos partidos al escenario político”, dando “mejores posibilidades a los grupos minoritarios”.
- g. No es obligatoria la reunión permanente del Congreso bajo estado de sitio y éste no otorga facultades al ejecutivo para invadir la órbita de decisión de las cámaras.
- h. Mayoría simple. Las decisiones de las corporaciones públicas se tomarán por la mitad más uno de los votos de los asistentes, excepto las que se refieran al régimen electoral, que mantienen el requerimiento de las dos terceras partes de los votos de los asistentes.
- i. La derogación o reforma de las normas constitucionales que se refieren a la paridad y la alternación de los partidos en el Gobierno y en el Congreso, requerirán hasta el 7 de agosto de 1974, dos tercios de los votos de los asistentes de una u otra cámara. Del mismo modo, esa mayoría se exige hasta el 7 de agosto de 1978, para la derogación o reforma del principio de paridad en la Corte Suprema de Justicia y en el Consejo de Estado. El mismo requisito se establece para los funcionarios que designen las cámaras (GUARÍN, 2005, p. 33).

Nota-se que pelo item b citado, a paridade e a alternância estabelecida no Ato Legislativo 01 de 1959 foram mantidas e protegidas, pois seria necessária a aprovação de dois

terços do legislativo para aprová-las ou reprová-las, ou seja, a grande maioria. No que se refere aos critérios eleitorais, a reforma significou um avanço, pois instituiu pelo item f o retorno à livre concorrência das forças políticas nas eleições de 1970 para deputados e vereadores, e em 1974 para todas as instâncias públicas (PCC, 1968b). No entanto, essa tímida ampliação dos níveis de contestação e participação política e, por conseguinte do pluralismo, contrastou com um fator concentrador de poder. De acordo com a interpretação de Rossi (1992), a reforma Constitucional logrou o fortalecimento do Executivo, o que propiciou um exercício do poder concentrado na figura presidencial e restringiu as atividades do Legislativo. Ampliou então a assimetria entre os poderes Legislativo e Executivo. No entanto, esta tendência de concentração de poder no Executivo, já estava dada pelo próprio arranjo institucional da coalizão colombiana, devido ao respaldo a este poder conferido pelo acordo liberal-conservador desde 1958.

Para Luján (1989c), as transformações introduzidas pela reforma da Constituição Nacional significaram uma recomposição das relações de força entre os diferentes setores do poder público, transferiu-se o eixo dos processos decisórios do Legislativo para o Executivo. Outra mudança importante da reforma constitucional de 1968 incidia diretamente na relação Estado - economia, com o primeiro intervindo ativamente nas funções do segundo.

No campo político, a reforma que parecia traçar um caminho para a desarticulação e enfraquecimento da Frente Nacional, acabou por prolongar, segundo Luján (1989c), os fundamentos da coalizão partidária. De acordo com o autor, “En la práctica, la reforma de 1968 dio vigencia permanente a la democracia restringida, que era um sistema político supuestamente transitório y concebido como terapia para resolver unos problemas específicos de violencia partidista” (LUJÁN, 1989c, p. 246). Segundo a interpretação de Leongómez e Uruburu (1981), as consequências da reforma constitucional de 1968 apontavam para dois processos interligados: primeiro, para a tendência de conservação da paridade política em todos os níveis do poder do Estado e segundo, para a manutenção de um pluralismo político limitado.

Em 1969, ano em que deveria ser indicado o nome do próximo candidato para concorrer à presidência, o governo de Carlos Lleras Restrepo encontrava-se numa situação de desgaste político. Em primeiro lugar, pela impossibilidade de conter os problemas no campo, como será verificado neste estudo, e segundo pela oposição direta da ANAPO comandada por Rojas Pinilla. Segundo Luján (1989c), o cenário era caótico e o sistema *frentenacionalista* havia perdido sua capacidade de aglutinar interesses políticos suficientes para oferecer uma candidatura política bipartidária consensual.

Com a emergência da ANAPO no cenário político colombiano, em 1969 foram apresentados o nome de dois candidatos para concorrer às eleições: Misael Pastrana (Partido

Conservador) e Gustavo Rojas Pinilla (ANAPO)²². É interessante salientar que as eleições de 1970 foram as primeiras, desde o começo da Frente Nacional, que se realizaram mediante calendário unificado, ou seja, os eleitores votariam na mesma data para corpos colegiados, membros do parlamento e para presidente da República. Os resultados da votação para o Senado demonstraram um importante aumento da participação conservadora nas listas da ANAPO. A ala da ANAPO ligada ao Partido Liberal também obteve uma significativa votação.

Nas eleições presidenciais de 1970, o vencedor foi o conservador Misael Pastrana Borrero, candidato oficial da Frente Nacional. No entanto, a diferença em relação ao candidato da ANAPO, Rojas Pinilla, foi quase insignificante. De acordo com os dados eleitorais divulgados à época, Pastrana obteve 1.625.025 votos (40,6%) e Rojas Pinilla 1.561.468 votos (39,0%) (LUJÁN, 1989c). A diferença, em termos percentuais, foi muito pequena, somente 1,6%, ou seja, 63.557 votos, situação que despertou suspeitas de fraude eleitoral, especialmente porque os resultados preliminares transmitidos pela imprensa davam a vitória ao candidato da ANAPO. Assim, pesquisadores como Rossi (1992) e Vieira (1984 apud ALAPE, 1999) sustentaram que houve, de fato, uma fraude eleitoral em benefício de Pastrana²³. De todo modo, mesmo que não tenha ocorrido a mencionada fraude, os números da eleição apontaram para dois fatores importantes para a análise das instituições políticas e sua legitimidade: por um lado, manteve-se um baixo índice de participação nas eleições se comparado aos dados do ano do plebiscito de 1957, por outro, a ascensão da ANAPO nas eleições presidenciais mostrou que a hegemonia dos candidatos da Frente Nacional encontrava-se em xeque. Outro desafio a ser enfrentado pelo sistema de coalizão foi o amplo respaldo que a ANAPO possuía entre a camada social mais pauperizada da sociedade colombiana. Como demonstra Luján (1989c) a maioria dos votos obtidos pelo partido do general Rojas Pinilla provinha dos estratos socioeconômicos mais pobres, demonstrando que a coalizão não conquistou a hegemonia entre a parcela mais numerosa da população. Conforme o autor:

El grueso de la votación de la ANAPO provino de los estratos socioeconómicos más débiles, creando efectivamente un reto político para el sistema de coalición, por cuanto quedó demostrado que sus políticas y programas no habían sido capaces de integrar precisamente a esos sectores sociales mayoritarios y potencialmente más desestabilizadores, como son los sectores pobres y medios de las ciudades (LUJÁN, 1989c, p. 255).

²² Note-se que a candidatura independente de Rojas Pinilla já era decorrência da reforma constitucional de 1968.

²³ Rossi (1992, p. 158), afirmou que a fraude eleitoral ocorreu efetivamente e discorreu que “los resultados de las elecciones manipuladas por la maquinaria bipartidista, produce el mayor fraude electoral de toda la historia nacional contra el general Rojas, que permite a Misael Pastrana ocupar ilegalmente la presidencia”.

De acordo com Rossi (1992) este setor majoritário da sociedade colombiana favorável à ANAPO não demorou a se rebelar com o anúncio da possibilidade de fraude nas eleições. Em 21 de abril de 1970 foram registradas manifestações populares envolvendo estudantes, camponeses e sindicatos de trabalhadores em várias cidades colombianas. Exemplar neste sentido, pois demonstrou uma fissura em uma instituição do Estado, foi a ação de uma ala das Forças Armadas, a qual organizou uma tentativa de sublevação que não teve êxito, mas marcou sua oposição diante dos resultados eleitorais²⁴.

Com o risco de tais manifestações transformarem-se em algo semelhante ao *Bogotazo*, o governo começou a expedir uma série de medidas repressivas que incluíam censura aos meios de comunicação, toque de recolher, lei seca, prisão domiciliar a dirigentes da ANAPO e o controle militar das principais cidades do país (LUJÁN, 1989c, p. 256).

Conforme Buenaventura (1970, p. 10):

Se tiene que imponer para ese fin un estado de ocupación militar del país, con censura de prensa y retenciones masivas, que no ceden en nada aquellas situaciones dictatoriales y violentas que se pretendió cancelar de manera definitiva con los 12 años calculados de transición civilizadora.

Na interpretação de Buenaventura (1970), os resultados eleitorais de 19 de abril evidenciaram que a Colômbia passava por uma grave crise política que não se referiu somente aos 12 anos de permanência da Frente Nacional, mas a um processo histórico mais amplo: 120 anos de bipartidarismo. Como observou o autor, em quase todos os países da América Latina a decomposição do bipartidarismo liberal-conservador ocorreu na primeira metade do século XX. Isso abriu caminho para um pluripartidarismo no qual os partidos com tendências sociais liberal-democráticas conseguiram isolar relativamente os partidos comunistas e socialistas por meio da cooptação de movimentos que pressionavam o Estado pela ampliação de direitos e pela

²⁴ “Un grupo de mandos medios de oficiales y suboficiales de algunas unidades militares intentaron una acción secundada por otros conscientes y progresistas, en respuesta al fraude electoral del 19 de abril; sin embargo la improvisación, y hasta lo imprevisto del triunfo de las montoneras del general Rojas, así como la falta de elementos dirigentes ‘desde fuera’ y finalmente el temor y traición de otros ‘desde adentro’, echa a perder una coyuntura histórica; indubitavelmente la represión fue efectiva; a tal grupos de oficiales, se les sometió en 1971 a un concejo de guerra verbal por sublevación; concluyó, por lo menos parcialmente el deseo de un sector progresista de las Fuerzas Armadas por conseguir en principio una democracia participativa” (ROSSI, 1992, p. 158).

própria transformação das condições de vida. No contexto latinoamericano, este processo identificado por Buenaventura corresponderia, seguindo a linha teórica de Dahl (2005), a ampliação do pluralismo político, condição para a formação de uma poliarquia.

No entanto, segundo Buenaventura (1970) isso não ocorreu na Colômbia. Neste país o bipartidarismo desenvolveu características peculiares que impediram durante mais de um século a manifestação de qualquer dissidência que pudesse dar origem a novos partidos. Neste caso, o mecanismo de cooptação e incorporação de novas tendências políticas, o que Gramsci (2002b) caracterizou como transformismo, não ocorreu. O que houve por parte das classes dirigentes e do Estado para a manutenção do poder político foi a recorrência ao uso de métodos repressivos contra quaisquer forças políticas que se apresentassem como alternativa, ou mesmo como uma terceira via política. Um exemplo marcante nesse sentido foi o assassinato do caudilho liberal Jorge Eliécer Gaitán em 9 de abril de 1948, fato este já abordado no capítulo 1.

3.4 Misael Pastrana Borrero (1970-1974)

Misael Pastrana assumiu o poder em meio à ascensão da insurgência armada, num cenário político bastante desfavorável à Frente Nacional, pois diante da possível fraude eleitoral, as instituições de coalizão passaram a ser cada vez mais contestadas. Para Rossi (1992, p. 160): “el pueblo colombiano empieza a comprender, que ya no se debía luchar por los partidos tradicionales que no han ofrecido alternativas para sus penurias, sino que la lucha era social y frontal contra el sistema bipartidista y del populismo”.

Neste contexto, a Frente Nacional encontrava-se em dificuldades em atender as demandas das classes populares rurais e urbanas, fragilizando o domínio do Estado sobre estes grupos e classes sociais. Diante de uma composição social modernizada pelo processo de desenvolvimento econômico capitalista que impulsionava o processo de urbanização da sociedade colombiana, Pastrana centrou seu programa de governo na solução de problemas urbanos em detrimento das reformas destinadas ao setor agrário, como nos casos de modernização conservadora analisados por Moore Jr.. Conforme Luján (1989c, p. 257):

Aquí existe un giro importante frente al pasado: el núcleo de la estrategia pastranista serán las ciudades, concretamente las más grandes. El enfoque urbano de las prioridades gubernamentales viene acompañado de un nuevo compromiso con

programas encaminados hacia la promoción de cambio social controlado, que se sintetiza en la expresión “Frente Social”.

No entanto, ainda conforme Luján (1989c, p. 259), tais reformas não foram concretizadas devido a uma série de impedimentos burocráticos que barraram a possibilidade de execução de tais medidas: “La reforma urbana sufrió del síndrome de la saturación legislativa y fue relegada a una subcomisión que radicalizó aún más las medidas hasta hacerlas inaceptables y altamente controvertibles”.

Embora possa parecer um episódio meramente casual, este fato é ilustrativo da incapacidade do Estado, sob o governo da coalizão liberal-conservadora, em realizar pelas vias institucionais as reformas necessárias para impedir a eclosão de novos conflitos sociais no país e obter o consenso das camadas mais pobres da população, cooptando suas principais lideranças políticas, ou seja, realizar o transformismo. Do ponto de vista institucional e com importância decisiva para a permanência do bipartidarismo, foram as eleições parlamentares de 1972. Por meio delas a coalizão liberal-conservadora poderia avaliar se a maioria da população ainda a respaldava.

A participação eleitoral em 1972 foi muito baixa se comparada com a de 1970, somente 36,4% da população participou das eleições, apresentando um nível de participação cerca de 20 pontos inferior ao registrado nas eleições presidenciais de 1970 (LUJÁN, 1989c). Os dados apresentados por Luján (1989c, p. 261) demonstraram que os resultados favoreceram os partidos tradicionais, sendo que a ANAPO sofreu uma ampla redução no número de votos: “El liberalismo obtuvo el 46% del total de la votación, el conservantismo el 31% y el ‘Tercer Partido’ volvió a su nivel de 1968: 19%”. Rossi (1992) salientou que devido à possível fraude ocorrida nas eleições presidenciais de 1970, a ANAPO se dividiu e como fruto de tal divisão, surgiu o M-19, insurgência armada que absorveu boa parte das classes médias radicalizadas, fator este que pode explicar o baixo índice de participação eleitoral da ANAPO. Esta hipótese do autor também pode explicar as razões da abstenção eleitoral neste pleito, indicando o aumento do descrédito nas instituições políticas por parte da sociedade civil, com setores das classes populares e das classes médias optando pela via armada como meio de pressão para a realização de seus interesses. Apesar do grande número de abstenções, é importante notar que tais resultados foram interpretados pelo chefe do Executivo como garantia de que as instituições políticas do sistema de coalizão gozavam de legitimidade junto à população. Conforme Luján (1989c, p. 262):

El presidente Pastrana, presentó los resultados como la confirmación de que el pueblo respaldaba el Frente Nacional y su obra de gobierno. La legitimidad y la confianza que obtuvo así el mandatario le permitían aflojar el ritmo del “populismo de estado” y dejar de lado la retórica reformista. Las cosas volvían a ser como antes.

Independentemente da visão positiva manifestada por Pastrana a respeito da legitimidade da Frente Nacional junto à sociedade civil colombiana, o que se salienta ao final deste capítulo, é que o período de 1958 a 1974 caracterizou-se pela prevalência de um cesarismo de coalizão que se mostrou eficaz para acomodar os interesses das classes dominantes colombianas, sobretudo as que se representavam nos partidos tradicionais, mas que por outro lado, no que se refere aos dados eleitorais, não se mostrou capaz de obter o consenso da maioria da população, sendo que nas eleições presidenciais realizadas de 1962 a 1972 o índice médio de participação dos eleitores foi de cerca de 35 a 40%. Seguindo a indicação de Gramsci, pode-se considerar que diante da impossibilidade de alcance de uma real hegemonia, a forma de governar foi pela via do cesarismo de coalizão.

Após a exposição da linha de desenvolvimento histórico e institucional da Frente Nacional, será feita uma análise dos principais desafios postos às instituições políticas durante o período de sua vigência, a fim de analisar, a perspectiva dos atores políticos que se opunham ao regime.

4. A CONTESTAÇÃO AO *ESTABLISHMENT*, ESTADO DE SÍTIO E REPRESSÃO

Neste capítulo, central para o estudo aqui empreendido, procura-se expressar três momentos fundamentais do período da Frente Nacional: 1) a contestação que ocorreu desde o início de sua implantação e que se fez presente nos movimentos grevista, estudantil e agrário; 2) a resposta da coalizão liberal-conservadora a estes movimentos por meio da constante decretação de estado de sítio e aumento da repressão; 3) a contra-resposta que vai da oposição legal representada pelo Partido Comunista Colombiano à luta armada, cujos expoentes foram os movimentos insurgentes.

4.1 O Movimento Grevista

O movimento grevista colombiano durante o período de vigência da Frente Nacional foi essencialmente urbano e apresentava uma particularidade: não foi um movimento composto simplesmente por operários ou proletários urbanos, mas um movimento mais amplo em seu caráter social, pois a maioria das greves (72%) foi empreendida por trabalhadores ligados ao setor de serviços, principalmente professores (DELGADO, 1975). Este último dado é uma variável importante para indicar o caráter contestatório próprio de uma sociedade civil que se desenvolveu no espaço urbano-industrial.

É interessante considerar também que conforme Delgado (1975), a ascensão do movimento grevista ocorreu nos anos iniciais das décadas de 1960 e 1970, quando os partidos de oposição (MRL e ANAPO) que representavam uma alternativa ao sistema bipartidário se consolidaram. A ação grevista declinou nos anos de 1967 e 1968 (conferir Quadro 1), momento em que surgiram os atores armados como o *Movimiento Obrero Estudiantil Campesino 7 de enero* (MOEC), as *Fuerzas Unidas de Acción Revolucionaria* (FUAR), as FARC e o ELN. Estes movimentos canalizaram e começaram a representar parte dos anseios e interesses sociais e políticos de várias camadas sociais, que diante da repressão do Estado, questão a ser analisada no decorrer do estudo, terminaram por perceber na luta armada uma forma de expressão contra a hegemonia dos partidos tradicionais. Cabe afirmar ainda que o movimento grevista, durante o período da Frente Nacional, foi colocado sistematicamente na ilegalidade. Como ilustrativo desse tipo de relação do Estado com os grupos de contestação ao regime, o exemplo dado por

Cuellar (1977, p. 206) sobre o que ocorreu com a greve dos bancários – declarada ilegal pelo governo de Alberto Lleras Camargo – é significativo:

Durante este régimen una nueva versión de la “ley de hierro” fue aplicada a las luchas huelguísticas: ante la prohibición constitucional de la huelga de los servicios públicos, el gobierno, una vez declarada la huelga daba a la empresa el carácter de servicio público, para colocar en la ilegalidad a los obreros y hacer caer sobre ellos todo el peso de la represión legal. Así ocurrió en la industria bancaria, donde un extraordinario despertar de la conciencia de clase llevó a los empleados a organizarse sindicalmente y luchar por el mejoramiento de míseros salarios, por medio de las huelgas. Tan pronto como la primera huelga estalló, el gobierno declaró los establecimientos bancarios servicio público, pero no para someterlos a la ley administrativa del servicio público, sino para el solo efecto de protegerlos contra el derecho de huelga.

A citação é um indicativo importante para se compreender os parâmetros que orientaram a relação do Estado com os movimentos de contestação da sociedade civil durante o período da Frente Nacional, ou seja, as instituições políticas na Colômbia se mostraram fechadas à incorporação e aceitação das demandas sociais de segmentos importantes da sociedade civil, como professores e bancários.

A confirmação factual desta argumentação pode ser verificada, em alguma medida, pelo parágrafo quarto do artigo terceiro da Lei 48 de 1968 decretada durante o governo de Carlos Lleras Restrepo que dava plenos poderes ao Executivo para proibir a realização de greves:

Si una huelga, por razón de su naturaleza o magnitud afecta de manera grave los intereses de la economía nacional considerada en su conjunto, el Presidente de la República podrá ordenar en cualquier momento la cesación de la huelga y que los diferendos que la provocaron sean sometidos a fallo arbitral. Pero el Presidente no podrá tomar esa decisión sin el concepto previo y favorable de la Sala Laboral de la Corte Suprema de Justicia (COLOMBIA, 1968).

Para complementar a ideia desenvolvida veja-se o Quadro 1:

Quadro 1 – Tribunais Arbitrais (1965 – 1968)

Período	Greves Ocorridas	Declaradas ilegais	Número de conflitos submetidos aos Tribunais de Arbitramento²⁵
1 Jan. 66 – 7 ago. 66	97	66	23
8 ago. 66 – 7 ago. 67	54	24	94
8 ago. 67 – 7 ago. 68	37	13	93

Fonte: Noriega (1968, p. 108 *apud* DELGADO, 1969, p. 15).

De acordo com o Quadro 1 o número de greves diminuiu na mesma proporção em que aumentaram suas proibições, o que pode ser indicativo de que quanto maior a repressão, mais o movimento recuou em sua postura contestatória. Importante ressaltar também que tomando como exemplo os dados do ano de 1966, 68% do total das greves foram declaradas ilegais, o que indica a contenção da possibilidade de contestação pública durante este período da Frente Nacional.

Considerando-se, por exemplo, os critérios estabelecidos por Dahl (2005) para classificar como poliárquico um regime político que seriam ampla possibilidade de contestação pública e direito de participação, percebe-se que o sistema político colombiano durante o período da Frente Nacional não atendeu aos requisitos fundamentais elaborados por Dahl para a consolidação de uma poliarquia, principalmente no que se refere ao primeiro, tendo em vista a constante proibição da ação grevista, ou seja, da contestação pública provenientes dos sindicatos.

Os dados do Quadro 2 demonstram o número de greves entre os anos de 1962 e 1973.

²⁵ Conforme parágrafo 3º do artigo 3º da *Ley 48 de diciembre de 1968*: “El tribunal de arbitramento obligatorio se compondrá de tres miembros designados así: uno por la empresa, otro por el sindicato o sindicatos a que estén afiliados más de la mitad de los trabajadores, o en defecto de éstos por los trabajadores, en asamblea general, y el tercero de común acuerdo por dichos dos árbitros. En caso de que los dos árbitros no se pongan de acuerdo para elegir el tercero dentro de las 48 horas siguientes a su posesión, dicho árbitro será designado por el Ministerio del Trabajo de lista integrada por la Sala Laboral de la Corte Suprema de Justicia. La Sala Laboral de la Corte Suprema de Justicia integrará dicha lista para periodos de dos años con doscientos ciudadanos colombianos, residentes en los distintos Departamentos del país, que sean abogados titulados, especialistas en derecho laboral o expertos en la situación económica y social del país y de reconocida honorabilidad” (COLOMBIA, 1968).

Quadro 2 - Greve de Trabalhadores 1962-1973

Ano	Greves	N. de trabalhadores envolvidos	Jornadas não trabalhadas	Jornadas/homem perdidas
1962	36	48.000	325	464.000
1963	59	110.000	1.200	1.151.000
1964	75	118.000	2.200	1.925.000
1965	84	172.000	1.970	2.300.000
1966	73	100.500	-	-
1967	45	-	-	-
1968	44	41.500	847	494.000
1969	59	58.000	800	400.000
1970	64	143.000	820	1.200.000
1971	37	152.000	825	2.500.000
1972	67	162.000	1.040	3.880.000
1973	54	105.000	1.250	3.150.000
Total	697	1.210.000	11.277	17.464.000

Fonte: DELGADO (1975, p. 60).

É importante ressaltar que embora os números apontem para um crescimento constante das greves, este fator não deve ser tomado como indicativo que houve um aumento da participação e da contestação. Primeiro porque como já foi demonstrado, a maioria das greves foram declaradas ilegais. Segundo porque como argumenta Delgado (1975) tais dados foram elaborados do ponto de vista de um militante do movimento operário e com isso, as informações não foram extraídas de fontes oficiais (que segundo o autor são muito escassas e incertas), mas de fontes diretas como das organizações sindicais e dos documentos de negociações²⁶.

O movimento grevista entre os anos 1960 a 1974 foi guiado pelas duas principais centrais sindicais colombianas a *Unión de Trabajadores de Colombia* (UTC)²⁷ e a *Confederación de Trabajadores de Colombia* (CTC)²⁸. Em maio 1964 passou a atuar a *Confederación Sindical de Trabajadores de Colombia* (CSTC) fundada pelos dissidentes da CTC ligados ao Partido Comunista (HERNÁNDEZ, 2009), a qual orientou a maior parte dos movimentos grevistas a partir de 1969 conforme Quadro a seguir:

²⁶ “Este trabajo tiene una historia peculiar. El autor, desde el mismo puesto de combate, como participante del movimiento obrero nacional, ha ido reuniendo, durante doce años, la información factual, no tanto de fuentes oficiales – que son muy escasas e inseguras en estos casos – como de fuentes directas, de las organizaciones sindicales, de los documentos de negociación y lucha de clases, etc.” (DELGADO, 1975, p. 3).

²⁷ Ligada ao Partido Conservador.

²⁸ Ligada ao Partido Liberal. Nos primeiros anos da Frente Nacional atuou em conjunto com o Partido Comunista Colombiano.

Quadro 3 – Greves por filiação sindical (1969-1973)

Anos	Total	UTC	CTC	CSTC	Outros	Sem dados
1969	59	9	7	21	28	
1970	14	4		5	5	
1971	37	6	3	10	18	
1972	67	8	4	11	41	3
1973	54	5	4	12	29	4
Total	231	32	18	59	121	7

Fonte: DELGADO (1975, p. 62).

Apesar de os dados mostrados principalmente no Quadro 2 indicarem o forte impacto econômico das greves, que no ano de 1965 apresentou cerca de 2.300.000 horas de trabalho perdidas, o que deve ser ressaltado para os fins deste estudo é o seu significado político no contexto da Frente Nacional. Um primeiro aspecto a ser observado nos dados do Quadro 2 é que a contestação dos trabalhadores foi intensa durante toda a década de 1960 e início de 1970, contando inclusive com a mediação das instituições sindicais em tais ações, como demonstra o Quadro 3. Os dados do Quadro 3 são importantes também por revelarem o aspecto organizativo e não apenas espontâneo de tais movimentos, indicando ainda que a central sindical que estava fora da influência bipartidária (CSTC) representou a maioria das greves do período. Um dado porém, chama a atenção no Quadro 2: nos anos de 1967 e 1968 houve um declínio significativo no número de greves, o que segundo Delgado (1969) tem sua explicação na ação repressiva do Estado, o qual além de reprimir o movimento grevista por meio de ações policiais, também tomou medidas jurídicas para contê-lo, como a promulgação em 1968 do Decreto Lei 939 que limitou o direito de greve. Apesar da repressão, os dados do Quadro 2 mostram ainda que a partir de 1970 o movimento grevista retornou de modo significativo, o que pode, por um lado, ser um indicativo de que a ação repressiva do Estado não foi suficiente para conter a ação organizada dos trabalhadores sob a influência de organizações políticas que atuavam por fora da coalizão bipartidária (CSTC) e, por outro lado, que o regime da Frente Nacional não logrou obter o consenso deste segmento da população colombiana e encontrava dificuldades para constituir sua hegemonia.

4.2 O Movimento Estudantil

O movimento estudantil também exerceu um papel importante como agente opositor ao sistema bipartidário durante a Frente Nacional, tendo sido um dos principais alvos da repressão política do Estado entre as décadas de 1960 e 1970, como será demonstrado a seguir. Cabe registrar que neste período ocorreu uma expansão do acesso ao ensino, especialmente universitário, que superou o ensino primário e secundário (URREGO, 2002), o que pode ser observado no Quadro 4, o qual toma os números absolutos de 1960 como índice base (equivalendo a 100%):

Quadro 4 - Crescimento de Alunos Matriculados Conforme Nível Educativo (índice base: 1960=100%)

Anos	Primário	Secundário	Superior Privado	Universidade Nacional (Pública)
1960	100,00	100,00	100,00	100,00
1961	106,00	109,15	117,56	111,30
1962	115,29	123,10	134,23	142,31
1963	124,02	141,81	148,92	131,86
1964	130,94	153,80	165,32	130,22
1965	134,53	170,77	190,88	148,43
1966	142,10	202,31	228,45	172,65
1967	153,02	223,47	260,71	201,85
1968	168,71	233,12	297,82	193,39

Fonte: DANE (1967-68-69, p. 7 *apud* URREGO, 2002, p. 151).

Sobre este crescimento de matrículas nas universidades, Luján (1989b) argumentou que este fato favoreceu a mudança na composição social destas, principalmente pela presença de estudantes das classes média e baixa, algo inusitado até então, o que ampliou o acesso de novas camadas sociais ao ensino superior. Por isso, este espaço tornou-se mais propício para refletir os anseios de setores, grupos e classes sociais até então marginalizados no espectro do sistema político colombiano, o que explicaria o número significativo de contestações ao governo da Frente Nacional ocorrido em escolas e universidades colombianas durante as décadas de 1960 e 1970 (URREGO, 2002).

Somado a isso, tem-se o advento da Revolução Cubana, em 1959, acontecimento que engendrou a disseminação de uma ideologia insurgente que influenciou boa parte da esquerda colombiana que atuou nos círculos acadêmicos. Tais circunstâncias foram favoráveis, especialmente no meio universitário, à radicalização política de estudantes e professores, formando intelectuais com um perfil ideológico ligado, em muitos casos, aos temas do marxismo e do socialismo, o que, no caso colombiano, constituirá um “fermento” ideológico contra o sistema político vigente. Conforme Urrego (2002, 157-158):

Los cambios internacionales, especialmente la ruptura Chino-Soviética y la Revolución Cubana, estimularon notablemente a aquellos sectores que propugnaban una renovación de la izquierda, anquilosada en el partido comunista y alimentaron la generación de un nuevo imaginario político para los jóvenes y la intelectualidad. Inicialmente fue el MOEC, luego apareció la ruptura planteada por el PC (ML) a los comunistas criollos, posteriormente las organizaciones insurgentes y, finalmente, los trotskistas y los maoístas. Para finales de los años sesenta el movimiento de constitución de organizaciones políticas disidentes había concluido y el futuro de los nuevos grupos o partidos de izquierda, legales o ilegales, tendrían que formarse sobre esta base.

Concordando com tais afirmações, Luján (1989b, p. 219) expõe ainda que tal intelectualidade exerceu forte pressão sobre a primeira legislatura da Frente Nacional, levando o presidente a reprimir estes movimentos:

La influencia de la Revolución Cubana, la agitación antifrentenacionalista llevada a cabo por el MRL y los grupos de izquierda, la oposición al deterioro de la situación socioeconómica y la influencia creciente del pensamiento radical, confluyen para crear un ambiente de confrontación con el establecimiento, que se traduce en innumerables actos de protesta contra el gobierno de Lleras, quien responde en varias ocasiones utilizando medidas coercitivas.

Apesar do movimento de radicalização de estudantes, de professores e de intelectuais atingir amplitude internacional à época, fazendo-se presente em países como Brasil, México, EUA, França etc., na Colômbia esse fato também pode ser interpretado como um indicativo da incapacidade do sistema político e social em incorporar as demandas provenientes dos setores da sociedade civil, capazes de formular ações de contestação pública e de debater a política da Frente Nacional e suas consequências para o país.

4.3 A Questão Agrária

De acordo com a *Comisión de Investigaciones Agrarias* (1975) para se fazer uma abordagem sobre a questão agrária do período da Frente Nacional é necessário levar em conta os fatores internos e externos, que influenciaram as políticas de Estado para a resolução dos conflitos na zona rural. No plano interno, um dos primeiros desafios postos à Frente Nacional foi acabar com os conflitos entre camponeses e latifundiários que persistiam, apesar da pacificação proposta por Rojas Pinilla em 1953 e posteriormente pela coalizão.

Conforme Sánchez (1989b) no plano institucional os acordos firmados pelos partidos tradicionais levaram inicialmente a uma convivência pacífica entre as duas tendências políticas e uma recomposição da dominação oligárquica, mas no setor agrário, persistiam os problemas relacionados à violência dos anos 40 e 50. Para o autor “ni siquiera se podría afirmar que la Violencia perteneciera al reino del pasado. Seguía siendo parte del acontecer diario, constituía la ‘sustancia’ del discurso político pueblerino y veredal” (SÁNCHEZ, 1989b, p. 174).

De acordo com o autor, entre 1960 e 1961 as invasões de terras por parte dos camponeses foram reativadas e grupos camponeses de oposição, comandados principalmente pelo dirigente agrário Juan de la Cruz Varela chegaram a dirigir-se ao parlamento para propor projetos de reforma agrária. Luján (1989b, p. 216), acredita que:

Para importantes dirigentes y grupos campesinos liberales los acuerdos de coalición bipartidista no eran una respuesta a su lucha de años, puesto que no resolvía las raíces mismas del problema. Los acuerdos no devolvían las tierras perdidas, o resucitaban a los muertos caídos en la lucha contra la represión, o garantizaban sus derechos de colonos frente al terrateniente.

Dos resquícios da *Violência* das décadas de 1940 e 1950 emergiu um novo fenômeno agrário denominado bandoleirismo, no qual alguns guerrilheiros de origem liberal se converteram em braço armado e instrumento dos latifundiários contra o movimento agrário (VIEIRA, 1984 *apud* ALAPE, 1999). Como descreve o autor:

Por ejemplo, el caso de *Sangrenegra*, *Tarzán*, todos los que actuaban en el Tolima. Allí asaltaron una reunión campesina, mataron una serie de camaradas nuestros. Pero en general, estos bandidos operan como instrumento del latifundismo contra el

movimiento agrario y actuaban contra la organización campesina (VIEIRA, 1984 *apud* ALAPE, 1999, p. 212).

Financiados pelos grandes proprietários, os bandoleiros foram se fortalecendo, formando posteriormente grupos armados que passaram a controlar as áreas rurais, interferindo, inclusive, na contratação de trabalhadores, repartição das colheitas etc. Como descreve Sánchez (1989b, p. 176):

De simples instrumentos de control electoral, los jefes de banda estaban pasando a ser el centro de los reordenamientos políticos en las zonas rurales, en competencia y no simple alianza con los gamonales, desafiando incluso el poder de éstos en algunas zonas, actuando con pretensiones de substituirlos en otras.

Neste sentido, uma das primeiras iniciativas do governo de Lleras Camargo foi adotar um modelo de pacificação nas áreas rurais semelhante ao instituído por Rojas Pinilla em 1953, como demonstra Luján (1989b, p. 217) ao citar um discurso do presidente Lleras Camargo sobre o problema:

Hay otra rehabilitación, que no es ya de cosas destruidas, sino de gentes que quieren volver a vivir en paz e incorporarse a la nación y no encuentran el camino para hacerlo. Estamos estudiando varias medidas legales que llevaremos al Congreso. Una de ellas contempla un tipo especial de amnistía para la delincuencia política.

As iniciativas propostas pelo presidente foram levadas a cabo pela *Comisión Interministerial de Rehabilitación*, criada em 1958, cuja função foi coordenar os gastos públicos para o programa de pacificação (LUJÁN, 1989b). Outra medida adotada pelo governo foi criar, entre 1960 e 1961, o Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA), responsável pelas políticas de redistribuição de terras. Na interpretação de Rossi (1992), a iniciativa de reforma agrária por parte de Lleras Camargo tinha um objetivo para além da justiça social, isto é, se este governo pretendia impulsionar a economia, a presença de um setor rural atrasado fechava as portas à modernização econômica. As iniciativas foram questionadas pelo Partido Conservador, o qual exigiu “mano dura por parte de las fuerzas armadas como única salida para superar el desestabilizador impacto de la persistencia de las luchas rurales (LUJÁN, 1989b, p. 217).

Conforme Luján (1989b) o conflito entre um modelo conciliador ou um modelo militarista para resolver o problema agrário favoreceu o segundo, levando as autoridades a expedir em maio de 1959 um decreto que eliminou os benefícios do programa de reabilitação. Como descreve Cuellar (1977), Lleras Camargo não conseguiu restabelecer a paz, nem eliminar a violência, porque sua estratégia política voltou-se mais para estabelecer a conciliação entre os partidos do que para resolver os problemas imediatos dos movimentos populares. Quanto à questão agrária preservou uma característica já salientada anteriormente a respeito do cesarismo de coalizão colombiano, ou seja, este se mostrava mais eficaz para a acomodação dos interesses das classes dominantes do que propriamente para a incorporação das demandas provenientes dos atores políticos excluídos de uma efetiva participação política. Por outro lado revelava-se a dificuldade em conter o setor agrário e latifundiário – passo necessário à institucionalização de uma democracia, segundo Moore Jr (1983).

Com relação ao contexto internacional é importante ressaltar primeiramente os efeitos que tiveram a Revolução Cubana sobre as políticas traçadas pelo programa norteamericano da Aliança para o Progresso²⁹. Conforme Kalmanovitz (2001):

Tanto la administración Kennedy como las clases dominantes nacionales, comprenden que la revolución cubana muestra con claridad que los problemas del campesinado y los que acarrea la dominación imperialista pueden ser resueltos con la instauración del socialismo. Los planes de ayuda norteamericanos adquieren un cariz reformista y la Alianza para el Progreso emerge como alternativa de la vía cubana que de todas maneras ha electrizado al continente, sobre todo a la juventud, y lo seguirá haciendo en los años que siguen. El programa bipartidista de reforma agraria, acordado en 1957, dentro de los pactos que dan cuerpo al Frente Nacional, recibe gran apoyo norteamericano. Esta confluencia de hechos e intereses nacionales e internacionales hará de Colombia la vitrina de la alianza, pues tiene aprobado legislativamente su estatuto de reforma agraria en 1961, un año después de la conferencia de Punta del Este, la cual traza la estrategia reformista en el continente.

²⁹ Discurso pronunciado pelo Presidente dos EUA, Kennedy, em outubro de 1960 durante sua campanha eleitoral sobre a iniciativa da Aliança para o Progresso. “Nuestra nueva política puede ser mejor resumida con las palabras en español “alianza para progreso”, o sea una alianza en progreso, una alianza de naciones con un interés común en la libertad y el avance económico en un inmenso esfuerzo común para desarrollar los recursos del hemisferio entero.... Y esta es una alianza, no simplemente dirigida contra el comunismo, sino planteada para ayudar a nuestras hermanas república por su propio bien [...]” (KENNEDY, 2010)... Disponível em: <http://www.america.gov/st/peacesec-spanish/2010/April/201004021411522aczelaznog0.4915888.html>. A Aliança pra o Progresso foi oficialmente iniciada em 13 de março de 1961

Como pode ser observado na citação acima, levando-se em conta a conjuntura internacional dos anos 1960, a realização de uma reforma agrária seria essencial para administrar os conflitos agrários e conter um possível avanço do socialismo, realizando desta forma o transformismo. Para isso, a Colômbia contou, inclusive, com a ajuda financeira do programa norteamericano para a realização de uma reforma agrária no sentido de impedir a influência da Revolução Cubana e reestruturar o modelo de propriedade no campo.

Estados Unidos se comprometió a aportar 20.000 millones de dólares en ayuda (concesiones y préstamos) y solicitó a los gobiernos de América Latina que aportaran 80.000 millones de dólares en fondos de inversión para sus economías. Hasta entonces era el programa de ayuda más grande de Estados Unidos para el mundo en desarrollo, y también propuso reformas sustanciales en las instituciones de América Latina. Un paso en esa reforma ocurrió en agosto de 1961 en Punta del Este, Uruguay, donde Estados Unidos y todos los estados de América Latina, con excepción de Cuba, dieron su apoyo a una carta que fomentaba la reforma agraria y tributaria, el gobierno democrático y la modernización económica (KENNEDY, 2010).

A percepção de que a reforma agrária na Colômbia era necessária pode ser verificada por meio dos dados sobre concentração de terras apontados pelo censo agropecuário de 1960. Na Colômbia: 3,6% dos proprietários de mais de 100 hectares possuíam mais de 66% da superfície agrícola, em contrapartida apenas 8,8% da área de cultivo era propriedade de 76,5% de proprietários em extensões de menos de 10 hectares (RUIZ, s/d).

A tensa relação do Estado com o tema agrário durante o período de vigência da Frente Nacional pode ser exemplificado pela política de Carlos Lleras que, ao assumir a presidência da República, teve como uma das primeiras iniciativas retomar o projeto de reforma agrária no país, que foi barrado em 1961 pelos conservadores. Para isso, assumiu a tarefa de revitalizar o INCORA.

Embora os projetos de redistribuição de terras do INCORA não tenham alterado substancialmente o modelo de propriedade vigente no país, houve a tentativa de retomar, em benefício do Estado, as terras ociosas a fim de reintegrá-las ao ciclo produtivo no campo, o que, em alguma medida poderia significar o estímulo ao desenvolvimento econômico baseado na pequena propriedade. Assim é que:

[...] a) de un total de 3.361.518 hectáreas adquiridas por el Instituto de la reforma agraria, el 86.7 por ciento lo fue por extinción de dominio; el 7.6 por ciento por cesión; el 4.0% por compra, y sólo el 1.7 por ciento por expropiación según las estadísticas de “Procesos iniciados”; b) hasta junio de 1969, el Instituto había adjudicado 2.751.301 hectáreas, de las que 2.638.531 (el 95.9 por ciento) correspondientes a tierras de la Nación (RUIZ, s/d, p. 53).

Conforme demonstrado acima, a revitalização da reforma agrária não atingiu diretamente os grandes proprietários. Aliás, a própria modernização econômica no campo conduziu a um contraste em que os preços mais baixos de produção alcançados pelas propriedades que tinham maior nível tecnológico de produtividade – neste caso principalmente as grandes propriedades – não podia ser igualmente alcançado pelos pequenos produtores, os quais cultivavam produtos em pequena escala a partir de técnicas mais rudimentares, levando a um aumento nos preços de seus produtos. Esta tendência não foi contida pelo Estado.

Por outro lado, conforme Luján (1989b), a própria política do Estado contribuiu para a ascensão de novos conflitos entre os latifundiários e os camponeses. A oposição à reforma agrária veio principalmente dos membros do Partido Conservador ligados aos latifundiários. Neste sentido, a tentativa de realização da reforma agrária mais uma vez foi barrada. Em contrapartida, as organizações camponesas se converteram num componente politicamente desestabilizador, na medida em que tais associações promoviam a reforma agrária por conta própria, empreendendo invasões para recuperação ou tomada de terras.

Neste cenário, o processo de reforma agrária sofreu um duro golpe, especialmente pelas ações dos latifundiários, que aproveitaram a reação camponesa para debilitar o INCORA e questionar politicamente a estratégia social do Estado para o campo. Conforme Rossi (1992), a reforma agrária fracassou, mas permitiu barrar temporariamente o dinamismo das lutas sociais camponesas.

Evidentemente, a não solução para a questão agrária contribuiu para que se mantivesse mais um pólo de tensão social a se refletir no sistema de coalizão da Frente Nacional que culminou na formação da Associação dos Usuários Camponeses (ANUC), que seria mais um dos atores políticos formados a partir das próprias contradições da relação entre Estado e sociedade civil na Colômbia no período de 1958 a 1974. Segundo Kalmanovitz (2001):

No obstante los esfuerzos realizados en materia de reforma agraria, ésta no se enrumbo por el camino de la transformación significativa de la propiedad terrateniente de la tierra, y por el contrario, hacia finales del *Frente Nacional*, se revirtió en los llamados *Acuerdos de Chicoral*, que pondrían fin a la pretensión

distributiva de la gran propiedad territorial y mantendrían vigente los conflictos agrarios y su relación con el conflicto armado (KALMANOVITZ, 2001, p. 40).

Retomando a sociologia comparada de Moore (1983), discutida no primeiro capítulo, aqui considerada uma ferramenta importante para a análise dos caminhos que levaram ou não à consolidação de regimes democráticos, tem-se um indicativo importante para a compreensão e análise do que foi exposto acima. Uma das conclusões importantes de seu estudo foi que o caminho para a democracia contemporânea dependeu da “domesticação do setor agrário”, ou seja, o impedimento de uma situação em que as elites agrárias oriundas de uma sociedade pré-capitalista se reciclassem no poder e no controle do Estado, conforme já assinalado no capítulo 1.

No que se refere ao caso colombiano tal observação é pertinente, dado que a preservação no poder de grupos oligárquicos ligados à grande propriedade agrária e à produção agrícola em geral durante todo o século XX, foi um dos fatores que explicou a permanência de um regime extremamente repressivo como o da Frente Nacional. Neste sentido, como analisado por Moore (1983), nos casos em que não houve uma ruptura com as formas de dominação oriundas do passado agrário, onde as classes dominantes agrárias tradicionais encarregaram-se de liderar e viabilizar um projeto modernizante, ocorreu a ausência de um regime democrático pelo não rompimento com formas de dominação oriundas do campo, como no caso da Alemanha e Japão, e como analisado aqui, também na Colômbia. Este país poderia ser considerado, em sentido geral, como mais um dos exemplos de modernização conservadora, o que explicaria, por outro ângulo, a debilidade da democracia colombiana.

A seguir, serão demonstradas as medidas utilizadas pelo Estado para lidar com tais grupos que pressionavam o sistema para uma abertura democrática e para a realização de políticas no sentido de atender às demandas sociais da área urbana e rural.

4.4 A Resposta do Estado

Antes de iniciar esta subseção, cabe ressaltar que uma parte das informações nela apresentadas tem como fonte o livro intitulado *Libro Negro de la Represión: 1958 – 1980*. Esta obra contém a reprodução de uma série de documentos oficiais que confirmaram os arbitrários métodos repressivos utilizados pelo Estado contra os movimentos populares e o desrespeito aos Direitos Humanos para conter o movimento de protesto no período da Frente Nacional. Tais

informações presentes na obra foram coletadas nos Jornais *El Tiempo*, *El Espectador*, *El periódico*, *El matutino*, *El Bogotano* (de circulação diária); *Voz de la Democracia*, *Voz Proletaria* (de circulação semanal); *Carta Campensina*, *Frente Unido*, *Siete, Pueblo* (de circulação periódica); as revistas *Flash*, *Alternativa*, *La Nueva Prensa*; os comunicados da *Unión Sindical Obrera* (USO), *Asociación Nacional de Usuarios Campesinos* (ANUC), *Federación Agraria Nacional* (FANAL), *Acción Campesina Colombiana* (ACC), *Federación Colombiana de Educadores* (FECODE), *Barrios Orientales*, *Comités Intersindicales*.

De acordo com Arango e Moreno (1980), em 25 de outubro de 1973, o *Comité de Solidariedad con los Presos Políticos* (que contava com a colaboração do escritor Gabriel García Márquez) participou de uma conferência junto à imprensa, na qual denunciou-se que:

En el último cuarto de siglo, Colombia ha vivido 20 años bajo *estado de sitio*. Este mecanismo de gobierno, a todas luces arbitrario, se ha traducido en una política continuada de represión a todos los niveles contra el derecho elemental que tiene el pueblo de expresarse, movilizarse y organizarse, en la defensa de sus intereses. Tal situación de hecho ha dado lugar a un desplazamiento progresivo de la justicia ordinaria a la militar, bajo la fórmula de los Consejos Verbales de Guerra. Estos procesos se aplican hoy en forma indiscriminada en el país a toda clase de situaciones, que abarcan desde las puramente delictivas hasta las que constituyen expresiones políticas de la inconformidad popular. El instrumento del *Estado de Sitio* recorta al pueblo toda posibilidad de lucha democrática y legal para el logro de sus legítimas aspiraciones. En virtud, los empeños reivindicativos de las clases populares son sistemáticamente colocados al margen de la ley por la Justicia Penal Militar y por la Justicia Ordinaria (ARANGO e MORENO, 1980, p. 2).

Paradoxalmente, a primeira legislatura da Frente Nacional foi iniciada sob estado de sítio decretado por Alberto Lleras Camargo em outubro de 1961, cujo pretexto foi a greve de fome realizada pelos trabalhadores da Avianca e da Goodyear (ARANGO e MORENO, 1980). Para isso, o presidente valeu-se dos poderes de exceção contemplados no Artigo 121³⁰ da Constituição Nacional.

³⁰ Artículo 121.- En los casos de guerra exterior, o de conmoción interior, podrá el Presidente, previa audiencia del Consejo de Estado y con la firma de todos los Ministros, declarar turbado el orden público y en estado de sitio toda la República o parte de ella.

Mediante tal declaración quedará el Presidente investido de las facultades que le confieran las leyes, y, en su defecto, de las que le da el Derecho de gentes, para defender los derechos de la Nación o reprimir el alzamiento. Las medidas extraordinarias o decretos de carácter provisional legislativo que, dentro de dichos límites, dicte el Presidente, serán obligatorios siempre que lleven la firma de todos los Ministros.

El Gobierno declarará restablecido el orden público luego que haya cesado la perturbación o el peligro exterior; y pasará al Congreso una exposición motivada de sus providencias. Serán responsables cualesquiera autoridades por los abusos que hubieren cometido en el ejercicio de facultades extraordinarias.

Disponível em: http://es.wikisource.org/wiki/Constituci%C3%B3n_de_Colombia_de_1886.

Como visto no capítulo 3, no decorrer do exercício do poder pela Frente Nacional houve um declínio tanto da participação dos eleitores nos pleitos (tendo-se por base a ampla participação no plebiscito de 1957), quanto um crescimento eleitoral de grupos de oposição ao governo de coalizão, cujo caso expressivo foi o desempenho da ANAPO em 1970. Nesse caso, pode-se considerar que havia a possibilidade de abertura do regime para a participação cada vez mais ampliada da oposição e dos novos segmentos da sociedade civil nas instituições políticas colombianas, ou mesmo para a ocorrência do transformismo por meio da prática de cooptação dos setores oposicionistas mais aguerridos. No entanto, segundo os dados analisados no presente estudo não foram estas as tendências que se afirmaram no processo político colombiano de 1958 a 1974. Ao contrário, em contraposição a elas, o Estado utilizou-se do aparato repressivo de modo cada vez mais acentuado. Deste modo, o estado de sítio permanente foi o pilar de sustentação da Frente Nacional, o que possibilitou a permanência dos partidos tradicionais no poder e o fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo sem a necessidade de recorrência ao golpe de Estado, como ocorreu em outros países da América Latina como Brasil e Argentina.

Vale ressaltar que nos 196 meses de duração da Frente Nacional em 126, ou seja, 65% do período de sua vigência foram sob estado de sítio, isto é, 2 a cada três meses foram governados sob estado de exceção. Além disso “sumado solo los muertos que aparecen en los DIARIOS (4956) durante los os 5.840 días de la pesadilla del Frente Nacional, resulta casi un asesinato diario, un dirigente popular caerá cada 24 horas (obrero, campesino, estudiante)” (ARANGO e MORENO, 1980, p. 9).

Por outro lado, como apontam Leongómez e Uruburu (1981), a implantação deste sistema foi consequência da incapacidade do bloco de poder em gerar um consenso popular sólido, mantendo modalidades repressivas de dominação como opção para conter o avanço das lutas sociais e dos atores políticos de oposição ao regime.

Durante a vigência da Frente Nacional e em virtude da manutenção permanente do estado de sítio, o Poder Executivo retirou do Poder Judiciário suas principais prerrogativas em favor das forças militares (ROSSI, 1992). Este processo de militarização caminhou concomitantemente à crise política e a ascensão das lutas populares, o que afetou as instituições estatais e os partidos tradicionais. Desta forma, como argumentaram Leongómez e Uruburu (1981), ocorreu uma reorientação das forças militares: estas deveriam sustentar a soberania nacional na eventualidade de uma agressão externa, no entanto, passaram a exercer a função de punir o movimento popular, adquirindo traços mais policiais do que propriamente militares. Aqui, pode-se retomar a interpretação de Gramsci (2002a, p.79), o qual afirma que “o cesarismo

moderno, mais do que militar, é policial”. Ainda segundo o autor, foi precisamente no cesarismo de coalizão ocorrido no século XX que esta conversão do poder militar em poder policial se materializou.

Recorrer ao estado de sítio, portanto, permitiu ao Executivo legislar, adotar códigos e normas sem a necessidade de participação do Legislativo (GUARÍN, 2005). Desta forma, diminuía os mecanismos possíveis de controle político e de debate democrático sobre os principais temas nacionais que deveriam ser matéria de atividades parlamentares, assim como de participação, ainda que de forma indireta, dos setores de oposição que não podiam atuar no parlamento com sua identidade própria.

La dirección regresiva del avance militarista se vislumbra claramente si observamos cómo la política interna de represión antipopular viene asumiendo cada vez más las modalidades de la tortura, los asesinatos alevos de dirigentes populares, las detenciones arbitrarias, los desaparecimientos, etc. (LEONGÓMEZ e URUBURU, 1981, p. 19).

Entre outubro de 1961 até janeiro de 1962, período no qual o estado de sítio esteve vigente, conforme Rossi (1992), o governo de Alberto Lleras reprimiu violentamente uma série de manifestações e greves de operários. Alguns dados do *Libro Negro de la Represión* (1980) expressaram o padrão de ação assumido pelo Estado no período:

Quadro 5 – Repressão do Estado aos movimentos populares (1961-1962)

Mês/Ano	Ocorrência
Outubro/1961	Agredidos os grevistas do engenho açucareiro “Tumaca”.
Novembro/1961	Detenções massivas de indígenas (60) em Cajibío (Cauca) por haver participado de uma concentração política do MRL.
	Tentativa de assassinato do diretor do Sindicato dos Trabalhadores da empresa Colombian Petroleum Co.
	Camponeses do <i>Sindicato de Trabajadores Agrícolas de Santa Rita</i> denunciam abusos das autoridades da Frente Nacional.
	Declarada ilegal a greve dos professores em Cali.

	Sancionadas as emissoras <i>Nuevo Mundo</i> , <i>La voz de Bogotá</i> e <i>Radio Santafé</i> por violar as restrições do Estado de Sítio.
Dezembro/1961	Desalojados 100 camponeses de suas propriedades comunais no departamento de Bolívar pelo latifundiário José Isabel Acuña.
	Exército realiza censo rural em Tolima e ameaça de morte os camponeses que não tiveram suas propriedades etiquetadas.
Janeiro/1962	Suspenso o Estado de Sítio.

Fonte: Dados extraídos e adaptados de Arango e Moreno (1980, p. 30-31).

Embora o Estado de Sítio tenha sido temporariamente suspenso em janeiro de 1962 (retornando em 1963), algumas medidas repressivas oficiais tiveram continuidade naquele ano. De acordo com Arango e Moreno (1980), em fevereiro de 1962 foram presas 50 pessoas por fixar cartazes de apoio a Cuba. Em março do mesmo ano, o jornal semanal do Partido Comunista Colombiano (*Voz Proletaria*) foi fechado. Em abril o secretário do sindicato agrícola de Villarica foi preso por sua atuação política contrária ao regime.

Em maio de 1962 foi eleito presidente Guillermo León Valencia, decorridas três semanas de sua posse, o presidente anunciou que solicitaria ao Congresso prerrogativas extraordinárias para administrar a situação que considerou de ordem pública, devido a grave crise econômica que assolava o país. Conforme Luján (1989b, p. 225):

El objetivo de esas disposiciones no era otro que fortalecer la capacidad represiva del Estado, suspender algunas de las garantías procesuales para delitos políticos, reformar la estructura de las fuerzas armadas y ampliar las disponibilidades de recursos para la adquisición de material bélico. Esta petición era fiel reflejo de su intención de fortalecer el aparato militar como recurso de poder político, situación que se hizo evidente cuando, por encima de dos generales de mayor graduación, colocó de ministro de Guerra a Ruiz Novoa, ex comandante de las tropas colombianas en Corea y defensor de un papel activo de las fuerzas armadas en el proceso político.

A crise econômica teve como consequência política o surgimento de uma série de mobilizações urbanas e rurais³¹. Em 1963, registraram-se um alto número de mobilizações estudantis e sindicais, criando uma situação política de afronta direta ao governo, que por sua vez recorreu à repressão armada para recuperar a estabilidade política (LUJÁN, 1989b). Assim,

³¹ “La crisis económica trajo así más tensiones e inestabilidad política. Se declararon en huelga el sindicato de Telecom, los maestros, los trabajadores de la rama jurisdiccional y los obreros de algunos sectores de la actividad industrial. También aparecen con inusitada intensidad los paros cívicos locales o regionales como una nueva forma de protesta política” (LUJÁN, 1989b, p. 234).

em janeiro de 1963 ocorreram (em Bogotá e em várias cidades do país) manifestações contra o aumento dos preços dos transportes, as quais foram reprimidas violentamente, deixando morto um manifestante (ARANGO e MORENO, 1980). Outro movimento marcante foi a greve dos trabalhadores de cimento em El Cairo, em fevereiro de 1963, que exigiam melhoras nas condições de trabalho. Conforme Rossi (1992, p. 147), o movimento foi violentamente reprimido pelas tropas da Quarta Brigada do Exército que receberam instruções do governo, especialmente do Ministro do Trabalho, Belisario Betancur, para atuar com o aparato militar contra os operários. Nesta ação, 12 trabalhadores morreram, 52 foram feridos e muitos foram detidos. Tal episódio ficou conhecido na história colombiana como o Massacre de Santa Bárbara, o qual contou com a ação de 400 soldados. Há ainda a referência a uma ação cívico-militar³² onde foi morto a queima-roupa o camponês Gustavo Hernández. Neste contexto, um vereador do município de Segovia (Antioquia) enviou um comunicado ao presidente da República sobre a repressão exercida contra os camponeses da região, perseguidos e encarcerados pelo exército (ARANGO e MORENO, 1980).

Mesmo as centrais sindicais ligadas aos partidos tradicionais (CTC e UTC) organizaram uma greve nacional contra os baixos salários. O movimento fracassou devido à cooptação de seus dirigentes, mas foi o bastante para que em maio de 1963 se decretasse oficialmente o Estado de Sítio, que foi suspenso após uma semana (ROSSI, 1992).

Mesmo sem o estado de sítio vigente, as ações contra os movimentos populares continuaram. Algumas dessas ocorrências são mencionadas no Quadro abaixo:

Quadro 6 – Repressão do Estado aos movimentos populares (1963)

Mês/Ano	Ocorrência
Junho/1963	Organização que se auto-designa <i>Fuerza Nacional Anticomunista</i> (FUNAC) distribui folhetos nas regiões agrárias convidando a população a matar comunistas.
	Perseguição de camponeses de Monte Líbano (Córdoba) por parte do exército.
	Graves confrontos entre estudantes e policiais em Bogotá durante uma manifestação: 527 estudantes foram presos.

³² Ação cívico-militar foi a modalidade de incursão do exército em regiões camponesas organizadas comunitariamente, para reconhecimento de território e população. Geralmente precedia a ação puramente militar (ARANGO e MORENO, 1980).

	A Universidade Nacional e a Universidade Distrital entram em greve.
Julho/1963	Assassinados 5 estudantes membros do MOEC.
	A <i>Federación de Trabajadores del Tolima</i> (FEDETOL) denuncia uma série de abusos contra as liberdades e direitos populares pelo assassinato de um de seus membros por tropas do exército.
	300 pessoas foram detidas no <i>paro cívico</i> ³³ de Medellín.
	Na greve petroleira da ECOPETROL oito trabalhadores são presos e muitos feridos.
	O Ministério do Trabalho, por meio da resolução 01412 declara ilegais os <i>paros cívicos</i> .
Agosto/ 1963	Suspensa a pessoa jurídica de 5 sindicatos petroleiros.
	2 trabalhadores mortos na greve petroleira em Puerto Boyacá.
Outubro/1963	Criação de um campo de concentração de presos políticos em Armero. Foi pedida pela Câmara dos Representantes uma Comissão Investigadora para averiguar a denúncia e o senador Uribe confirma a existência do campo de concentração.
	O <i>Comité Pronacionalización del Petroleo</i> , em carta dirigida ao secretário geral da ONU denuncia a repressão oficial. A carta apresentou o seguinte conteúdo: “Para denunciar las graves violaciones a los derechos humanos del ciudadano por parte del gobierno colombiano y pedir una comisión que, en forma imparcial, visite a nuestra patria y de esta manera levante una investigación para llevarla a la discusión de ese organismo internacional”
Novembro/1963	Assassinados 16 membros do Partido Comunista em Natagaima. Suas cabeças foram expostas pelo exército para servir como lição.
	O <i>Batallón Colombia</i> comandado pelo coronel Matalla efetua ações no Norte de Tolima. 5.000 camponeses são obrigados a deixar suas propriedades.
	Greve dos trabalhadores da Avianca foi declarada ilegal.
	Suspensa a pessoa jurídica do semanário <i>Voz Proletaria</i> .
	O vereador do município de Segovia (Antioquia) envia um comunicado ao presidente da República sobre o grave problema que afrontam os camponeses da região devido à repressão, perseguição e encarceramento que sofrem por parte do exército.
Maio 1964	Repressão contra o Movimento Agrário de Marquetalia.

Fonte: Dados extraídos e adaptados de Arango e Moreno (1980. p. 39-42).

³³ Los paros cívicos consisten esencialmente en la parálisis total o casi total de las actividades de una ciudad para exigir del gobierno una solución a los problemas relacionados con los servicios públicos, problemas que afectan a la mayor parte de la población. En la medida en que esta población se siente concernida, participa en la protesta, lo cual significa que la base social de los paros cívicos es por general policlasista (BEDOYA, 1981, p. 13).

Diante da complexa situação de repressão aos movimentos de oposição, que marcou o cenário político colombiano, em 1965 foi novamente decretado estado de sítio. O estopim para o decreto de estado de sítio foi a greve nacional estudantil iniciada como protesto à agressão por parte dos EUA à República Dominicana³⁴ (PCC, 1965).

Sob estado de sítio, o presidente Valencia elaborou o decreto 3398 de 1965 que transformou o Ministério da Guerra em Ministério da Defesa. Tal decreto também criou o Conselho Nacional de Segurança e a Defesa Civil, permitindo que as medidas repressivas que competiam aos tribunais comuns fossem adjudicadas às Forças Armadas. Além disso, o mesmo decreto ordenou a integração entre o Conselho Nacional de Segurança com os ministérios de Governo, Defesa, Relações Exteriores, Justiça e o Departamento Administrativo de Segurança (DAS) (PCC, 1967).

Sobre a reordenação das Forças Armadas, Rossi (1992, p. 151, grifo do autor) demonstrou que:

En Colombia, desde principios del siglo hasta bien entrada la década de los 40, las Fuerzas Armadas en su proceso de profesionalización se subordinaron en sus efectos ideológicos a las características del bipartidismo liberal-conservador; tal el caso del 10 de julio de 1944 y aun el gobierno militar, pero como se ha expuesto anteriormente, con el “Frente Nacional” que coincide con el advenimiento de la “revolución estratégica”, la fuerza de la adscripción partidaria, como medio integrador valorativo esencial para el sistema, comenzó a sufrir un resquebrajamiento progresivo, o la independencia de las instituciones armadas de las políticas, y el nacimiento de un evidente **poder militar** frente a un enclenque **régimen civil**, así que la “revolución estratégica”, ha sido posible gracias a la despolitización bipartidista de las Fuerzas Armadas y ha permitido a éstas ser árbitros de los gobiernos civiles, y de paso despojarse en alguna parte de la mediación bipartidista y pareciera que adquirieran cierta autonomía política interna, pero por desgracia, eso sí con toda la evidencia, ha entrado en la dependencia ideológica y militar norteamericana, “autonomía política” que tímidamente y sin éxito trata de sofrenar algunos gobiernos de turno.

Deste modo, o fortalecimento das Forças Armadas estimulou as estratégias de enfrentamento direto dos movimentos populares. Como demonstrou Rossi (1992, p. 160):

³⁴ “A raíz de la invasión a Santo Domingo por tropas norteamericanas, se producen protestas estudiantiles en Medellín y varias ciudades del país. La Universidad de Antioquia es allanada por el orden del gobernador y del rector después de un fuerte encuentro entre estudiantes y policías. Todas las universidades respaldan a los estudiantes de Antioquia y continúan las manifestaciones de respaldo al estudiantado” (ARANGO e MORENO, 1980, p. 57)

La “doctrina de seguridad nacional” se comenzó a aplicar con extrema rudeza y los desafectos al sistema, severamente vapuleados o asediados por los servicios de seguridad del Estado; a las instituciones armadas se les asigna la misión de ejecutar las experiencias contrainsurgentes tratadas en la **Decima Conferencia de Ejércitos**. Por ejemplo, con la táctica del “cerco y aniquilamiento”, modalidad contrainsurgente de la época aplicada en la “Operación Anorí” por la Cuarta Brigada del Ejército en Antioquia: aniquilación irregular de una buena parte del núcleo poblacional rural y un destacamento entero del Ejército de Liberación Nacional (ELN), fusilamiento de prisioneros, torturas y profanación de cadáveres; simultáneamente se presenta un conato de rebelión de oficiales pertenecientes al Batallón “Girardot”.

Os decretos elaborados em 1965 sob estado de sítio proibiram, ainda, as manifestações e a livre circulação pelas vias públicas, autorizando o estabelecimento do toque de recolher, o controle prévio das notícias e informações e fechamento e proibição da circulação de jornais (PCC, 1967). Outro decreto foi o que criou os conselhos verbais de guerra, onde eram interrogados ou condenados os possíveis infratores da ordem não pelo Poder Judiciário, mas pelas Forças Armadas. Conforme López (1965, p. 1):

El estado de sitio, como extremo recurso del gobierno, ha sido implantado de nuevo en forma permanente, y con base en él se vuelven a utilizar los consejos de guerra verbales contra civiles, sindicatos de “asociación para delinquir”, “delito” del cual presunción y calificación puede hacerlas solamente los representantes del aparato represivo.

Além disso, sob o estado de sítio, como afirma López (1965), os fuzilamentos clandestinos de cidadãos que realizaram manifestações de protesto contra o regime foram ocorrências corriqueiras, executadas por membros das forças armadas ou por civis - amparados e tolerados por elas. A repressão também atingiu o movimento camponês, algo que em certa medida explicou a retomada da luta guerrilheira por parte das autodefesas, o que será demonstrado posteriormente.

De acordo com a interpretação de Vieira (1960), o estado de sítio foi imposto pelo presidente Valencia sob o pretexto da ameaça dos movimentos civis e manifestações estudantis. Na realidade, o governo necessitava deste mecanismo para legislar livremente e aumentar os poderes do Executivo sobre o Legislativo, de modo a garantir a eficácia e rapidez nas decisões necessárias à repressão dos movimentos populares (PCC, 1966a).

Mesmo tendo a maioria dos votos válidos a seu favor, ao tomar posse em agosto de 1966, Carlos Lleras Restrepo não suspendeu o Estado de Sítio e inclusive ordenou o toque de

recolher em 21 municípios colombianos (PCC, 1966a). Por meio dos decretos 2686, 2687 e 2688 o presidente reprimiu violentamente um protesto estudantil com uma “gigantesca operación policiva de allanamientos, detenciones de centenares de dirigentes políticos y sindicales, de ciudadanos progresistas y el decomiso de literatura, revistas políticas e culturales (PCC, 1967, p. 2).

Segundo a linha de interpretação do Partido Comunista Colombiano, tais medidas foram adotadas contra as tendências políticas que se opuseram de modo expressivo ao sistema de coalizão dominante:

Aparentemente los decretos represivos van dirigidos contra las actividades que los gobernantes llaman subversivas. Van contra el Partido Comunista, contra el MRL y otros sectores políticos. Pero su filo se dirige a decapacitar todos los movimientos populares, no simplemente políticos sino reivindicativos. Estos son calificados por el gobierno y los patronos como actos “subversivos” (PCC, 1967, p. 2):

Assim, o mecanismo de estado de sítio utilizado durante a legislatura de Lleras Restrepo serviu para outorgar-lhe plenos poderes para legislar em matéria econômica, social e de ordem pública. De acordo com os Documentos Políticos do PCC (1967, p. 5), este governo intensificou a prisão de dirigentes políticos da oposição sem um julgamento adequado:

Dentro del marco de medidas represivas, el gobierno dirigido por el presidente Carlos Lleras, ordenó la más arbitraria y masiva detención de dirigentes políticos, sindicales, periodistas, escritores y profesores universitarios [...] Pese a todo el portentoso y temerario aparato de represión, perfeccionado cada vez más, el gobierno fue incapaz de señalar públicamente una sola prueba que justificara las retenciones de los centenares de colombianos retenidos cerca de dos meses.

A interpretação do PCC sobre a repressão do governo de Carlos Lleras não deixa de salientar um dado importante: o aumento da repressão conduzida pelo Executivo.

Em janeiro de 1969 o Estado de Sítio foi revogado, no entanto continuaram funcionando os Conselhos de Guerra de Neiva, Chaparral e Bucaramanga (ARANGO e MORENO, 1980). Em abril de 1970, diante da convulsão social gerada pela possível fraude nas eleições foi novamente decretado estado de sítio - suspenso em junho, mas retomado em julho (ARANGO e MORENO, 1980).

Cabe ressaltar que os dados apontados pelos Documentos Políticos do PCC citados nos parágrafos anteriores podem ser verificados também nos próprios decretos realizados pelo Estado colombiano para a implantação do estado de sítio, os quais atingiriam tanto a liberdade de imprensa quanto a liberdade para a realização de manifestações e encontros públicos, como pode ser observado nos dados abaixo:

Decretos Estado de Sítio: Julio 1970 – Declarado Estado de Sítio (Decreto 1128 de Julio 19 de 1970) – Amplias atribuciones de Justicia Penal Militar (Decreto 1133 de Julio 19 de 1970). **Prohibidas la publicación o difusión de noticias, comentarios o propaganda por cualquier otro medio escrito, radial, de televisión o de altoparlantes en cuanto sean susceptibles de crear alarmas afectar la tranquilidad pública** (...) difundir noticias sobre (...) la situación, destino o movilización de la fuerza pública (...) la retención de personas por perturbación del orden (...) discursos, exposiciones o debates sobre tales temas, aún los ocurridos en corporaciones públicas y manifiestos o comunicados de la misma especie. **También se establece la censura previa de los medios informativos** (Decreto 1134 de julio 19 de 1970) – Se ordena que las personas contra quienes haya graves indicios de que se encuentran vinculadas a actividades subversivas o que estimulan este género de actividades, o que en cualquier forma atentes contra la paz pública o el orden institucional, según listas que elaborará el Departamento Administrativo de Seguridad (DAS), y que someterán a revisión de Consejo de Ministros, serán sometidas a vigilancia policiva y por consiguiente no podrán ausentarse del lugar habitual de su residencia sin previo aviso a la respectiva oficina del DAS, al alcalde del lugar, según la orden, aviso en el cual deberán indicar en qué momento van a ausentarse, el motivo y duración de su ausencia y el lugar de su destino (...) (Decreto 1132 de julio 19 de 1970) – **Prohíben, además, las reuniones de carácter político, las manifestaciones públicas, las concentraciones de carácter religioso, estudiantil o laboral, los actos cívicos y los espectáculos públicos** (Decreto 1131 de julio 19 de 1970) Es decretado el toque de queda, y el control a las vías y la prohibición de reuniones de más de tres personas (Decreto 1129 de julio de 1970) lo firman el presidente y todos los ministros entre ellos Alfonso López Michelsen, de Relaciones Exteriores (ARANGO e MORENO, 1980, p. 99, grifo nosso).

Como se percebe pelos decretos acima, ficaram comprometidos os direitos básicos de cidadania segundo os parâmetros do Estado de Direito, tais como: difusão de notícias a respeito das questões políticas do Estado, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa e, fundamentalmente, a possibilidade de organização e contestação pública, requisito básico para a formação dos interesses no âmbito da sociedade civil a serem levados em consideração pelo poder público.

Em novembro de 1970, por meio do decreto 2201 de 13 de novembro foi revogado o estado de sítio mais uma vez (PCC, 1970). Em janeiro de 1971 o governo optou pelo retorno ao estado de sítio, implantado pelo Decreto 250 de 1971 e que somente foi revogado em dezembro de 1974 em função da realização das eleições (ARANGO e MORENO, 1980).

Durante a vigência do governo Pastrana observa-se também a promulgação de inúmeros decretos que tinham por intenção restringir a livre movimentação e expressão dos indivíduos:

Se declara Estado de Sitio (Decreto 250 de 1971): el gobierno prohíbe: 1. Publicación de noticias, comentarios o propaganda por cualquier medio escrito, radial, de televisión o de altoparlantes en cuanto sean susceptibles de crear alarma ... y se refieran a hechos que alteren el orden público; a la instigación o apología del delito; a la situación, destino o movilización de la fuerza pública; a la especulación, acaparamiento de artículos necesarios ... a la retención de personas por hechos relacionados con la perturbación del orden... Establece, además...1. Censura previa de los medios informativos...En caso de infracción...se aplicarán las siguientes medidas...decomiso y destrucción de la publicación impresa...la suspensión provisional del espacio respectivo (Decreto 255 de febrero 27 de 1971. **Pasan a la Justicia Penal Militar: a) delitos contra la existencia y seguridad del Estado. b) delitos contra el régimen constitucional y contra la seguridad interior del Estado. c) Instigación y Asociación para delinquir. d) Apología del delito...g) El incendio. h) Delito de robo cometido contra instituciones bancarias...i) Robo en cuantía superior a diez mil pesos...cualquier otro delito cometido en conexidad con los anteriores.** (Decreto 254 de febrero 27 de 1971). La persona contra quienes haya graves indicios de que se encuentran vinculadas a actividades subversivas o que estimulen este género de actividades, o que en cualquier forma atenten contra la paz pública o el orden institucional, según listas que elaborara el Departamento Administrativo de Seguridad...serán sometidas a vigilancia policiva y por consiguiente no podrán ausentarse del lugar de su residencia sin previo aviso a la respectiva ofician del DAS...La omisión del aviso será sancionada con arresto inmutable hasta por 30 días. (Decreto 253 de Febrero 27 de 1971. Se autoriza a los gobernadores, comisarios, intendentes y al Alcalde Mayor de Bogotá a implantar: a) Toque de queda. B) Control a la circulación de personas por las vías y lugares públicos...vigilancia del tránsito de vehículos, tanto en el sector urbano como en el rural. También quedan suspendidos los salvoconductos para portar armas en todo el territorio de la Republica, pero las comandantes de brigada podrán otorgar autorizaciones especiales cuando le estimen necesario. (Decreto 251 Febrero de 1971 *apud* ARANGO e MORENO, 1980, p. 109, grifo nosso).

Como se nota nos dados acima, houve uma significativa mudança do ponto de vista das instituições políticas, ou seja, o aumento das funções da Justiça Penal Militar, a qual se responsabilizaria por questões até então restrita à esfera da Justiça comum. Retomando o aspecto policial do cesarismo moderno, conforme a abordagem de Gramsci (2002a) já mencionada anteriormente, nota-se pelo papel assumido pela Justiça Militar, o fortalecimento das Forças Armadas perante a sociedade civil colombiana e isso sem a necessidade de um golpe militar. Seguindo esta tendência, a lista de atos repressivos contra camponeses, trabalhadores e estudantes, ligados ou não à luta armada, foi bastante significativa para uma análise que busque decifrar o caráter do sistema político colombiano.

Como ilustração deste dado, segue abaixo, no Quadro 7, um levantamento dos principais atos de repressão política do Estado contra os movimentos político-sociais no último governo da Frente Nacional.

Quadro 7 - Repressão do Estado contra os movimentos populares (1970 e 1973)

Mês/Ano	Ocorrência
Fevereiro/1970	Grupo de suboficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica e da Polícia denunciam crimes cometidos contra os camponeses de Marquetalia, Riochiquito e El Pato.
Março/1970	Início das marchas estudantis a pé de Bogotá até Medellín, Cali, Bucamaranga e Villa Vicencio como resposta à repressão oficial. O Ministro da Educação declara como “subversivo” o <i>paro</i> dos educadores do ensino secundário.
Abril/1970	Após a divulgação dos resultados eleitorais para a presidência da República, a respeito dos quais houve suspeitas de fraude, ocorreram uma série de protestos populares e manifestações de inconformidade perante a derrota da ANAPO. O governo declara estado de sítio, toque de recolher, restabelece o Conselho de Guerra e proíbe todos os tipos de reuniões. Vários dirigentes políticos de oposição ao regime são presos por todo o país. Repressão policial à greve de professores em Cundinamarca, Santander, Tolima, Quindio e Valle, movimento com respaldo popular, e aos protestos em todo o país contra os resultados eleitorais (considerados como fraude eleitoral).
Junho/1970	Repressão às manifestações estudantis disseminadas pelo país, culminando no assassinato do estudante William Cuero, em Buenaventura. Em seu enterro, um novo confronto com a polícia resultou em 2 mortos, 50 feridos e centenas de manifestantes presos. É decretado toque de recolher às 3 da tarde.
Outubro/1970	Repressão militar ao <i>paro</i> de professores do ensino primário e secundário em Boyacá, o qual contou com a participação de vários camponeses, alvos da repressão durante todo o ano de 1970.
Janeiro/1971	Repressão à manifestação estudantil em Cali, resultando na morte de 20 pessoas. Entre elas, vários eram estudantes.
Março/1971	Denúncia, por camponeses de Boyacá, da detenção arbitrária de 15 camponeses em Chiquinquirá. 42 sindicatos colombianos tem cassados seus registros, não sendo mais considerados como pessoas jurídicas em função de sua atuação política. Presos 200 professores que faziam greve de fome em Medellín. A Universidade Pedagógica de Bogotá é ocupada.

	Repressão à manifestação dos estudantes da Universidade Nacional de Bogotá, o que levou os sacerdotes da Igreja a protestarem junto ao diretor da polícia, Camacho Leyva.
Abril/1971	Presos 8 sindicalistas da UTRAN, em Apartadó.
Maio/1971	150 camponeses são desalojados de suas propriedades por agentes da polícia em Ibagué e outros 150 em Guachetá, Boyacá. 16 Universidades são fechadas no país. Prisão de 30 manifestantes em Santa Marta, os quais, segundo depoimentos, foram todos presos em um banheiro de 2m x 3m. Declaração de 15 parlamentares em protesto contra as atuações do DAS e do F2 pela prisão de dirigentes estudantis e pelo uso do estado de sítio como álibi para ações contrárias ao ordenamento legal do país. Acusação de que os decretos do governo eram contrários às garantias constitucionais dos cidadãos. O prefeito de Barranquilla condena 15 estudantes a 90 dias de prisão por participarem do V Encontro Nacional de Estudantes. Por meio do Decreto 1259, o governo federal conferiu aos reitores plenos poderes para a remoção de funcionários e expulsão de estudantes.
Julho/1971	Ocupação militar da Universidade Nacional de Bogotá. Em Bucaramanga, é decretado serviço militar obrigatório para todo estudante expulso de uma Universidade. Repressão policial ao <i>paro</i> na refinaria de Barranca.
Agosto/1971	60 manifestantes do <i>paro cívico</i> de Guateque são presos. Presos 200 camponeses em Chaparral (Tolima). Denúncia dos camponeses de Puerto López de que suas terras estão sendo tomadas com a anuência das autoridades públicas. Declarado ilegal o <i>paro</i> de Barranca. Detidos os dirigentes da Uso. A empresa Ecopetrol é autorizada a despedir 200 trabalhadores que estavam na manifestação. O Ministro do Trabalho declara que existe um estado de “subversão”. <i>Paro</i> de professores no Distrito Especial de Bogotá em protesto com a repressão policial contra os educadores que realizaram manifestações para exigir o pagamento das dívidas pendentes.
Setembro/1971	Ocupada militarmente a Universidade Nacional. Expulsos 200 estudantes da Universidade de Antioquia. O Conselho de Guerra denuncia os trabalhadores da Ecopetrol.
Outubro/1971	A Corte Suprema de Justiça legaliza a interceptação de comunicações por telefone e pelo correio. O advogado Angel Ramiro Aponte declara a respeito dos processos contra os petroleiros de Barranca: “o mais grave de tudo, e que deve ser alertado a toda classe trabalhadora do

	país, é que esse Conselho de Guerra erigiu em delito penal a simples atividade sindical, o exercício do direito de greve”. Condenados à prisão pelo Conselho de Guerra 36 trabalhadores da Ecopetrol. Repressão às manifestações estudantis em Cartagena, Barranquilla, Medellín, Tuluá, Santa Marta e Bogotá. 80 professores detidos em Montería (Córdoba).
Janeiro/1972	Recuperação de terras em Bolívar. Repressão às lutas dos camponeses pela terra. 44 camponeses detidos pela polícia.
Fevereiro/1972	Greve de professores e fechamento de 13 colégios em Bogotá.
Março/1972	<i>Paro</i> nacional de educadores em Bogotá, que se estendeu por todo o país, é considerado ilegal. O Ministério do Trabalho, pela resolução 0554, declara ilegal o <i>paro</i> dos educadores, suspende a condição de pessoa jurídica da Federação Colombiana de Educadores (FECODE) e congela os fundos sindicais. São aplicadas normas de censura ao teatro.
Abril/1972	Militarização da Universidade La Gran Colômbia. Expulsos 14 estudantes da Universidade de Quindio
Maio/1972	Manuel Marulanda Vélez, dirigente das FARC, é julgado à revelia e condenado a 21 anos de prisão. Repressão em todo o país contra os trabalhadores da Telecom. O Ministério do Trabalho, por meio da resolução 009779, declara ilegal o <i>paro</i> e suspende a condição de personalidade jurídica do sindicato. A polícia e o exército ocupam instalações da empresa em Manizales, Pasto, Tunja, Medellín, Cali, Barranquilla e outras cidades do país.
Agosto/1972	O senador Apolinar Díaz Callejas cita o ministro de governo para debate sobre o artigo 121 da Constituição. Ataca o estado de sítio e apresenta denúncias sobre torturas.
Setembro/1972	Divulgada lista parcial de presos políticos no país: 300 presos somente na capital, Bogotá. Marcha de camponeses de várias regiões do país rumo a Bogotá. O governo ordena a suspensão da marcha. 9 camponeses condenados à prisão em Sincelejo por participarem de marchas pacíficas solicitando terra.
Outubro/1972	3 camponeses torturados pelo DAS em Guaviare. Ocupada pelo Exército a Universidade Livre de Bogotá. Fechadas as Universidades de Los Andes e Nacional, também de Bogotá. Detido o advogado Alonso Carrascal Conde, que atuava na defesa de presos políticos. Assassinado pela polícia o estudante Jairo Sanmiguel Ortiz, de 14 anos. Foi arrastado a um campo de futebol e torturado até a morte.
Novembro/1972	Há um novo <i>paro</i> de estudantes no país, com sanções contra estudantes e professores da Universidade Nacional de Bogotá, ocupada novamente por militares.

Dezembro/1972	Carta de intelectuais europeus direcionadas ao presidente da República exigindo a liberação dos presos políticos e denunciando a existência de 200 presos políticos, cem condenados pelos Conselhos de Guerra, violações ao direito de greve, massacre da população indígena, conflito universitário e a continua crise institucional na Colômbia . Entre os que assinaram o documento, estava a escritora judia Anna Seghers. Fechada a Universidade Nacional de Medellín.
Fevereiro/1973	20 camponeses são detidos e presos no município de São Luís quando exigiam, em protesto, o cumprimento da Reforma Agrária em terras ociosas.
Março/1973	Forças militares intervêm para reprimir a recuperação de 13 fazendas por camponeses. 200 camponeses são presos.
Abril/1973	Repressão policial contra camponeses por tentarem recuperar suas terras em Campo de La Cruz (Atlântico).
Maio/1973	Greve de professores em Caldas. Suspensa a condição de pessoa jurídica do sindicato e suspensão de 10 dirigentes sindicais.
Junho/1973	Aumento da repressão policial contra camponeses por toda a Colômbia e das ações do Estado em defesa da grande propriedade. Greve de professores em Quíndio, exigindo reajuste salarial. Repressão policial contra os grevistas e acusação do Conselho de Guerra contra o presidente da Associação dos Professores. Suspensa a condição de pessoa jurídica do sindicato e demissão de 60 professores. Repressão policial à manifestação estudantil em Santa Marta.

Fonte: Dados extraídos e adaptados de Arango e Moreno (1980. p. 93-155).

Um aspecto importante, revelado pelos dados acima, é a constante repressão do Estado aos movimentos estudantis e de professores, além da suspensão da legalidade jurídica de vários sindicatos e universidades. À medida que nas universidades se encontravam uma “massa crítica” capaz de debater os rumos políticos do país, reprimi-las em sua ação cotidiana significava a diminuição da possibilidade de contestação ao regime. Por outro lado, a suspensão da legalidade jurídica de sindicatos e universidades era um indicativo dos limites postos à luta por direitos por meio de representações coletivas (especialmente no caso dos sindicatos), situação não compatível a um Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, a possibilidade de contestação e oposição política no interior do regime ficou comprometida, o que mostrou o caráter autoritário, policial e militar das relações do Estado com a sociedade civil colombiana no período da Frente Nacional.

4.4.1 Marquetalia e o Mito das Repúblicas Independentes

Em 1964 ocorreu a ofensiva militar que pode ser considerada uma das ações repressivas mais significativas da história colombiana, pois dela nasceram as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Por sua importância para se entender o caráter excludente e fechado do sistema político colombiano sob a vigência da Frente Nacional, como já indicado no item anterior deste capítulo, serão abordados a seguir seus principais aspectos.

Marquetalia foi o nome de uma região situada na Cordilheira Central Colombiana, localizada em uma área montanhosa apresentando a maior altitude do país: o Nevado de Huila, com 5.150 metros. Originalmente, tal território foi habitado pelos índios da tribo Paez, que logo entraram em contato com os camponeses que chegaram à região deslocados pela violência da década de 1950 (ARENAS, 1972). Tais camponeses, em geral eram ex-guerrilheiros, que sob orientação do Partido Comunista Colombiano, estavam organizados em núcleos de autodefesa³⁵ os quais, conforme Gallego (2008, p. 61), atuavam como Movimento Agrário:

El Nuevo Movimiento Agrario se dio su propia dirección ajustado a las características de su nueva condición ya no militar, sino agraria. Los antiguos guerrilleros se transformaron en dirigentes agrarios, labriegos y trabajadores del campo. En estas circunstancias todos los habitantes de la región comenzaron a trabajar en las labores del campo, de tal manera que un año después, en 1958, la selva de la región había sido desmontada y en su lugar se desarrollaba una agricultura pujante y próspera, y las fincas se iban abriendo y consolidando como espacios familiares y de producción.

Como pode ser constatado no texto acima, os ex-combatentes camponeses que povoaram Marquetalia empreenderam uma espécie de colonização, abrindo as fronteiras de um território extremamente fértil e ainda pouco explorado.

³⁵ De acordo com a definição de autodefesas dada por Campos (1975, p. 6): “se trata de una organización política y militar al mismo tiempo. Dentro de ella y con ella las masas emplean todas sus posibilidades de acción para sacar adelante sus demandas, para hacer valer sus derechos, pudiendo, mediante un salto de calidad, llegar a convertirse en guerrilla cuando su acción “cívico-militar” es respondida con la represión armada abierta. Es una organización en la que los colombianos han aprendido a no contar más que con su propia fuerza, medios y capacidad de combate”. Além disso, conforme Vieira (1963 p. 11) “La autodefensa de masas es una peculiaridad del movimiento popular de Colombia [...] La autodefensa de masas no es propiamente una organización de Partido. Es una organización amplia, popular, donde pueden actuar gentes de todos los partidos y tendencias, siempre que defiendan los intereses populares”.

Neste contexto, um fato histórico foi determinante para a esquerda colombiana, o triunfo da Revolução Cubana (1959), sinalizando que nos países latinoamericanos a luta revolucionária poderia ser iniciada no campo. No entanto, se por um lado o triunfo da Revolução liderada por Fidel Castro representou uma referência de luta para os camponeses colombianos, para as classes dominantes representou o perigo de ter as cordilheiras da Colômbia convertidas em uma nova Sierra Maestra³⁶. Para Guzmán (1968) este foi o principal fator para o ataque a Marquetalia. Já para Rossi (1992, p. 145) a justificativa ia além do fato de tais núcleos representarem um perigo comunista. Como demonstrado na citação abaixo, as Forças Armadas precisavam se fortalecer no cenário político colombiano e a ameaça das que foram pejorativamente denominadas de “Repúblicas Independentes” foi o pretexto para tal fortalecimento. Conforme o autor:

[...] en la época se debatió el tema sobre la justificación de las Fuerzas Armadas en un país donde no existían problemas fronterizos o internos; esto obligó a la clase en el poder y a los altos mandos militares a plantear hipótesis que justificaban su continuidad, y mostrar a la opinión nacional que sin las Fuerzas Armadas correría peligro la integridad del territorio y paralelamente la “democracia” y la institucionalidad; con esta argumentación, se acrecentó la represión en numerosas zonas campesinas – a las que se les comenzó a llamar “**repúblicas independientes**”.

O governo colombiano iniciou em março de 1964 a Operação Marquetalia, orquestrada por Álvaro Gómez Hurtado e pelo general Alberto Luiz Novoa³⁷, levada a cabo pelo *Plan Laso* (*Latin American Security Operacion*). Conforme documentos apresentados no *Libro Negro de la Represión* (1980) e relatos do membro do Comitê Central do Partido Comunista enviado a Marquetalia, Jacobo Arenas (1972), o *Plan Laso* foi uma medida do governo de Valencia para anular o movimento de autodefesa em Marquetalia e se desenvolveu em várias etapas³⁸.

³⁶ “Si no definimos esta situación anormal en el menor tiempo posible, Marquetalia se convertirá en una nueva Sierra Maestra”. (Palavras do General Manuel Prada Fonseca publicadas no jornal” El Siglo, 16 de abril de 1964 *apud* Guzmán, 1968: 419).

³⁷ Conforme Luján (1989b, p. 225) o cerco a Marquetalia foi “Inspirado en las tesis de Álvaro Gómez Hurtado y los planteamientos del general Alberto Luiz Novoa, el presidente Valencia encuadró los conflictos domésticos en el contexto de la confrontación Este-Oeste, es decir, entre la democracia liberal y el comunismo, y se propuso eliminar las manifestaciones domesticas de esa ideología. Era la versión criolla de la ‘ideología de la seguridad nacional’, que determinaría con mayor o menor intensidad el manejo del conflicto entre el Estado y los alzados en armas”.

³⁸ a) Guerra Psicológica que consistiu em ações cívico-militares para ganhar adeptos, criar redes de espionagem e delação e fazer um reconhecimento de território e população. Este trabalho realizou-se com a ajuda da *Acción Comunal*, os *Cuerpos de Paz* e instituições norteamericanas como *Care* e *Cáritas*. Com esta primeira ação o exército pôde ordenar seus cálculos logísticos e planejar adequadamente a ação repressiva contra as regiões camponesas; b) bloqueio econômico e militar ao território para debilitar a economia camponesa e desorganizar a

Contra o ataque a Marquetalia, os camponeses promoveram uma mudança organizativa e tática, saindo da condição de autodefesas agrárias e convertendo-se em grupos de guerrilhas móveis. Esta decisão foi tomada durante uma Assembléia Geral, celebrada de 17 a 20 de maio de 1964. Decidiram pela “evacuación de las familias, adopción de la táctica de movilidad total, no aceptar guerra de posiciones, transformar las avanzadas en guerrillas móviles y dar nueva forma organizativa a los cuerpos armados” (GUZMÁN, 1968, p. 425). Assim, em vinte de julho de 1964, realizaram a *Primera Conferencia Guerrillera del Bloque Sur*, que reuniu os guerrilheiros de outras áreas que também foram atacadas, como El Pato e Guayabero, a qual traçou as linhas gerais do que mais tarde seriam as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e lançou o histórico *Programa Agrario de los Guerrilleros*³⁹ constitutivo da luta guerrilheira, que continua servindo de parâmetro para as FARC até a atualidade.

Algumas semanas depois desta primeira Conferência, a região de Riochiquito, onde estava o Movimento Agrário comandado por Ciro Trujillo, foi também golpeada. Riochiquito apresentava uma particularidade que deve ser ressaltada: ali a resistência indígena mesclou-se à resistência camponesa, formando um coeso grupo de ação comunal, como demonstra Gallego (2008, p 73):

La situación de Riochiquito no era fácil para la consolidación de un movimiento agrario que fuera a la vez una organización de autodefensa campesina. Allí había necesidad de hacer coincidir los intereses y la cultura de dos grupos claramente diferenciados: los campesinos colonizadores “blancos” y las comunidades nativas indígenas. Los campesinos, “blancos” se vincularon a la tierra en un proceso lento, por el camino de comprarles a los indígenas derechos en sus comunidades, adquiriendo fondos y estableciendo compañías. Con esta conducta orientada y defendida por el Movimiento se buscaba que los indígenas comprobaran el respeto con que eran tratados sus intereses y la solidaridad con que se defendían sus derechos.

Depois dos golpes contra os movimentos agrários das regiões de Marquetalia, Guayabero, El Pato, Riochiquito empreendidos pelas Forças Armadas, os guerrilheiros se dispersaram por todo território colombiano. Com o fim de integrar as agrupações guerrilheiras

coesão do Movimento Agrário; c) ação punitiva, realizada com armas modernas e com acessoria do exército norteamericano. Atuaram forças combinadas de terra e ar em populações cercadas por soldados onde o exército pôde mantê-los sob vigilância (ARENAS, 1972; ARANGO e MORENO, 1980). Foram também utilizadas bombas de Napalm e em Marquetalia “se producen escenas no inferiores a las de los campos de concentración del nazismo” (ARANGO e MORENO, 1980, p. 53).

³⁹ Para texto completo do *Programa Agrario de los Guerrilleros* consultar ANEXO E.

dispersas convocou-se a *Segunda Conferencia Guerrillera del Bloque Sur* na qual foram fundadas oficialmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)⁴⁰.

Por fim, a incursão do exército fracassou na missão de derrotar o movimento agrário, o que em contrapartida implicou no fortalecimento deste, que se organizou politicamente na modalidade de guerrilha, constituindo um dos atores políticos fundamentais a pressionarem o sistema de coalizão da Frente Nacional, trazendo por reivindicação principal, a reforma agrária como base para profundas transformações estruturais (SÁEZ, 2003).

4.5 Da Oposição Legal à Luta Armada

Diante da repressão do Estado, muitos dos grupos de oposição à Frente Nacional forçaram a luta política para o que Gramsci qualificou como o terceiro momento do embate entre forças antagônicas, ou seja, o momento político militar. A seguir, serão analisados os atores políticos situados na esquerda colombiana, os quais atuaram em oposição ao sistema de coalizão da Frente Nacional e expressaram as demandas da sociedade civil colombiana não representadas diretamente pelos partidos tradicionais.

Para Buitrago (1991), o Partido Comunista Colombiano (PCC)⁴¹ não representou uma força política oposicionista que durante a Frente Nacional tenha ameaçado o governo de coalizão. No entanto, vale mencioná-lo por sua participação nas eleições da década de 1960, quando esteve coligado ao MRL e pela influência que exerceu sobre os estudantes, intelectuais e movimentos insurgentes, constituindo-se em uma força política de referência que teve presença significativa na sociedade civil e nos debates sobre os rumos políticos do país.

Embora durante o período de vigência da Frente Nacional, o Partido Comunista Colombiano não tenha aglutinado o conjunto dos movimentos oposicionistas, foi inegável sua contribuição para o debate político na Colômbia. Na década de 1960, o PCC foi responsável por publicar boa parte dos trabalhos da esquerda nacional e internacional por meio dos *Documentos Políticos*, uma revista mensal do Comitê Central do PCC. Nos anos 1970, criou a revista *Estudios Marxistas*, dirigida por membros do Partido e que trazia análises a respeito da conjuntura política do país, assim como textos da esquerda internacional. Porém, no que se refere à sua atuação no âmbito das instituições políticas, sua principal contribuição foi abrir

⁴⁰ No ANEXO F apresenta-se a declaração política da Assembléia constitutiva das FARC.

⁴¹ Fundado em 1930.

uma frente de inserção no interior do Estado, especialmente no parlamento⁴², que ampliasse as possibilidades para a participação da esquerda no sistema político colombiano. Tal atuação se expressou, por exemplo, na aliança que fez com o já mencionado MRL nos anos 1960. De acordo com Vieira (1960, p. 4), principal liderança do PCC durante a Frente Nacional, a política de alianças do partido foi realizada:

[...] no por táctica menos real y efectiva, de nuestro Partido con el movimiento de inconformidad liberal encabezado por López Michelsen, se definió después de la Convención del “California”, precisamente sobre las bases programáticas allí aprobadas. Esta modalidad de la política de frente única y con alianzas populares pudo concretarse como culminación de un proceso, en el cual fue necesario superar serios obstáculos y sortear difíciles escollos. Pero lo importante es que se produjo un hecho nuevo en la situación nacional, que permitió al Partido Comunista actuar abiertamente en todo el país junto con un aliado de las masas.

Como pode ser observado na citação acima, a tática do Partido Comunista para concorrer às eleições era ratificar a aliança com algum grupo político identificado aos movimentos populares e que pudesse concorrer na disputa eleitoral (caso do MRL no interior do Partido Liberal), pois somente assim o PCC poderia apresentar candidatos, já que constitucionalmente o sistema político colombiano vetava a participação de forças políticas alheias ao bipartidarismo⁴³. Neste contexto, o Partido Comunista conseguiu eleger em 1960 vereadores e representantes da Câmara, dando ainda, conforme Vieira (1960), uma importante contribuição para os resultados eleitorais alcançados pelo MRL em 1960.

Em 1962 o MRL passou por uma divisão interna centrada na figura de López Michelsen, o qual declarou sua aberta oposição ao Partido Comunista, ocasionando a formação de alas: a “linha dura” do MRL em aliança com o Partido Comunista e a “linha branda” aliada a Alfonso López Michelsen (GARCÍA, 2008). Em 1968 a “linha dura” do MRL, com a qual o Partido Comunista se mantinha aliado, obteve 60.000 votos elegendo três Representantes da Câmara, cerca de 10 deputados e 100 vereadores (PCC, 1968a).

Além da atuação do Partido Comunista pelas vias institucionais em aliança com o MRL, o partido também apoiou o movimento guerrilheiro, embora sempre fizesse a ressalva de

⁴² Por exemplo, quando o líder agrário comunista Juan de la Cruz Varela foi eleito pelo MRL, em 1960, suplente do senador eleito Alfonso López Michelsen, sendo também deputado nas Assembléias de Tolima e Cundinamarca.

⁴³ Com relação a esse aspecto, é interessante notar que a ação política do Partido Comunista Colombiano durante o período da Frente Nacional foi similar à do Partido Comunista Brasileiro durante o regime militar no Brasil (1964-1985), que atuava politicamente por meio do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no Congresso, o qual também se estruturava em torno de dois Partidos Políticos legalmente reconhecidos, o Arena e o MDB.

que esta não era a única forma de ação política possível na Colômbia. Conforme Hurtado (1966, p. 38), “Hay un movimiento guerrillero en ascenso y, en las ciudades, formas de lucha más variadas y elevadas. Esto determina que muchos sectores revolucionarios piensen que es más importante apoyar la lucha guerrillera que participar en las elecciones”. Com relação ao movimento guerrilheiro, especialmente as FARC, o Partido Comunista considerou que sua ascensão foi um dos fatos mais notáveis ocorridos na Colômbia em 1966, por ter representado a resposta do movimento agrário contra a agressão militar. No entanto, na Resolução Política do Décimo Congresso do PCC (1966a, p. 100) ratificou-se a postura de não considerar a luta armada como único meio de disputa pelo poder:

La combinación adecuada de todas las formas de lucha de masas es y será seguramente la esencia misma de toda nuestra táctica. Pero a medida que se profundice el conflicto de clases e avance el movimiento de liberación nacional, ante la represión y la creciente intervención estadounidense, la lucha armada popular se convertirá en la forma principal, como factor decisivo para la toma del poder por el pueblo. De hecho, en las zonas agredidas en el desarrollo de los planes de los militares, la acción guerrillera se ha convertido en la forma principal de lucha de las masas campesinas.

Com tal consigna da combinação de todas as formas de luta (utilizar-se tanto dos meios de contestação legais – sindicatos, parlamento –, quanto ilegais – greves, *paros cívicos*, luta armada) o Partido Comunista apoiou também as lutas urbanas que na época da Frente Nacional foram declarados ilegais, como visto no capítulo anterior. Até 1974 o PCC permaneceu sem participação significativa no cenário eleitoral colombiano. Naquele ano, fez parte de outra coligação que abarcou pequenos grupos de oposição, a *Unión Nacional de Oposición* (UNO), a qual teve uma precária votação nas eleições de 1974: obtendo 2,6% do total dos votos válidos.

Buitrago (1991) argumentou que o Partido Comunista foi uma força política que não conseguiu absorver grande parte dos setores oposicionista à Frente Nacional, posto que muitos deles, sob influência da Revolução Cubana de 1959, foram absorvidos pelos movimentos insurgentes que viam a luta armada como o único meio de atuação diante das barreiras à participação política impostas pelo sistema de coalizão. Tal argumentação pode ser confirmada pela própria disputa interna pela qual passou o Partido Comunista em 1960, resultando em uma divisão que deu origem a novas organizações que optaram pela luta armada, como o MOEC e o Partido Comunista Marxista Leninista (PC (ML)) (URREGO, 2002).

Porém, um dos aspectos mais significativos na trajetória deste ator político, no período analisado e sua importância para o tema aqui abordado, é que sua história expressa, de modo

contundente, os limites das instituições políticas colombianas no sentido de permitirem a livre expressão política e disputa pelo poder por parte de agrupamentos que gravitavam fora da órbita da linha liberal-conservadora. Pois, apesar do PCC ter conseguido meios para eleger seus representantes ao parlamento e assim compor o sistema político colombiano, deve ser ressaltado que tal possibilidade dependeria sempre da permissão e abertura conferida pelo partido constitucionalmente legítimo, no caso o Partido Liberal.

Além do Partido Comunista, na literatura colombiana, alguns estudos discutem o caráter político das guerrilhas colombianas, especialmente das FARC. Toloza (2008, p. 91), ao fazer uma análise sobre o tema utilizando-se de um amplo debate teórico, concluiu que “el carácter político de las FARC, pese a los juicios morales que muchos puedan realizar frente a sus acciones o formas de financiación, está dado por sus objetivos netamente políticos”. Rangel (1998, p. 152) que foi acessor presidencial do ex-presidente Alvaro Uribe (2002-2010), apesar de sua posição contrária às FARC, também aceitou o caráter político da guerrilha colombiana e a pertinência de tratá-las como atores políticos:

Este carácter bandoleril de la guerrilla ha puesto en circulación una falsa especie en torno al problema de la subversión que hace carrera con mucha rapidez, incluso entre la opinión más enterada, y que señala a la guerrilla como grupos armados sin ninguna ideología ni aspiración política. En realidad, esta es una visión peligrosa y distorsionada del asunto. Aunque parezca un contrasentido, pese a su creciente involucramiento en actividades delincuenciales y a la pérdida absoluta de barreras éticas en su comportamiento criminal, la guerrilla en Colombia sigue siendo fuertemente ideologizada. Es preciso insistir en la gran singularidad del fenómeno guerrillero en Colombia: una guerrilla política en sus fines, con fuertes rasgos de bandolerismo en sus medios, y totalmente ajena al fin de la historia de la disputa por el predominio mundial entre el capitalismo y el comunismo. Pero la imperativa condena ética que debe hacerse de una guerrilla que aplica la violencia y el terror de manera tan sistemática y persistente contra la población civil no debe conducir a una descalificación política.

Por sua vez, Buitrago (1991, p. 11) defendeu o ponto de vista segundo o qual os movimentos armados foram atores políticos que assumiram um importante protagonismo no cenário político colombiano: “[...] es importante señalar expresamente a los movimientos políticos armados, las guerrillas, ya que desde hace casi medio siglo han sido actores de primer plano en el panorama nacional”.

Como já assinalado nos itens anteriores, o período da Frente Nacional, especialmente entre 1964 e 1966, foi caracterizado pelo aumento numérico de agrupamentos de esquerda que se pautaram no marxismo, em suas diversas tendências (leninismo, maoísmo, marxismo cristão,

etc.), para se contraporem ao domínio dos conservadores e liberais. As principais organizações armadas, além das FARC, foram o *Movimiento Obrero Estudiantil Campesino 7 de Enero* (MOEC), o *Movimiento Obrero Independiente y Revolucionário* (MOIR), a *Fuerzas Unidas de Acción Revolucionaria* (FUAR), o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) e o Partido Comunista– Marxista-Leninista (PC- ML), cujo braço armado foi o *Ejército Popular de Liberación* (EPL) e o *Movimiento 19 de abril* (M-19). O denominador comum entre esses grupos foi a opção pela luta armada como forma de ação política. Abaixo, serão pontuados os principais aspectos dos atores armados em oposição à Frente Nacional.

Conforme demonstrou a história contemporânea da Colômbia, as FARC se constituíram no mais importante movimento guerrilheiro do país, desenvolvendo um projeto de transformação social, apoiado teoricamente no marxismo, que seria realizado a partir da tomada do poder do Estado. As FARC, comandadas por Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas, de acordo com Gallego (2008), logo após sua constituição em 1966 passaram por uma grave crise devido às dificuldades de organização interna somadas aos incessantes ataques militares sofridos. Por isso, sua atuação durante os anos de 1966 a 1968 caracterizou-se mais pelos combates diretos com as Forças Armadas do que propriamente ações revolucionárias em busca do poder do Estado. Sobre a crise interna da guerrilha, Gallego (2008, p. 92) discorre que:

El periodo 66-68, resultó supremamente difícil para las FARC, el cambio de táctica hacia la guerra de guerrillas, la construcción de los destacamentos y la consolidación del mismo, así como la construcción de una cultura de la guerra se va gestando en medio de las dificultades que siendo propias del inicio de un proyecto de esta naturaleza resultan a la larga convertidas en una dificultad mayor cuando se está combatiendo al mismo tiempo. La situación por la que atraviesa la guerrilla, según Marulanda, es atribuida a varias razones, en particular a la incapacidad de la comandancia de las FARC para interpretar los lineamientos de la Segunda Conferencia Constitutiva, al fracaso en la construcción de una economía de guerra sólida y de una política de finanzas clara.

Para buscar soluções para esta crise, a guerrilha realizou em 1968 a Terceira Conferência, ocasião em que foram traçados novos critérios organizativos e novas táticas político-militares. Como demonstra Gallego (2008, p. 92):

En un balance general de lo que fue la Tercera Conferencia se podría decir que en ella se dio un proceso de *refundación* de las FARC, en cuanto que se evaluó la situación general de la organización después del golpe de Caldas, se estableció una estrategia

de reconstrucción organizativa, se definió un plan de trabajo y de recomposición política y territorial del proyecto y con ello se inició una fase de crecimiento y consolidación planificada.

Foi durante a Quarta Conferência, realizada em 1970 que a guerrilha superou as dificuldades e se consolidou efetivamente a partir dos critérios organizativos das Frentes Guerrilheiras:

A principios de año tiene lugar la Cuarta Conferencia. Se crean las condiciones para volver a la Cordillera Central. Se consolida definitivamente la idea de los Frentes guerrilleros. Las comisiones salen en una y otra dirección a esa tarea y en la de la acción política. Creados los Frentes en las diversas áreas del país, se deben desdoblar, constituyendo nuevos Frentes (CRONOLOGIA DE LA RESISTENCIA, 2004).

Ao contrário do PCC e do *Frente Unido*, atores políticos que expressavam principalmente as tendências políticas de uma sociedade civil desenvolvida no espaço urbano, as FARC representavam a resposta política às condições de exercício do poder predominantes no meio agrário, cuja marca principal era o poder excludente e autoritário das oligarquias colombianas, de modo similar ao que Moore Jr. (1983) assinalou em sua obra. Portanto, na perspectiva da guerrilha, como expresso em seu documento fundador (O Programa Agrário dos Guerrilheiros), a reforma agrária seria a base e o ponto de partida para a realização das transformações estruturais necessárias para a consolidação de um regime democrático, que pode ser observado na citação a seguir:

Nosotros somos revolucionarios que luchamos por un cambio de régimen. Pero queríamos y luchábamos por ese cambio usando la vía menos dolorosa para nuestro pueblo: la vía pacífica, la vía de la lucha democrática de masas. Las vías legales que la Constitución de Colombia señala. Esa vía nos fue cerrada violentamente y como somos revolucionarios que de una u otra manera jugaremos el papel histórico que nos corresponde, obligados por las circunstancias arriba anotadas, nos toca buscar la otra vía: la vía revolucionaria armada para la lucha por el poder.

Por eso, las FARC-EP se han constituido como una organización político-militar que recoge las banderas Bolivarianas y las tradiciones libertarias de nuestro pueblo para luchar por el poder y llevar a Colombia al ejercicio pleno de su soberanía nacional y a hacer vigente la soberanía popular. Luchamos por el establecimiento de un régimen político democrático que garantice la paz con justicia social, el respeto de los Derechos Humanos y un desarrollo económico con bienestar para todos quienes vivimos en Colombia. Luchamos por una Política Agraria que entregue la tierra del latifundio a los campesinos (ARENAS, 1972, p. 130).

O importante na citação acima é a percepção, por parte deste ator político, que um regime democrático viria por meio da instauração de mudanças no mundo agrário que efetivamente permitisse a livre disputa de interesses sociais no plano político-institucional. Como o sistema político colombiano se mostrou fechado àqueles que não participavam da esfera liberal-conservadora, este ator político projetou sua ação para além do espaço agrário até atingir o próprio Estado por meio de ações armadas, como pode ser observado na leitura que fizeram

Diferentemente das FARC que tiveram como principal base social os camponeses, o MOEC de inspiração cubana, fundado em 1959, teve como base teórica as teses marxistas e leninistas. Formado basicamente por núcleos de jovens que militaram na luta estudantil dos anos 1958/59 e por uma série de quadros que se afastaram do Partido Comunista Colombiano por discordarem de sua linha de ação política, além de ex-guerrilheiros que participaram das lutas camponesas (CASAS, 1990). Em seu Terceiro Congresso, realizado em 1966, o MOEC apresentou sua linha de atuação, contraposta a do Partido Comunista:

El Movimiento Obrero Estudiantil Campesino, es resultado de una necesidad histórica del pueblo colombiano. Surge como respuesta popular al oportunismo de los revisionistas del mal llamado partido “comunista” de Colombia, quienes, bajo una dirección equivocada y traidora, han abortado la revolución (GUZMÁN, 1968, p. 459).

Também declarou a necessidade da insurgência armada: “[...] el MOEC definió la insurrección armada, como el único camino del pueblo colombiano hacia la toma del poder, como la única respuesta a la violencia desatada contra el pueblo colombiano” (MOEC, 1961 *apud* URREGO, 2002, p. 175).

Sua atuação foi predominantemente urbana, expressando uma tendência insurrecional de tomada do poder muito semelhante ao que seria denominado posteriormente *foquismo*, com vários de seus integrantes promovendo ações armadas em solidariedade a Cuba em várias cidades da Colômbia (CASAS, 1990). De sua dissolução surgiu o MOIR. Constituído com um novo nome, esse grupo transitou do *foquismo* ao maoísmo, sendo um dos principais representantes dessa tendência na esquerda colombiana dos anos 1970 (CASAS, 1990). Neste caso, este grupo expressou as tendências mais radicalizadas oriundas dos movimentos

estudantis na Colômbia, representando a própria resistência às medidas do estado de sítio em relação ao sistema educacional colombiano.

A FUAR foi outra organização de inspiração cubana, fundada em 1962 por Luis Emiro Valencia e sua esposa Gloria Gaitán, filha de Jorge Eliécer Gaitán. Seus militantes, em sua maioria procedentes das classes médias altas, incluindo militantes políticos que foram ligados ao General Rojas Pinilla, realizaram pequenas ações guerrilheiras, mas sem maior inserção social, o que levou ao fracasso do movimento (GUZMÁN, 1968). O dado interessante a respeito desse grupo refere-se a sua composição econômico-social: formada por representantes de maior poder aquisitivo, indicando a pouca capacidade de construção de consenso político por parte do regime da Frente Nacional diante da multiplicidade de interesses e tendências políticas que emergiam na sociedade civil colombiana.

Também com forte inspiração cubana, o ELN, fundado em 7 de fevereiro de 1965, foi formado inicialmente por universitários, alguns antigos militantes do MOEC, trabalhadores urbanos e camponeses (GUZMÁN, 1968). Seu batismo político foi a tomada da aldeia de Simacota, na região de Santander, ocasião em que lançaram seu manifesto fundador⁴⁴. Mesmo com a morte prematura, em 1966 durante seu primeiro combate, Camilo Torres foi seu integrante mais conhecido tornando-se mártir do ELN (ROSSI, 1992, p. 149).

Liderado por Fabio Vásquez Castaño, que foi treinado em Cuba por Fidel Castro, e Victor Medina Morón, o ELN se constituiu na segunda agrupação guerrilheira mais importante da Colômbia. Com influência do marxismo, da revolução cubana e também das idéias de Camilo Torres e da Teologia da Libertação, o ELN propôs uma revolução popular que rompesse com o imperialismo e o domínio conservador, promovendo a reforma agrária e o desenvolvimento econômico por meio da estatização da economia. Como demonstra Guzmán (1968, p. 472), citando parte do Manifesto de Simacota:

Basándose en sus propias fuerzas, compenetrado con las masas e interpretando su sentir y sus necesidades, procurando la más amplia y sólida unidad popular por la liberación nacional, el “Ejército de Liberación Nacional” busca eliminar definitivamente la dominación imperialista y la explotación de las masas, así como realizar desde el poder la transformación radical de Colombia mediante la liberación de la energía creadora de su pueblo.

De acuerdo con la realidad nacional, u con un penetrante análisis de las condiciones objetivas y subjetivas del país, el ELN considera que en Colombia están cerrados los caminos “pacíficos” o “legales” para la toma del poder por el pueblo, y de ahí que su organización y sus principios estén encaminados a buscar el desarrollo y culminación

⁴⁴ Para texto completo do documento de fundação do ELN consultar ANEXO G.

de la guerra del pueblo, donde la lucha armada en sus diferentes formas constituye el núcleo principal, dentro de la más amplia lucha de masas.

É importante observar na citação acima a declaração de que estariam fechados os caminhos pacíficos e legais, ou seja, institucionais para se disputar democraticamente o poder, indo ao encontro à linha de raciocínio desenvolvida até aqui. Diante do sistema fechado da Frente Nacional, o ELN concebeu a luta armada como único meio para se organizar e atuar politicamente.

Outro importante ator da luta armada no período foi o EPL, que surgiu como o braço armado do Partido Comunista –Marxista Leninista, foi fundado em 1965 por dissidentes do Partido Comunista Colombiano (CASAS, 1990). Assim como os integrantes do MOEC e do MOIR, também fizeram críticas a linha de ação adotada pelo Partido Comunista Colombiano, considerada reformista por muitos. Tendo por parâmetro a revolução chinesa liderada por Mao Tsé-tung (GUZMÁN, 1968), a linha de ação político-militar proposta pelo EPL foi a guerra popular prolongada, que passou a empregar a partir do ano de 1968, especialmente nas regiões de Córdoba e Antioquia:

Postula la guerra popular **como salida única para superar la actual situación colombiana. La considera como la forma superior en la lucha de masas.** No se trata de iniciación de una contienda sino de una contraofensiva con metas estratégicas precisas para lograr la toma del poder por el pueblo. Es la continuación de la política revolucionaria por medios nuevos. Supedita a la acción armada las demás formas de lucha popular. Es inevitable y debe basarse en los propios esfuerzos. Será ardua, difícil y prolongada. En los comienzos su escenario principal es el campo porque es este el enemigo es más débil y son más profundas las contradicciones sociales, lo cual no quiere decir que se excluya la necesidad de las guerrillas urbanas. **La superioridad inicial del enemigo frente a las fuerzas populares obliga a adoptar la guerrilla como forma insustituible de lucha.** Las masas movilizadas son el principal punto de apoyo, la fuerza fundamental, el arma superior (GUZMÁN, 1968, p. 479-480, grifo nosso).

Assim, essa organização também foi representativa de uma tendência que se consolidou no campo da esquerda colombiana a despeito das divergências ideológicas com outros agrupamentos, ou seja, o de que *a luta armada seria a continuação da política por outros meios*, único método de ação possível para promover as transformações econômicas, políticas e sociais entendidas como necessárias para a sociedade colombiana.

O último movimento guerrilheiro a ser destacado é o *Movimiento 19 de Abril* (M-19), o qual surgiu em 16 de janeiro de 1973 como dissidência da ANAPO. Durante a legislatura de Misael Pastrana Borrero a ANAPO passou por um debate interno sobre qual linha política o movimento deveria seguir, principalmente depois de um balanço sobre a “fraude” eleitoral de 19 de abril de 1970, mas não houve consenso em permanecer na contenda institucional. A ala mais radical no interior da ANAPO optou por seguir a linha adotada pelos movimentos citados anteriormente criando a guerrilha denominada M-19 cujo nome fez referência às eleições presidenciais de 19 de abril de 1970.

Com o lema *con el pueblo, con las armas al poder* o M-19 incorporou membros da ANAPO, mas também ex-majores, ex-oficiais, sargentos, membros do Partido Comunista e das próprias FARC. Por apresentar tal heterogeneidade, não constituiu um programa político bem definido, mas propôs a luta armada como meio de atuação política (CASAS, 1990). A diversidade de sua composição expressou, simbolicamente, a amplitude do espectro político-social de oposição à Frente Nacional, envolvendo interesses das mais variadas origens sociais.

Por fim, como foi salientado, após essa breve exposição de alguns dos principais atores de oposição à Frente Nacional, os quais projetaram as lutas políticas para além do espaço institucional-legal, ressalta-se em síntese, que a história do Partido Comunista Colombiano mesmo que buscando uma inserção institucional, expressa os limites das instituições políticas colombianas à livre expressão e disputa pelo poder por parte daqueles que se situavam fora do espectro liberal-conservador. Já a trajetória dos atores armados, expressa dramaticamente não só esses limites, mas as consequências de um sistema político excludente e fechado, ou seja, a violência como resposta à ação política do Estado.

5 OS LIMITES DA COALIZÃO: NEM POLIARQUIA, NEM TRANSFORMISMO

No que se refere ao objetivo de responder à questão inicial proposta no trabalho, ou seja, se o período da Frente Nacional na Colômbia representou uma abertura democrática ou um regime autoritário mais próximo às ditaduras militares vigentes na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, a pesquisa chegou a resultados que o aproximou mais do segundo caso, questão assinalada a seguir.

Conforme já salientado no capítulo 1, para a análise das instituições e dos atores políticos do sistema colombiano foram retomadas algumas das hipóteses formuladas por Gramsci para a compreensão dos fenômenos políticos característicos do século XX, especialmente o cesarismo de coalizão. De acordo com a sugestão analítica do presente trabalho, um paralelo significativo pôde ser estabelecido entre a análise gramsciana e a realidade colombiana. Indo ao encontro à linha de raciocínio de Gramsci, o autor colombiano Luján (1989a, p. 182) assinalou que:

Las coaliciones políticas entre los partidos son una especie de mecanismo de defensa, o para usar un símil fisiológico, son parte del sistema inmunológico del régimen político. Es decir, el poder compartido y la unión bipartidista son un instrumento útil para superar las situaciones sociales y políticas que por sus características amenazan con impedir una adecuada reproducción del sistema político, la estructura de poder y la jerarquía social.

Desta forma, a coalizão no interior do sistema político colombiano representou, segundo a linha exposta acima, a afirmação de grupos que já tinham acesso ao controle do Estado durante a história colombiana, sendo funcional para debilitar as forças de oposição à coalizão liberal-conservadora estabelecida. Neste caso, acredita-se que o surgimento da Frente Nacional foi resultado de uma ação política empreendida pelas classes dirigentes no sentido de impedir um conflito catastrófico entre as forças liberais e conservadoras, sendo portanto “una fórmula salvadora para el régimen político, que le devuelve estabilidad y fortaleza al ordenamiento de la sociedad” (LUJÁN, 1989a, p. 182). Tal consonância entre a análise de Gramsci e as características da coalizão na Colômbia durante a Frente Nacional também encontrou respaldo nas observações feitas por Ruiz (s/d, p. 22):

[...] ante todo el Frente Nacional fue concebido con una clara intención política. Fue, en efecto, un diseño para acabar con la lucha entre dos partidos que, por mucho tiempo, se consideraron enemigos irreconciliables y se declararon guerra sin cuartel (al menos entre sus bases populares).

No entanto, a formação desta coalizão não nasceu somente como resposta ao governo militar de Rojas Pinilla. Ela teve raízes também no campo social em decorrência dos “cambios que se produjeron desde comienzos del presente siglo en la conformación de las elites económicas del país” (LUJÁN, 1989a, p. 183). Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo no período da Frente Nacional se impusera de modo incontornável e avançou por meio da unificação econômica e social entre as classes dirigentes⁴⁵. Segundo Luján (1989a, p. 183):

No se trataba como en el pasado de desatar el conflicto partidista para llegar por allí a imponer los intereses sectoriales en la orientación del Estado, ya que estos intereses se hacían cada vez más homogéneos. En la medida que la elite se hacia una solo fuerza social, las diferencias entre los partidos perdían relevancia para esos grupos dirigentes y las posibilidades de coalición y gobierno compartido se hacían más intensas.

Essa tendência de anulação das diferenças entre as duas principais forças do sistema político colombiano assinaladas pelo autor favoreceu a constituição do que Gramsci denominou como o bloco histórico, ou seja, a união dos interesses políticos e econômicos entre forças sociais antagônicas que constituem sua unidade no Estado e a partir daí têm o poder de promover as transformações necessárias para a modernização social e política⁴⁶. Conforme Luján (1989a, p. 183), esta união evidenciou-se pelo fato de que na Colômbia:

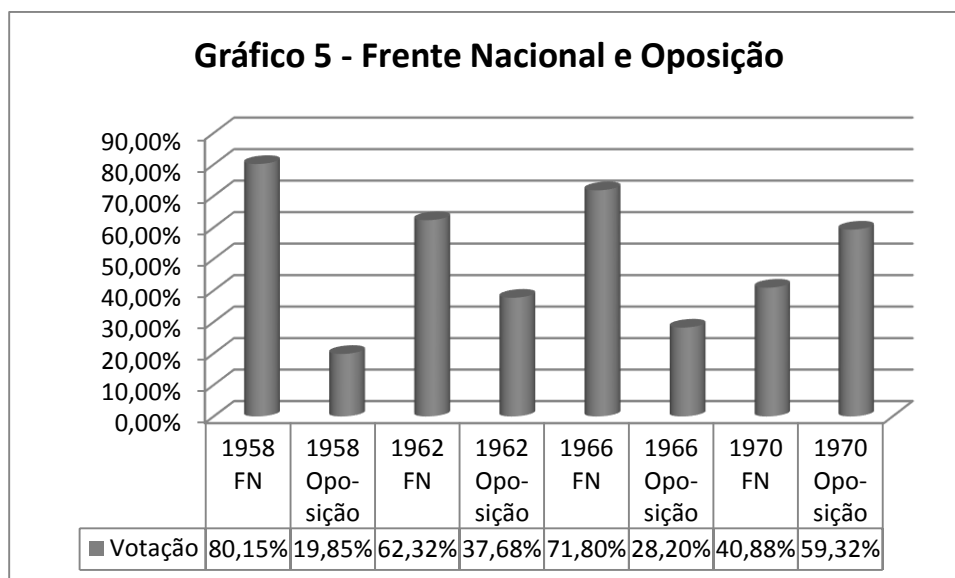
La historia de las coaliciones será la historia de la lucha de las elites para encontrar una salida al tradicional conflicto violento entre los partidos (que ahora era un real peligro para la reproducción del sistema social y de su dirigencia económica) y crear un clima para el desarrollo de las fuerzas productivas.

⁴⁵ É importante ressaltar o que representava a opção pelo capitalismo, dado que o socialismo também se apresentava como alternativa de organização político-social no cenário mundial da época, caminho que foi seguido, por exemplo, por Cuba.

⁴⁶ De acordo com Gramsci (2002a, p. 308) o conceito de bloco histórico expressa um “conteúdo econômico social e forma ético-política” que “se identifica concretamente na reconstrução dos vários períodos históricos”.

Neste sentido, o cesarismo de coalizão analisado no decorrer deste estudo foi a forma política necessária à consolidação deste bloco histórico na Colômbia, com implicações significativas para a conformação de um sistema institucional fechado. Este último aspecto se evidenciou pela repressão exercida pelo Estado contra o movimento de contestação pública e a proibição por meios legais da participação eleitoral dos partidos que atuavam fora da esfera liberal-conservadora. Desta forma, o sistema de coalizão se mostrou mais eficiente para garantir os interesses das classes dominantes representadas nos partidos Liberal e Conservador do que para incorporar as demandas da sociedade civil que se opunha à Frente Nacional por meio do que se caracterizou aqui como transformismo.

Deste modo, acredita-se que a Frente Nacional foi um modelo governamental que não apresentou possibilidades para uma poliarquia ou quase poliarquia, pois, como foi demonstrado e analisado neste estudo, apresentou fortes traços de controle autoritário e repressão sobre as organizações políticas de oposição e movimentos populares que pressionavam para uma abertura do sistema vigente. Sendo este, aliás, um dos fatores que provavelmente explicaram as razões da Frente Nacional não ter se demonstrado capaz de conquistar ampla hegemonia na sociedade colombiana e garantir o consenso diante dos setores mais ativos da sociedade civil. Conforme os dados apresentados no Gráfico 5, nota-se que no período em que os governos da Frente Nacional aumentaram a ação repressiva do Estado frente aos movimentos sociais, as forças de oposição não obtiveram o mesmo número de votos, o que pode ser interpretado como aumento do descrédito dos eleitores da oposição em relação às instituições políticas colombianas. Ilustrativo a esse respeito foi o grande número de abstenções apresentados em 1966, como já analisado.



Fonte: GUARÍN (2005, p. 49).

Como perceptível nos dados acima, a partir do governo do conservador Guillermo León Valencia (1962-1966), o qual buscou conter os conflitos sociais por meio de ações repressivas e não pela tentativa de acordos com os mesmos através de procedimentos institucionais, a Frente Nacional passou a ter um desempenho eleitoral cada vez menos representativo em relação ao total de eleitores. Como mencionado anteriormente, a abstenção eleitoral durante o período de vigência da Frente Nacional variou entre 35% e 40%. Esta falta de respaldo por parte da sociedade pode explicar porque o Estado passou a utilizar-se mais intensamente de métodos repressores para o controle da sociedade civil do que propriamente métodos que levassem à construção do consenso e da hegemonia ético-política. Nos termos de Gramsci, isso significou uma incapacidade das elites dirigentes de alcançarem a hegemonia e projetarem seu poder para o conjunto da sociedade por meio do transformismo, nesse sentido, a forma política resultante só poderia ser o cesarismo.

Do ponto de vista dos resultados institucionais do período de vigência da Frente Nacional, outro aspecto de grande relevância a ser retomado é que a reforma constitucional que concebeu a Frente Nacional, proibiu a participação de partidos para além do espectro liberal-conservador, deixando à margem as outras forças políticas, as quais se encontraram impossibilitadas de disputarem espaços nas instituições políticas com identidade própria. Como consequência, o período da Frente Nacional não favoreceu a consolidação de partidos políticos como representantes dos interesses de grupos ou classes da sociedade civil. O formato jurídico-institucional da disputa política favoreceu o modelo de organização de interesses por via de

coalizões mais do que por partidos. Portanto, os partidos da situação formaram uma frente – Frente Nacional; em contrapartida, os grupos de oposição também se organizaram em frentes, sendo os exemplos mais representativos o MRL, a ANAPO e a *Frente Unido* de Camilo Torres. A tendência, portanto, foi a formação de agremiações heterogêneas conformadas mais por interesses pontuais e eleitorais do que propriamente por um projeto político-ideológico comum, especialmente no âmbito da oposição à Frente Nacional.

Desta forma, o acordo bipartidário constituiu-se em um novo poder oligárquico que assumiu o controle do Estado de modo a estabelecer um monopólio político. Esta restrição à participação de uma oposição política organizada impossibilitou, ainda, um debate político que abrangesse a diversidade da sociedade colombiana. Sua ausência abriu espaço tanto para a utilização de métodos repressivos por parte do Estado contra as manifestações pacíficas de descontentamento popular, quanto para o surgimento de atores que utilizaram a luta armada como instrumento de defesa e meio de projeção de seus interesses.

Sendo assim, levando-se em consideração, por exemplo, os critérios estabelecidos por Dahl (2005) para considerar como poliárquico um regime político, como ampla possibilidade de contestação pública e direito de participação, percebe-se que o sistema político colombiano, durante o período da Frente Nacional, não atendeu a esses padrões mínimos, principalmente no que se refere ao primeiro critério, tendo em vista a constante repressão e ilegalidade dos movimentos de contestação pública. Neste sentido, os resultados desta pesquisa apontam como insuficiente a caracterização do sistema político colombiano como uma “quase poliarquia”, segundo a conceituação de Dahl (2005), aproximando-se mais de uma *democracia restringida*, conforme a conceituação de Jiménez (2009).

Para a compreensão do contexto que permitiu a ascensão dos atores políticos armados durante a Frente Nacional, o autor de referência para o estudo foi Moore Jr. (1983). Como ilustrativo da não resolução dos problemas agrários por parte da Frente Nacional tem-se a fundação das FARC (1966), guerrilha que representou a resposta política às condições de exercício do poder predominantes no meio agrário, cuja marca principal foi o poder excludente e autoritário das oligarquias colombianas, de modo similar ao que Moore Jr. (1983) assinalou em sua obra a respeito da história alemã no século XIX. Com isso, sua principal demanda foi a luta pela reforma agrária como ponto de partida para o avanço de um regime democrático, conclusões estas expressas em seu documento de fundação mencionado anteriormente – O Programa Agrário dos Guerrilheiros.

Contudo, os resultados obtidos pela presente pesquisa a partir da análise dos dados apresentados no decorrer do texto, especialmente no capítulo 4, revelaram e ajudaram a

compreender as motivações da violência empreendida pelos atores políticos de oposição, buscando apresentá-los não como meras vítimas passivas da violência empreendida pelo Estado, mas procurando desvendar a natureza e as características do regime político da Frente Nacional que se desdobrou nos conflitos armados que ainda hoje persistem na Colômbia. Conclui-se, deste modo, que a estratégia da luta armada assumida por estes atores não se configurou apenas como tática para ascensão política por meio da tomada do poder do Estado pela via revolucionária, mas foi a resposta considerada adequada naquela conjuntura, pelos atores políticos que fizeram esta opção, para o enfrentamento de um sistema político fechado e repressivo e, porque não, para pressionar pela abertura do sistema. Os dados demonstraram ainda que a violência empreendida pelo regime da Frente Nacional, o que se expressou exemplarmente no ataque a Marquetalia, analisado no capítulo 4, teve como principal consequência a fundação das FARC. Retomando as relações entre violência e sistema político considera-se que o sistema de coalizão fechado e excludente da Frente Nacional, somados às influências internacionais, como o êxito da Revolução Cubana, possibilitaram a radicalização de vários segmentos da sociedade civil que viram na via armada de tomada de poder do Estado o meio para enfrentar o sistema excludente.

A respeito do que foi afirmado no parágrafo anterior, cabe ressaltar que o caso colombiano apresenta uma particularidade: ele não recorreu ao golpe de Estado como os outros países da América Latina (Brasil, Argentina Chile e Paraguai) para conter os movimentos de oposição. Na Colômbia, tais movimentos foram reprimidos pelas Forças Armadas. Aqui, retoma-se a idéia de Gramsci sobre cesarismo moderno, o qual seria muito mais policial que militar. Como a ameaça à permanência da coalizão encontrava-se em território nacional, o exército assumiu um papel mais policial, conferido pelos decretos de estado de sítio, para garantir a ordem interna, sem necessariamente ter de recorrer ao controle direto do Executivo, como ocorreu em outras experiências da América Latina. Isto só foi possível pelo sistema de coalizão fortemente amparado pelos decretos que instauraram o estado de sítio e pelo fortalecimento das Forças Armadas.

Pode-se identificar nesses elementos apontados acima as variáveis que explicariam as origens do atual conflito bélico colombiano. Os desafios enfrentados pelas instituições democráticas no país têm forte relação com a concentração de poder e a limitação de espaços e garantias aos grupos de oposição, fatores estes evidenciados pela permanência do estado de sítio que além de fortalecer o Executivo em detrimento do Legislativo, favoreceu o uso, pelo Estado, de um aparato repressor típico das ditaduras militares latinoamericanas para conter os movimentos oposicionistas.

E aqui tem-se um outro resultado institucional decisivo do cesarismo de coalizão da Frente Nacional, ou seja, no período de 1958 a 1974 o Estado foi “formatado” mais para a contenção das demandas da sociedade civil do que para sua incorporação, contribuindo para uma cisão que se projetaria nos anos seguintes e impediria a construção efetivamente democrática com amplas possibilidades para que os grupos e classes da sociedade civil disputassem livremente a hegemonia e projetassem seu poder para o estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa um dos instrumentos fundamentais para a análise das instituições políticas colombianas e do grau de consenso obtido junto à sociedade civil, durante o período de vigência da Frente Nacional, foram os dados eleitorais. Assim, conforme demonstrado, a abstenção eleitoral entre os anos de 1958 e 1974 variou entre 35 e 40%, além de se verificar uma diminuição significativa na participação nos pleitos se comparado os anos de 1957 e 1958 com os de 1970. Esta diminuição do respaldo popular aos governos da Frente Nacional constituiu uma variável explicativa importante para se entender porque o Estado passou a utilizar-se mais intensamente de métodos repressores para o controle da sociedade civil do que propriamente lançar mão de meios que favorecessem a construção do consenso por meio da implementação de reformas e da absorção e cooptação de membros da oposição.

Na interpretação das características do sistema político colombiano pelo ângulo da relação entre sociedade civil e Estado, não se verificou, portanto, uma emergência plena da instituições da poliarquia no período aqui estudado, o que inviabiliza a caracterização do regime colombiano como quase poliárquico como afirmou Dahl (2005). O que se observou, em contrapartida, foi uma maior proximidade à interpretação de Moore Jr. e Gramsci, mesmo que estes não tenham analisado o caso colombiano, em especial.

Os próprios dados eleitorais indicaram uma constante crise de hegemonia do bloco liberal-conservador, mesmo que este detivesse o poder do Estado. Faz sentido, para a realidade colombiana, a observação de Gramsci segundo a qual pode ocorrer uma situação em que um grupo ou classe social detém o controle do aparato repressivo e administrativo do Estado, mas não necessariamente alcança a hegemonia perante a sociedade, precisamente porque seu poder não têm raízes numa hegemonia ético-política no âmbito da sociedade civil. Logo, a forma de exercício do poder será o cesarismo, mas em sua forma moderna, o de coalizão. Com ele as classes dirigentes colombianas conseguiram realizar sua unidade no Estado, passo essencial para dominar e dirigir o conjunto da sociedade, mas não completaram este percurso quando se encontraram diante de pressões vindas “de baixo”, ou seja, dominaram mas não dirigiram, daí opção pelo uso de métodos repressivos para conter a oposição e permanecer no poder.

Esta sugestão da ciência política gramsciana encontra sua complementação, de acordo com a abordagem teórica aqui proposta, na sociologia da modernização de Moore Jr., tendo em vista que a opção política das classes dirigentes colombianas abortou as revoluções “vindas de baixo” e não promoveu o rompimento com as formas de domínio oriundas do mundo agrário e

da grande propriedade. Esta constatação teve duas consequências significativas para a história política colombiana: por um lado, as classes dirigentes ao se oporem à participação de setores que pressionavam o sistema permitiram a permanência de uma oligarquia no poder que impediu a própria instauração da democracia no país; por outro lado deu ensejo para a criação da principal guerrilha latinoamericana, as FARC, que viram na solução do problema agrário o meio para a realização das mudanças estruturais colombianas necessárias para uma abertura do sistema político vigente.

REFERÊNCIAS

ALAPE, A. **El Bogotazo**: memorias del olvido. Bogotá: Fundación Universidad Central, 1983.

_____. **La paz, la violencia**: testigos de excepción. Bogotá: Planeta Colombiana, 1999.

_____. El 9 de abril, asesinato de una esperanza. In: MEJÍA, Álvaro Tirado (Org.) **Nueva Historia de Colombia**. Bogotá: Planeta Colombiana, 1989. p. 33-56. v. 2.

ARANGO, J. V.; MORENO, G. R. **Libro negro de la represión 1958-1980**. 2. ed. Bogotá: Fundación para la investigación y la cultura, 1980.

ARCHER, R. P. Party strength and weakness in Colombia's besieged democracy. In: **Building democratic institutions**: party systems in Latin America. MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (Orgs.). California: Sanford University, 1995.

ARENAS, J. **Diario de resistencia de Marquetalia**. 2. ed. Bogotá: Abejón Mono, 1972.

BEDOYA, J. C. **Los paros cívicos en Colombia**. Bogotá: La Oveja Negra, 1981.

BUENAVENTURA, N. Crisis de los partidos tradicionales. **Documentos Políticos**: revista del Partido Comunista de Colombia. Bogotá, n. 90, p. 8-25, nov./dez. 1970.

BUITRAGO, F. L. Los movimientos políticos y sociales: un producto de la relación entre Estado y sociedad civil. **Análisis Político**. Bogotá, n. 13, p. 4- 34, mai./ago. 1991.

CAMARGO, A. L. Discurso al asumir la primera magistratura [7 de agosto de 1958]. Bogotá: **Revista del Banco de la República**, v. 31, n. 970, p. 914, ago. 1958.

CAMPOS, J. M. Las formas superiores de lucha en Colombia: la experiencia creadora de las masas. **Estudios Marxistas**: revista colombiana de Ciencias Sociales. Bogotá, n. 10, 1975. p. 5-13.

CÁRDENAS, C. R., El gobierno de Mariano Ospina Pérez: 1946-1950. In: MEJÍA, Álvaro Tirado (Org.). **Nueva Historia de Colombia**. Bogotá: Planeta Colombiana, 1989. p. 9-32. v. 2.

CARRIOSA, C. V. **El Frente Nacional**: su origen y desarrollo. Cali: Carvajal, 1965.

CASAS, U. **Origen y desarrollo del movimiento revolucionario colombiano**: un análisis crítico de los diversos movimientos u organizaciones denominadas revolucionarias. 2. ed. Bogotá: [s. n.], 1990.

CASTRO, J. **Constitución Política de Colombia**. 3. ed. Bogotá: Oveja Negra, 1987.

COLOMBIA. **Ley nº 68 de 16 de diciembre de 1968**. Por la cual se adopta como legislación permanente algunos decretos legislativos, se otorgan facultades al Presidente de la República y a las Asambleas, se introducen reformas al Código Sustantivo del trabajo y se dictan otras disposiciones. 18 dec. 1968. Disponible em:
<<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=31239>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

COMISIÓN DE INVESTIGACIONES AGRARIAS. Balance de la reforma agraria en el Frente Nacional. **Estudios Marxistas**: revista colombiana de Ciencias Sociales. Bogotá, n. 10, p. 65-83, 1975.

CRONOLOGIA de la resistencia. **Revista Resistencia Internacional FARC-EP**, n. 32, mai. 2004. Disponible em: < <http://farc.narod.ru/magazine/32/23s.html>>. Acesso em: 21 out. 2009.

CUELLAR, D. M. **Colombia país formal y país real**. 3. ed. Bogotá: Presencia, 1977.

DAHL, R. **Poliorquia**: Participação e Oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

DELGADO, A. El descenso huelguístico de 1968. **Documentos Políticos**: revista del Partido Comunista. Bogotá, n. 79, p. 8-18, jan./fev. 1969.

_____. Doce años de luchas obreras. **Separata de Estudios Marxistas**: revista colombiana de Ciencias Sociales. Bogotá, p. 3-64, 1975.

FARJADO, D. **Violencia y Desarrollo**. Bogotá: Colombia Nueva, 1979.

FALS BORDA, O.; GUZMÁN, G.; UMAÑA, E. **La Violencia en Colombia**. Bogotá: Taurus, 2005.

FLUHARTY, L. **La danza de los millones: régimen militar y revolución en Colombia (1930-1956)**. Bogotá: El Áncora Editores, 1978.

GALLEGO, C. M. **FARC-EP: Notas para una historia política 1958-2006**. (Tese de Doutorado) Universidad Nacional de Colombia Bogotá: 2008.

GARCÍA, J. C. **El Frente Nacional y los Partidos Políticos**. Tunja: Imprenta Departamental, 1958.

GARCÍA, F. M. **Alfonso López Michelsen: el retrato del intelectual**. Bogotá: Universidad del Rosario, 2008.

GRAMSCI, A. **Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. (Cadernos do Cárcere, v. 3).

_____. **O Risorgimento: notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. (Cadernos do Cárcere, v. 5).

GUARÍN, R. G. Colombia: democracia incompleta introducción a la oposición política. In: BARAJAS, J.; DELGADO, D. P. (Orgs.). **Proyecto integral para la modernización del sistema electoral colombiano: estudios complementarios**. Tomo II. Bogotá: Guadalupe, 2005. p. 17-242. Disponível em: <http://www.escuelavirtual.registraduria.gov.co/theme/registraduria/libroPNUD/Tomo_II/Tomo_II-TITULO_1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010.

GUZMÁN, G. **La Violencia en Colombia: parte descriptiva**. Cali: Progreso, 1968.

HENÁNDEZ, A. O. **Colombia: democracia restringida o apertura democrática?** Bogotá: CEIS, 1983.

HERNÁNDEZ, A. O. **Sindicalismo Colombiano: iglesia e ideario católico 1945-1957**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Corporación Editorial Nacional, 2009.

HURTADO, H. Sobre política de alianzas. **Documentos Políticos: revista del Partido Comunista**. Bogotá, n. 57, p. 35-40, fev. 1966.

JÍMENEZ, W. O. **Los paraestados em Colombia: fundamentación teórica y salidas políticas**. Medellín: Universidad Autónoma Latinoamericana, 2009.

KALMANOVITZ, S. El desarrollo histórico del campo colombiano. In: MELO GONZÁLEZ, J. O. (Org.). **Colombia Hoy**. Bogotá: Banco de la República, 2001. Disponível em: <<http://www.lablaa.org/blaavirtual/historia/colhoy/colo9.htm>>. Acesso em: 20 out. 2006.

KENNEDY anuncia la Alianza para el Progreso el 13 de marzo de 1961. **Departamento de Estado de Estados Unidos**. 16 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.america.gov/st/peacesec-spanish/2010/April/201004021411522aczelnog0.4915888.html>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

LEONGÓMEZ, E. P.; URUBURU, A. E. La democracia restringida em Colombia. **Estudios Marxistas**: revista colombiana de Ciencias Sociales. Bogotá, n. 21, p. 3-38, mai./ago. 1981.

LENIN, I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LIMONGI, F. Prefácio. In: DAHL, R. **Poliorquia**: Participação e Oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

LÓPEZ, R. Características de la lucha armada. **Documentos Políticos**: revista del Partido Comunista. Bogotá, n. 54, p. 1-10, out./1965.

LUJÁN, G. S. El origen Del Frente Nacional y el gobierno de la Junta Militar. In: MEJÍA, Álvaro Tirado (Org.). **Nueva Historia de Colombia**. Bogotá: Planeta Colombiana, 1989a. p. 179-210. v. 2.

_____. Lleras Camargo y Valencia: entre el reformismo e la represión. In: MEJÍA, Álvaro Tirado (Org.). **Nueva Historia de Colombia**. Bogotá: Planeta Colombiana, 1989b. p. 211-236. v. 2.

_____. Carlos Lleras y Misael Pastrana: reforma del Estado y crisis del Frente Nacional. In: MEJÍA, Álvaro Tirado (Org.). **Nueva Historia de Colombia**. Bogotá: Planeta Colombiana, 1989c. p. 237-262. v. 2.

MEJÍA, A. T. Rojas Pinilla: del golpe de opinión al exilio. In: MEJÍA, Álvaro Tirado (Org.). **Nueva Historia de Colombia**. Bogotá: Planeta Colombiana, 1989. p. 105-126. v. 2.

_____. Colombia: Siglo y Medio de Bipartidismo. In: MELO GONZÁLEZ, J. O. (Org.). **Colombia Hoy**. Bogotá: Banco de la República, 2001. Disponível em: <<http://www.lablaa.org/blaavirtual/historia/colhoy/colo6.htm>> Acesso em: 13 mar. 2003.

MOORE Jr., B. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

PCC. Otra vez el estado de sitio. **Documentos Políticos**: revista del Partido Comunista. Bogotá, n. 49, p. 1-5, mai.1965.

_____. Resolución política del décimo congreso. **Documentos Políticos**: revista del Partido Comunista. Bogotá, n. 57, p. 90-104, fev. 1966a.

_____. El estado de sitio, amenaza permanente contra el pueblo. **Documentos Políticos**: revista del Partido Comunista. Bogotá, n. 62, p. 1-8, set.1966b.

_____. Las retenciones nueva forma de reprimir el descontento popular. **Documentos Políticos**: revista del Partido Comunista. Bogotá, n. 66, p. 1-8, mar./abr. 1967.

_____. Bases para un balance de las elecciones de marzo. **Documentos Políticos**: revistas del Partido Comunista. Bogotá, n. 74, p. 1-14, abr. 1968a.

_____. La reforma Constitucional, otro golpe a la democracia. **Documentos Políticos**: revista del Partido Comunista. Bogotá, n. 78, p. 1-3, nov./dez. 1968b.

_____. Descomposición de los partidos tradicionales y avances de las luchas populares. **Documentos Políticos**: revista del Partido Comunista. Bogotá, n. 90, p. 1-10, nov./dez. 1970.

PÉCAUT, D. **Las FARC**: ¿una guerrilla sin fin o sin fines? Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2008.

PÉCAUT, D. **Conferência Las FARC. Una guerrilla, sin fin?** [1 jul. 2010] In: Las FARC. Una guerrilla, sin fin? São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/VideotecaDetalhes.aspx?IdRegistro=18>>. Acesso em: 27 set. 2010.

RANGEL, A. **Colombia**: guerra en el fin de siglo. Bogotá: Tercer Mundo, 1998.

ROSSI, Mayor G. B., **El poder militar en Colombia**: de la colonia a la contemporaneidad. Bogotá: Expresión, 1992.

RUIZ, H. R. El Frente Nacional ideología y realidad. In: GUIZADO, A. C.; RUIZ, H. R. (Orgs.) **El Frente Nacional: ideología y realidad**. Bogotá: Punto de Lanza, s/d.

SÁEZ, M. A. **Sistemas políticos de América Latina**. 3. ed. Madrid: Tecnos, 2003. v. 1.

SÁNCHEZ, G. Violencia, guerrillas y estructuras agrarias. In: Álvaro Tirado Mejía (Org.), **Nueva Historia de Colombia**, Bogotá: Planeta Colombiana, 1989a. p. 127-152. v. 2.

SÁNCHEZ, G. La Violencia: de Rojas al Frente Nacional. In: Álvaro Tirado Mejía (Org.), **Nueva Historia de Colombia**, Bogotá: Planeta Colombiana, 1989b. p. 153-178. v. 2.

TOLOZA, F. ¿Son las FARC-EP un actor político? Una mirada desde tres clásicos de la teoría política. In: GALLEGU, C. M. (Org.). **FARC-EP: temas y problemas nacionales 1958-2008**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

URREGO, M. A. **Intelectuales, Estado y Nación en Colombia**: de la guerra de los Mil Días a la constitución de 1991. Bogotá: Universidad Central-DIUC; Siglo del Hombre Editores, 2002.

VÁSQUEZ, Álvaro. **De la resitencia a la alternativa**. Bogotá: Izquierda Viva, 2004.

VIEIRA, G. Balance Electoral y perspectiva política. Informe al Pleno del Comité Central del Partido Comunista. **Documentos Políticos**: revista mensual del Comité Central del Partido Comunista Colombiano. Bogotá, p. 1-25, 13 abr. 1960.

_____. El incremento del militarismo en Colombia y la táctica del Partido Comunista. **Problemas de la paz y del socialismo**: revista teórica e informativa de la actual id internacional, ano VI, n. 4, p. 7-18, abr. 1963.

_____. Bases para un balance de las elecciones del 15 de marzo. **Documentos Políticos**: revista mensual del Comité Central del Partido Comunista Colombiano. Bogotá, n. 38 e 39, p. 1-50, mar./abr. 1964.

ANEXOS

ANEXO A – MAPA DA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO COLOMBIANO



Fonte: Mapa geoprocessado por Ana Paula Soares Machado Gulias, 2007.

ANEXO B – TEXTO DEL ACUERDO DE BENINDORM

La entrevista de los señores Laureano Gómez y A. Lleras en Benindorm, dió lugar a largas y cordiales conversaciones en que se revisaron todos los aspectos de la situación actual colombiana. Con viva y recíproca satisfacción, se declara que se ha llegado a un pleno acuerdo sobre la necesidad inaplazable de recomendar a los dos partidos históricos una acción conjunta destinada a conseguir el rápido regreso a las formas institucionales de la vida política y a la reconquista de la libertad y las garantías que ha sido el mayor orgullo patrimonial de las generaciones colombianas has la presente.

Fruto de los esfuerzos y la discusión centenaria de los partidos políticos fue la adquisición de ese patrimonio político. Ha sido destruída sistemáticamente y totalmente. El país se halla ahora reducido a la necesidad de volver a crear la república, buscando la fuente del poder en sus orígenes populares. Del tiempo anterior no subsiste organismo alguno con validez moral ni jurídica, porque, sin excepción todos fueron utilizados en la ruptura del orden constitucional o con sus actos posteriores ha tratado de cohonestarla. Sólo un esfuerzo conjunto de los partidos puede restablecer un modo de vivir en que prevaleció el afortunado equilibrio entre los derechos de los ciudadanos y la acción del estado como delegatorio de powers limitados, obligado a dar cuenta de sus actos a los representantes de la nación. El regreso a la normalidad jurídica, vivamente ansiado por todos los partidos, traerá el retorno de las fuerzas armadas a la misión que desempeñaron con honor y satisfacción el general en el tiempo inmediatamente pasado, como guardianes de los intereses internacionales y del orden interno y como ejecutores fieles de la autoridad del pueblo, y aún más todavía entre tal jefe y el conjunto de la fuerza pública, porque pone a oficiales y doldados al servicio ciego de una sola persona que abrogándose la totalid del poder, desprestigia con sus proceders autocráticos a la institución que dice representar y quira a la disciplina militar nobilísimo carácter que tiene cuando no estpa dedicada al servicio personal de un hombre sino a la tutela de la libertad y los derechos de todos los ciudadanos.

Los miembros de la generación que vivió y disfrutó los días limpios y gloriosos de la república, al hallarse bajo un régimen de duerza que no admite ni tolera discusión de sus actos, no dá informe sobre ellos, dispone y ejecuta sus decisiones sin participación de otros powers y dispersa los haberes públicos a espaldas de los contribuyentes, sienten la necesidad de resistir a la medida de las posibilidades de cada persona, a las amenazas y los halagos, y de demostrar que no es cierto que el silencio impuesto corresponda a adhesión sumisa de quines pagan la

fuerza pública como un servicio para el bien general y se encuentran de improviso, inermes y desamparados ante sus desafueros.

La conjunción de los partidos para expresar el inmenso desagrado general por la ruina de la civilidad de la Patria, es la urgencia primordial de esta hora. Atenderíase con ella al restablecimiento del considerable acervo de principios comunes, que justamente por ser comunes constituyen la estructura de nuestra república que era comparable a las mejores de la tierra. El reclamo conjunto por la pérdida de garantías indispensables para una digna vida civil, debe sustituir el mutismo ocasionado por la sorpresa.

La consideración de cuanto en el país ocurre impone un orden lógico a la conducta de los partidos. Nadie puede poner en duda que debe empezarse por la reconquista del patrimonio cívico común. Sería insensato reabrir inmediatamente la lucha por el poder entre conservadores y liberales. Se encuentra necesario y enteramente posible crear un gobierno o una sucesión de gobiernos de coalición amplia de los dos partidos, hasta tanto que recreadas las instituciones y afianzadas por el decidido respaldo de los ciudadanos, tengan fortaleza bastante para que la lucha cívica se ejercite sin temor a los golpes de estado o de la intervención de factores extraños a ella y por medio de un incorruptible sufragio cuyas decisiones sean definitivas e incontestablemente respetadas. Los partidos deben entenderse para constituir un gobierno de tales características que ponga en vigo las instituciones abolidas, manteniéndose unidos para sostenerlo hasta que el régimen civil esté libre de riesgos.

Siguen en urgencia la execración y repudio de la violencia ejercida por las armas y elementos oficiales. Sucesos inevitables requieren insistente protesta contra la impunidad que los ha cobijado. Porque en la perduración y alarmante avance del bandolerismo, atroz fenómeno de menosprecio de la moral y de las leyes, desconocido por las generaciones anteriores, podría verse la pretensión del hombre ajeno, en aldeas y caminos solitarios, al que disfrutaban quienes operan desde la capital en las alturas.

Por eso es imprescindible condenar también el abandono de las tradicionales prácticas de pulcritud y honorabilidad, desinterés y limpieza de conducta de los funcionarios del estado, que fue la mayor presea de nuestra historia política. De ninguna manera puede ser posible que esta generación heredera de las tradiciones puras, las entregue mancilladas y marchitas.

Todo colombiano debe prestar su eficaz cooperación a la grandiosa empresa de reconquista de la dignidad de la vida política colombiana. Libre de la sorpresa por las tremendas experiencias sufridas, si está, un día tras otro, alerta y listo para las acciones posibles y las abstenciones que marquen la valla entre los ciudadanos y la tiranía, quedarán deshechas las falacias de apoyo popular que se fingen con crecidas erogaciones. De las acciones y

abstenciones individuales es indudable que resultará un pujante e incontenible movimiento de conjunto que recuperará los bienes perdidos.

La fría y objetiva consideración de todos los aspectos actuales de la Patria permite indicar claramente a los colombianos que existe una solución satisfactoria para los males que padecen. Sobre la base del entendimiento amplíssimo para la imperiosa reconquista del patrimonio común, los representantes auténticos y genuinos de los partidos, oirían la sugenstión de los procedimientos que entreabren esas patrióticas perspectivas. Tales representantes los estudiarán y adoptarán llegado el caso, para dar al pueblo no sólo la reconquista de la perdida libertad sino la visión concreta del desenvolvimiento de las posibilidades de la inmensa mayoría de los colombianos para obtener un mejoramiento radical de sus condiciones de vida y para salvar el abismo que se está abriendo entre una corta clase social súbita o ilegítimamente enriquecida y una gran masa que cada día se empobrece más.

La certeza de la victoria en la campaña por la recuperación de la Patria descansa en el conocimiento de una constante, pudiera decirse, de una ley histórica, expresada en clásica síntesis inolvidable: “Colombia es una tierra estéril para la dictadura”. Es cierto que el sorprendente contubernio de factores extraños ha determinado el actual eclipse de esa ley: pero nadie ignora que tal contubernio está destinado a desmenuzarse y caer hecho polvo. Quedará confirmada una vez más la in,arcesible y gloriosa tradición colombia.

En Benindorm, 24 de Julio de 1956.

Laureano Gómez e Alberto Lleras Camargo

Fonte: CARRIOSA, C. V. **El Frente Nacional:** su origen y desarrollo. Cali: Carvajal, 1965. pp. 163-165.

ANEXO C – TEXTO DE LA DECLARACION DE SITGES

Después de un año de la entrevista de Benindorm entre los señores Laureano Gómez y Alberto Lleras ha tenido lugar otra, no menos satisfactoria que la primera, para examinar la situación existente a la caída de la dictadura y los procedimientos que podrían recomendarse para el regreso a la vigencia de las instituciones republicanas.

Estimuló el acercamiento para la primera entrevista la mutua inquietud sentida por el deshonor en que la republica se hundía bajo la opresión. Considerase que en el tal sentimiento participaba la unanimidad moral del pueblo colombiano, por lo que se estimo necesario expresar las bases para un entendimiento de los partidos a fin de recuperar la libertad y los derechos cívicos perdidos. No fue erróneo el cálculo porque el acuerdo derroco la tiranía y, como logro de vital importancia, pude reconquistarse la libertad de prensa. Con ella el país disfruta hoy de esencial derecho de manifestar su opinión. Mas, es evidente que esta aun distante la satisfacción de legítimos y esenciales anhelos del espirito republicano. El país padece actualmente de una inquietante agitación de un recrudecimiento de la violencia y de una muy aguda crisis económica, y parece preciso manifestar los requisitos esenciales para lograr que tamaños males desaparezcan.

Por tanto, principiase por declararse que ninguno de los partidos tradicionales de Colombia acepta que el delito pueda ser utilizado para su incremento o preponderancia. Los crímenes que se comenten con este fingido designio deben ser repudiados y reprimidos enfáticamente por una y otra de las colectividades, de manera constante y indudable, porque su impunidad afecta el decoro de la Republica y va en deslustre directo de los mismo partidos en cuyo servicio hipócritamente se pretenden cometer.

La tranquilidad pública no podrá establecerse mientras el país no tenga la convicción incontratable de que impera una justicia desapasionada, clarividente y firme que aniquile el lamentable fenómeno de menosprecio de la vida huma y suprima el aprovechamiento de cualquier género de delitos para enriquecimiento personal de los delincuentes.

Una tranquila certidumbre de que la paz entre los colombianos está asegurada es la condición ineludible para intentar el remedio de las grandes dificultades económicas del momento presente.

Sobre estas reflexiones aparece que, partiendo de las bases para el entendimiento de los partidos que en Benindorm se presentaron, ahora es necesarios consolidarlas y ampliarlas a fin de que Colombia restaure la Constitución, abolida por la tiranía y pueda vivir al amparo de

leyes dictadas por representantes auténticos del pueblo, aplicadas por autoridades incorruptibles en su ejecución y jueces idóneos y rectos.

La pacífica sublevación de los ciudadanos contra los abusos, violencias y peculados del tirano no ha logrado aún que rija la plenitud de la Constitución, que se suspenda el estado de sitio y se disfrute de una normalidad auténtica, pues la autoridad suprema está en depósito provisional en manos de altos oficiales de las fuerzas armadas, cuyo título precario para ejercerla nace sólo de la aquiescencia del pueblo a la voluntad manifestada por ellos de restablecer el orden jurídico. Contribuye al mantenimiento de la desconfianza y de la inquietud la observación de que la cabeza de la justicia y muchas de sus derivaciones actuales tienen el viciado origen de la sola voluntad del dictador, lo que no inspira respeto ni confianza en el poder jurisdiccional. Fuente de zozobra, todavía mayor, es la perduración de una asamblea cuya invalidez quedó demostrada por la insurrección del país entero contra sus actos. Institucionalmente tal estado es caótico, y sus consecuencias sobre la opinión no menos graves, pues no se tiene confianza en que investigaciones imparciales y exhaustivas conduzcan a los autores de una delincuencia, ampliamente denunciada en la prensa, al necesario castigo de sus ilícitos u atentados; se espera a diario una conmoción y aún se cree posible otro o sucesivos golpes de estado, pues la actual autoridad ejecutiva no tiene asiento en ninguna norma permanente; y peor aún, en ese clima de inquietud y zozobra los mantenedores de la tiranía y los que en forma sangrienta fingen combatirla, sus beneficiarios y sus cómplices están estimulando y haciendo violencia sobre sus compatriotas en el intento de defender y asegurar los nefandos intereses económicos que crearon a la sombra de la impunidad con la siniestra esperanza de que alguna forma de gobierno semejante a la derrocada los permita continuar el despojo y el crimen. Así, los mismos que ayer se afiliaron a la teoría de la dictadura, pretextando que la coexistencia de los partidos era la causa única de la violencia y que por ello su destrucción era necesaria, están ahora en la primera fila del sectarismo combatiendo su entendimiento y tratando de prolongar el desorden para justificar el advenimiento de otro tirano.

Necesitamos los colombianos, ante todo, una política de paz, mejor aún, una política que produzca la paz. Es indispensable que exista un orden constitucional en que cada persona conozca cuáles son sus derechos, cuáles sus obligaciones y cuáles las penas para quienes violen unos y otras. Los partidos están de acuerdo en que el orden sólo puede reposar sobre los preceptos constitucionales, que fueran violados. Poner en vigencia la Constitución en su integridad es el primero de nuestros deberes. Del armónico ejercicio de un gobierno controlado por los frenos de sus diversas ramas separadas nacerá la paz, y es inútil tratar de obtenerla si no existe un orden jurídico acatado por todos.

Pero, como se dijo en Benidorm, sería insensato que al acudir por el sufragio a la fuente del poder, el pueblo, se reabriera inmediatamente la lucha por el predominio entre conservadores y liberales. Las elecciones, ya inaplazables, deberían precederse de disposiciones que permitan mantener un gobierno o una sucesión de gobiernos de coalición amplia de los partidos, hasta tanto que las instituciones afianzadas por el decidido respaldo de los ciudadanos tengan fuerza bastante para que la lucha cívica se ejercite sin temor a los golpes de estado.

Nadie tiene, sin embargo, autoridad para dictar esas disposiciones, que sólo el pueblo ha de ordenar, directamente o por sus representantes. Entre ellas está, en primer término, la que establezca el equilibrio de los partidos en los cuerpos colegiados, que se ha hecho indispensable para evitar esa prematura y probablemente destructora lucha por el poder, de la cual tememos nuevas amenazas y riesgos para las instituciones debilitadas por los años de tiranía y abandono. El Congreso, con sus dos Cámaras, tal como está previsto en la Constitución, debería ser el fruto de la primera elección. Pero parece necesario que esa elección tenga un límite que sólo el pueblo puede fijar, si lo quiere: el de que ninguno de los dos partidos, para que no se distraigan los dos de la formidable tarea de reconstruir la nación destrozada, pueda tener mayoría dentro del cuerpo legislativo. Esa concesión indispensable a las condiciones lamentables en que ha quedado la república, no impediría el que los miembros todos del Congreso fueran elegidos sin restricción alguna en la escogencia por el pueblo, puesto que dentro de cada partido se votaría por el sistema de listas y de escrutinio proporcional. Pero cada partido votaría para la provisión de la mitad de las sillas de cada Cámara. Para evitar también que el control de las Cámaras quedara en manos de uno cualquiera de sus miembros, habría que establecer que las decisiones del Congreso se tomaran por una mayoría calificada superior a la mitad más uno.

Para que tal enmienda a la Carta, con obvio carácter transitorio, surta sus efectos curativos y eficaces para la pacificación total de Colombia, creemos necesario que su duración sea siquiera por el término de tres períodos de gobierno, es decir, por doce años. Extinguidas las pasiones y curadas la heridas que la lucha por el poder y el predominio de la gente violenta dentro de nuestros partidos causaron a la generación actual, se podrá volver, ya sin temor, al sistema plenamente democrático de la contienda civilizada y abierta por el predominio de las ideas de cada partido; pero, jamás, ciertamente, al criterio de hegemonía totalitaria de uno sobre el otro, que ha sido causa eficiente de nuestros recientes y tremendos desastres.

A un cuerpo legislativo así organizado, inmune al sectarismo, ha de corresponder una rama ejecutiva de coalición y cooperación de los partidos, en la que se halle limitada la facultad, hoy omnímoda, del presidente en la elección y despido de todos los funcionarios del gobierno. Un primer límite tiene que ser la urgentísima creación de una carrera de servicio civil que

suprima el concepto de que el vencedor político tiene derecho a los despojos del vencido y alterar de arriba abajo la administración pública, sustituyendo todos los empleados por los nuevos favoritos. La tragedia de cada transición de poder en Colombia ha sido esa, no por la importancia, inexistente, del cuerpo de empleados en relación con la población del país, sino porque son empleados o aspirantes quienes promueven la violencia para defender sus cargos o la desatan para adquirirlos.

A esa minoría insignificante, y sólo con ciertas excepciones, inepta, le debe el país muchos de sus dolores y puede anticipar que allí están los nuevos riesgos de otra ráfaga de violencia si no decide, de una vez, dar garantía constitucional al trabajo administrativo, hacer de esos funcionarios ciudadanos neutrales en la lucha política y crear, por fin, una carrera respetable y seria de especialistas en el manejo de los negocios públicos, cuyos deberes no se alteren por los cambios políticos y cuyo carácter no se envilezca por la sumisión doctrinaria a todas las situaciones.

El otro límite podría ser el de que el Presidente de la República, al escoger sus colaboradores en el gabinete, estuviera obligado a conservar a proporción política que tengan los partidos dentro de las cámaras legislativas.

Pero esas enmiendas previas y el retorno a las normas constitucionales, que fueron alteras abusivamente por la dictadura, requieren la aprobación del pueblo. Una nueva asamblea constituyente sería vista por éste con la más grande alarma y se temerían nuevas invasiones sobre los derechos de los ciudadanos de parte de cualquier cuerpo de emergencia como los anteriores. Por eso pensamos que el procedimiento más rápido y eficaz, y también el más democrático, para salir del caos y dar firme piso al orden constitucional y para aniquilar los repliegues y escondrijos donde se refugian los ergotistas y sofistas de la dictadura, es que tales enmiendas se lleven a la aprobación o rechazo de la opinión pública por medio de un plebiscito muy sencillo y concreto, que otorgue al sistema paritario en las corporaciones públicas y en, general, al entendimiento de los partidos, un apoyo indiscutible por la apelación a la fuente más pura del poder público. Quedará así consolidado el acuerdo de los partidos para la reconquista de su patrimonio cívico común. Realizado ese plebiscito, en el más breve tiempo, regir inmediatamente. Se convocarán las elecciones para el parlamento sobre las nuevas bases y para constituir también los cuerpos colegiados constitucionales y elegir al Presidente de Colombia.

Un plebiscito así concebido dará ocasión a los partidos, empeñados conjuntamente en explicarlo al pueblo y en defender las tesis que se han comprometido a practicar, de hacer simultáneamente una intensísima campaña de paz que deberá tener dos características: una inflexible dureza de las directivas nacionales, departamentales y locales contra los violentos,

contra los delincuentes, contra los aprovechadores del sectarismo, contra los traficantes de la muerte, que se están ocultando bajo las banderas de partido, todos los cuales han de ser excluidos y desamparados de todo apoyo y a quienes ha de negárseles la protección de las colectividades políticas para sus actos ilícitos, entregándolos sin vacilación a la justicia, y una persuasiva y constante tarea de reconciliación de los ánimos y de lucha contra el sectarismo que da tan atormentada fisonomía a nuestra nación.

Acordados los dos partidos en las bases de la enmienda constitucional enunciada, tienen perfecto derecho de solicitar al gobierno que la someta formalmente al plebiscito nacional, y el gobierno, que ha dicho que sólo aspira al restablecimiento de la normalidad, tendrá el deber de abrir al pueblo el camino para expresar su voluntad sobre esas fórmulas que ya le han propuesto y que no hay autoridad distinta que pueda ejecutar con título justo.

De lo dicho atrás, se ve claramente que todo lo que se propone a la consideración de los partidos no tiene otra meta que la de alcanzar la paz para Colombia y afianzarla perdurablemente, convirtiéndola en el primer objetivo de las dos fuerzas tradicionales de la opinión republicana. Por eso debe decretarlo el pueblo colombiano si, como pensamos, respalda unánimemente esos propósitos con los que se dio la batalla contra la dictadura y ha de concluirse la campaña decisiva de la restauración republicana. Mientras esa paz no existía, mientras haya violencia organizada o esporádica, mientras haya quienes deriven provecho de dar muerte y amedrentar a sus compatriotas o quienes hayan convertido en regular un modo de vivir belicoso y salvaje, los demás problemas colombianos no tendrán solución, comenzando por los económicos, que se afectan esencialmente por la incertidumbre y la inseguridad.

Ninguna ocasión mejor para ir al fondo de la conciencia de nuestro pueblo a pedir su apoyo para una vasta empresa conjunta de los partidos. Ella ofrece la convivencia por una generación y la democracia ordenada y respetable para las que están por venir.

Ninguna tampoco más favorable para que la junta de gobierno ejecute, con el apoyo de toda la nación, su sencillo programa de regreso a la constitución y de rescate del prestigio de las fuerzas armadas, injustamente salpicadas por actos de quienes usurpaban su representación. El pueblo debe volver a confiar, sin recelo, en sus instituciones armadas, que han de ser, como lo fueron, la suprema reserva de la república para aquellos momentos infortunados que tiene toda nación en los cuales ha de apelar al valor y abnegación de sus soldados. Pocas cosas, tal vez sólo la recuperación de la paz y el orden jurídico, se comparan en importancia en este momento a la necesidad de que desaparezca hasta el recuerdo de una disensión entre las fuerzas militares y el pueblo. Rodeadas ellas del respeto, de la admiración, del acatamiento que merecen, serán la defensa contra la anarquía, los guardianes del orden y la paz, colocadas por

encima de las controversias del régimen civil y a igual distancia de todo colombiano y de todo grupo.

Para esta tarea hay una condición inamovible: la libertad de prensa, que si sufriera la más leve disminución o recorte, haría imposible el cumplimiento de un programa recto de restauración constitucional y oral de la patria. Hasta hoy la prensa libre está reemplazando todas las demás instituciones en receso y ejecutando todas las misiones que el pueblo no ha podido aún tomar en sus manos, al través de sus representantes y agentes auténticos. Está denunciando los delitos que se cometieron y que todavía no se investigan por jueces con los poderes que requiere su ímproba acción de limpieza y de equidad. Está impidiendo que se sigan cometiendo otros nuevos, al amparo de una organización dictatorial que todavía no se ha desmontado. Trata de orientar al pueblo sobre lo que debe hacer en esta etapa confusa, y está, seguramente, ayudando a los gobernantes al hacerles oír el eco de conciencia nacional, reprimida y castigada en todas sus expresiones de inconformidad, antes del 10 de mayo. Sin esa prensa libre las posibilidades de acción eficaz de los partidos desaparecerían. La mayor obligación y la gran responsabilidad de éstos es defender con toda energía la libertad de prensa. Para ello debe constituirse una comisión bipartida del más alto nivel que vigile el pleno ejercicio de esta libertad recientemente conquistada. Tal comisión debe estar estrechamente apoyada por los escritores públicos, de tal suerte que le sea a ella factible disponer las medidas de protección indicadas cuando alguna violación de la libertad de prensa se registre.

El examen de la situación nos lleva a las conclusiones precedentes que sometemos, como ya lo hicimos otra vez, a la consideración de los partidos, en la certidumbre de que si adoptan estas recomendaciones, podrán hallar más fácil salida a la situación presente, dentro del espíritu con que han venido trabajando conjuntamente y con buen éxito. No como jefes sino como miembros de dos partidos a cuyo servicio nos hemos consagrado, estamos dispuestos a mantener el honroso y patriótico acuerdo con la seguridad de que fuera él están todos los peligros y se aleja la posibilidad de recuperación de la patria. Si los partidos no dan de sí abnegación ilimitada, servicios sin reservas, paz e instituciones a Colombia en esta hora de crisis, no podrán aspirar al respaldo de la opinión para sus demás empresas.

Ante el desasosiego que la república padece por las secuelas de la dictadura y la persistencia lamentable de los males apuntados, tiene que ser recibida con entusiasmo y júbilo la enunciación de un sistema que restablecerá inmediatamente el predominio de la constitución, dándole a los poderes públicos limpio origen en su más auténtica fuente. Quedará eliminado el motivo cardinal de la agitación partidarista; desaparecerá el temor a un desastroso vencimiento de un partido oprimido por el otro; la patria podrá contar con la cooperación de los ciudadanos

más conspicuos sin ser perturbada por exclusivismo sectario; el entendimiento de los buenos hijos del país para laborar la grandeza pública será una consecuencia obligada del nuevo planteamiento de la vida política. Semejante horizonte de justicia, de ecuanimidad, de sosiego, que reemplace prontamente la acerbía pasional y la arbitrariedad abusiva que han venido imperando, no puede dejar de conmover las buenas voluntades de los ciudadanos patriotas hasta convertirlos en eficaces servidores de una política de generosa concordia. Se presenta dicho sistema a la consideración reflexiva de los colombianos en la seguridad de que al compararlo con cualesquiera otros métodos o posibilidades de acción, resaltará su evidente excelencia. Con él es posible entrever nuevos días de grandeza nacional, de justicia perfecta e de la paz fecunda y tranquila que la equidad engendra.

Laureano Gómez e Alberto Lleras Camargo.

Fonte: CARRIOSA, C. V. **El Frente Nacional:** su origen y desarrollo. Cali: Carvajal, 1965. pp. 277-283.

ANEXO D – ANEXOS HISTÓRICOS – DIC. 1º DE 1957**Texto completo del decreto sobre Plebiscito:**

La Junta Militar de Gobierno de la República de Colombia, interpretando la opinión nacional expresada en los acuerdos suscritos por los partidos políticos, Decreta:

Artículo Unico: Convócase, para el primer domingo del mes de Diciembre de 1957, a los varones y mujeres colombianos mayores de 21 años que no estén privados del voto por sentencia judicial, para que expresen su parobación o improbación al siguiente texto indivisible:

“En nombre de Dios, fuente suprema de toda autoridad, y con el fin de afianzar la unidad nacional, una de cuyas bases es el reconocimientos hecho por los partidos políticos de que la religión católica, apostólica y romana es la de la nación y que como tal los poderes públicos la protegerán y harán que sea respetada como esencial elementos del orden social; y para asegurar los bienes de la justicia, la libertad y la paz, el pueblo colombiano, en plebiscito nacional,

DECRETA:

La constitución política de Colombia es la de 1886 con las reformas de carácter permanente introducidas hasta el acto legislativo N° 1 de 1947 inclusive, y con las siguientes modificaciones:

Artículo 1º. Las mujeres tendrán los mismos derechos que los varones.

Artículo 2º. En las elecciones populares que se efectúen para elegir corporaciones públicas hasta el año de 1968 inclusive, los puestos correspondientes a cada circunscripción electoral se adjudicarán por mitad a los partidos tradicionales, el conservador y el liberal. Si hubiere dos o más listas de un mismo partido y los puestos que a éste correspondieren fuesen más de dos, se aplicará para adjudicarlos el sistema del cuociente electoral, pero teniendo en cuenta únicamente los votos emitidos por las listas de tal partido. En las elecciones que se hagan durante el período a que se refiere este artículo en todas las circunscripciones electorales se elegirá un número par de miembros de las corporaciones públicas. Para obtener ese resultado se observarán las normas constitucionales que fijan el número de miembros de tales entidades pero aumentando un puesto cuando quiera que él sea impar. Ningún departamento con más de un millón de habitantes podrá tener menos de seis senadores ni menos de doce representantes.

Artículo 3º. En las corporaciones públicas a que se refiere el artículo anterior, la mayoría, para todos los efectos legales será de los dos tercios de los votos; pero el congreso,

por medio de ley votada por las dos terceras partes de los miembros de una y otra cámara, podrá señalar, para períodos no mayores de dos años, las materias respecto de las cuales bastará la aprobación de la simple mayoría absoluta.

Artículo 4º. Los Ministros del despacho será de libre nombramiento y remoción del Presidente de la República, quien, sin embargo, estará obligado a dar participación en el Ministerio a los partidos políticos en la misma proporción en que estén representados en la Cámaras Legislativas.

Como el objetivo de la presente reforma constitucional es el de que los partidos políticos, el conservador y el liberal, colocados en un pie de igualdad, dentro de un amplio y permanente acuerdo, tengan conjuntamente la responsabilidad del gobierno y que éste se ejerza a nombre de los dos, la designación de los funcionarios y empleados que no pertenezcan a la carrera administrativa se hará de manera tal que las distintas esferas de la rama ejecutiva reflejen equilibradamente la composición política del Congreso.

Lo anterior no obsta para que los miembros de las Fuerzas Armadas puedan ser llamados a desempeñar cargos en la administración pública.

Artículo 5º. El Presidente de la República, los gobernadores, los alcaldes y, en general, todos los funcionarios que tengan facultades de nombrar y remover empleados administrativos, no podrán ejercerla sino dentro de las normas que el Congreso para establecer y regular las condiciones de acceso al servicio público, de ascensos por méritos y antigüedad, y jubilación, retiro o despido.

Artículo 6º. A los empleados y funcionarios públicos de la carrera administrativa les está prohibido tomar parte en las actividades de los partidos y en las controversias políticas, sin perjuicio de ejercer libremente el derecho de sufragio. El quebramiento de esta prohibición constituye causal de mala conducta.

Artículo 7º. En ningún caso la afiliación política de los ciudadanos podrá determinar su nombramiento para un empleo o cargo público de la carrera administrativa o su destitución o promoción.

Artículo 8º. Los miembros del Congreso y de las Asambleas Departamentales no tendrán sueldo permanente, sino asignaciones diarias durante el término de las sesiones.

Artículo 9º. Las primeras elecciones bajo estas normas para Presidente de la República, Congreso, Asambleas Departamentales, y Consejos Municipales se realizarán durante el primer semestre de 1958.

Artículo 10º. El Presidente de la República tomará posición de su cargo el 7 de Agosto de 1958, y hasta esta fecha continuará ejerciendo la Presidencia de la República la Junta de

Gobierno integrada por el Mayor General Gabriel París, el Mayor General Delgracias Fonseca, el Contralmirante Rubén Piedrahíta, el Brigadier General Rafael Navas Pardo y el Brigadier General Luis E. Ordóñez.

El período del Congreso se iniciará el 20 de Julio de 1958 y los de las Asambleas y Consejos cuando lo determine el Congreso.

Artículo 11º. A partir del 1 de Enero de 1958 el Gobierno Nacional invertirá no menos del 10% de su presupuesto general de gastos, en la educación pública.

Artículo 12º. La Corte Suprema de Justicia estará integrada por el número de Magistrados que determine la ley y los cargos serán distribuidos entre los partidos políticos en la misma proporción en que estén representados en las Cámaras Legislativas.

Los Magistrados de la Corte serán inamovibles a menos que ocurra destitución por causa legal o retiro por jubilación.

La Ley determinará las causas de destitución y organizará la carrera judicial.

Artículo 13º. En adelante las Reformas Constitucionales solo podrán hacerse por el Congreso, en la forma establecida por el Artículo 218 de la Constitución.

Artículo 14º. Esta reforma empezará a regir inmediatamente después de conocido el resultado oficial de la votación.

Parágrafo del Artículo Único: Las votaciones a que se refiere el Artículo Único de este Decreto se reglamentarán por Decreto separado.

Este Decreto rige desde de la fecha de su expedición.

Comuníquese, publíquese y cúmplase.”

Firmado por los Miembros de la Junta Militar de Gobierno y por todos los Ministros del Gabinete Ejecutivo, fue expedido en Decreto No. 0247 de 4 de Octubre de 1957.

Fonte: CARRIOSA, C. V. **El Frente Nacional:** su origen y desarrollo. Cali: Carvajal, 1965. pp. 345-347.

ANEXO E – PROGRAMA AGRARIO DE LOS GUERRILLEROS

Compañeros campesinos, obreros, estudiantes, artesanos, intelectuales, soldados, policías y oficiales patriotas, hombres y mujeres de Colombia.

Víctimas de cinco guerras

Nosotros somos el nervio de un movimiento revolucionario que viene de 1948. Contra nosotros, campesinos del Sur del Tolima, Huila y Cauca, desde 1948 se ha lanzado la fuerza del gran latifundio, de los grandes ganaderos, del gran comercio, de los gamonales de la política oficial y de los comerciantes de la violencia.

Nosotros hemos sido víctimas de la política de "a sangre y fuego" preconizada y llevada a cabo por la oligarquía que detenta el poder.

Contra nosotros se han desencadenado en el curso de los últimos 45 años, cuatro guerras: una, a partir de 1.948; otra, a partir de 1.954; otra, a partir de 1.962; y esta que estamos padeciendo a partir de 18 de mayo de 1.964 cuando los Mandos declaran oficialmente que ese día comenzado la "Operación Marquetalia".

Hemos sido las primeras víctimas de las furias latifundista porque aquí, en esta parte de Colombia, predominan los intereses de los grandes señores de la tierra. Los intereses de los grandes señores de la tierra, los intereses más retardatarios del clericalismo, los intereses en cadena de la reacción más oscurantista del país. Por eso nos ha tocado sufrir en la carne y en el espíritu, todas las bestialidades de un régimen podrido que se asienta sobre el monopolio latifundista de la tierra. La monoproducción y la monoexportación bajo el imperio de los Estados Unidos.

Una vía cerrada

Es por eso, que en esta guerra participan contra nosotros tropas, aviones, Altos Mandos y especialistas norteamericanos. Es por eso, que se lanzan contra nosotros 16.000 hombres provistos de las armas más modernas y destructoras. Es por esto, que contra nosotros se emplea la táctica del bloqueo económico, de los cercos de exterminio, de las acometidas por aire y tierra y, por último, la guerra bacteriológica. Es por esto que el gobierno y el imperialismo yanqui, emplean cientos de millones en armas, pertrechos, pagos de espías y delatores. Es por esto, que el gobierno abonan y corrompen conciencias, matan, persiguen y encarcelan a la gente colombiana que se levanta a la lucha solidaria con nosotros y víctimas de una cruel e inhumana guerra de exterminio.

Nosotros hemos llegado en todas las partes donde había puertas para golpear, en procura de auxilio para evitar que una cruzada anticomunista, que es una cruzada antipatriótica contra nuestro pueblo, nos llevara y con nosotros a todo nuestro pueblo a una lucha armada larga y sangrienta.

Nosotros somos revolucionarios que luchamos por un cambio de régimen. Pero queríamos y luchábamos por ese cambio usando la vía menos dolorosa para nuestro pueblo: la vía pacífica, la vía la lucha democrática de masas. Las vías legales que la Constitución de Colombia señala. Esa vía nos fue cerrada violentamente y como somos revolucionarios que de una u otra manera jugaremos el papel histórico que nos corresponde, obligados por las circunstancias arriba anotadas, nos toca buscar la otra vía: la vía revolucionaria armada para la lucha por el poder.

Desde hoy, 20 de Julio de 1964, somos un movimiento guerrillero que lucha por el siguiente programa:

PRIMERO: A la Reforma Agraria de mentiras de la burguesía, oponemos una efectiva Reforma Agraria Revolucionaria que cambie de raíz la estructura social del campo colombiano, entregando en forma completamente gratuita la tierra a los campesinos que la trabajan o quieran trabajarla, sobre la base de la confiscación de la propiedad latifundista en beneficio de todo el pueblo trabajador.

La Reforma Agraria Revolucionaria entregará a los campesinos las herramientas, animales de labor, equipos y construcciones para su debida explotación económica. La Reforma Agraria Revolucionaria es condición indispensable para elevar verticalmente el nivel de vida material y cultural de todo el campesinado, librarlo del desempleo, el hambre, el analfabetismo para liquidar las trabas del latifundismo y para impulsar el desarrollo de la producción agropecuaria e industrial del país. La Reforma Agraria Revolucionaria confiscará las tierras ocupadas por los imperialistas yanquis y a cualquier título y cualesquiera que sea la actividad a la cual estén dedicadas. Tierra a quien trabaja.

SEGUNDO: Los colonos, ocupantes, arrendatarios, aparceros, terrazgueros, agregados, etc., de tierras de los latifundistas o de la nación, recibirán los títulos correspondientes de propiedad sobre los terrenos que exploten. Se liquidará todo tipo de explotación atrasada de la tierra, los sistemas de la aparcería y el arriendo en especie o en dinero por los pequeños campesinos.

Se creará la unidad económica en el campo de acuerdo con la fertilidad y ubicación de los terrenos, con un mínimo para la mejor tierra de treinta hectáreas, cuando se trate de tierras ubicadas en áreas planas y aledañas a poblaciones o ciudades y, en otras tierras, de acuerdo con

su fertilidad y red de comunicaciones. Se anularán todas las deudas contraídas de los campesinos con usureros, especuladores, instituciones oficiales y semi-oficiales de crédito.

Derecho de propiedad y servicios

TERCERO: Se respetará la propiedad de los campesinos ricos que trabajen personalmente sus tierras. Se preservarán las formas industriales de trabajo en el campo. Las grandes explotaciones agropecuarias que por razones de orden social y económico deban conservarse, se destinarán al desarrollo planificado de la producción nacional en beneficio de todo el pueblo.

CUARTO: El Gobierno Revolucionario establecerá un amplio sistema de crédito con las más amplias facilidades de pago, el suministro de semillas, asistencia técnica, herramientas, animales, aperos, maquinaria, etc., tanto para los campesinos individuales como para las cooperativas de producción que surjan en el proceso de la Reforma. Se creará un sistema planificado de irrigación una red de centros oficiales de experimentación agrotécnica.

Se organizarán servicios suficientes de sanidad para la atención completa de los problemas de la salud pública en el campo. Se atenderá el problema de la educación campesina, la erradicación total del analfabetismo y un sistema de becas para el estudio técnico y superior de los trabajadores de la tierra. Se cumplirá un vasto plan de vivienda campesina y la construcción de vías de comunicación a los centros rurales productivos.

QUINTO: Se garantizarán precios básicos remunerativos a los productos agropecuarios.

SEXTO: Se protegerán las comunidades indígenas otorgándoles tierras suficientes para su desarrollo, devolviéndoles las que les han usurpado los latifundistas y modernizando sus sistemas de cultivos.

Las comunidades indígenas gozarán de todos los beneficios de la Reforma Agraria Revolucionaria. Al mismo tiempo se estabilizará la organización autónoma de las comunidades respetando sus Cabildos, su vida, su cultura, su lengua propia y su organización interna.

Frente Único del Pueblo

SEPTIMO: La realización de este Programa Agrario Revolucionario dependerá de la alianza obrero-campesina y del Frente Unido de todos los colombianos en la lucha por el cambio de régimen, única garantía para la destrucción de la vieja estructura latifundista de Colombia. La realización de esta Reforma Agraria Revolucionaria se apoyará en las más amplias masas campesinas, las que contribuirán decisivamente a la destrucción del latifundio. Por eso, este Programa se plantea como necesidad vital, la lucha por la forjación del más amplio frente único de todas las fuerzas democráticas, progresistas y revolucionarias del país para r un

combate permanente hasta dar en tierra con este gobierno de los imperialistas yanquis que impide la realización de los anhelos del pueblo colombiano. Por eso invitamos a todos los campesinos, a todos los obreros, a todos los empleados, a todos los estudiantes, todos los artesanos, a los pequeños industriales, a la burguesía nacional que este dispuesta a combatir contra el imperialismo, a los intelectuales demócratas y revolucionarios, a todos los partidos políticos de izquierda o de centro que quieran un cambio en sentido del progreso, a la gran lucha revolucionaria y patriótica por una Colombia para los colombianos, por el triunfo de la revolución, por un gobierno democrático de liberación nacional.

Marquetalia, Julio 20 de 1964.

Firmas:

Manuel Marulanda Vélez, Isauro Yosa, Dario Lozano, Isaías Pardo, Tarcisio Guaracas, Parménides Cuenca, Roberto López, Jesús Medina, Luis Pardo, Rigoberto Lozano, Miryam Narváez, Judith Grisales, Jesús Ortiz, Rogelio Díaz, Miguel Aldana, Hernando González Acosta, Gabriel Gualteros, Miguel Pascuas, Israel Valderrama, Federico Aldana. (Siguen mas de mil firmas de campesinos).

Fonte: ARENAS, J. **Diario de resistencia de Marquetalia**. 2. ed. Bogotá: Abejón Mono, 1972. pp. 128-124.

ANEXO F – DECLARACIÓN POLÍTICA DE LA SEGUNDA CONFERENCIA GUERRILLERA DEL BLOQUE SUR

La Segunda Conferencia Guerrillera del Bloque Sur, se ha reunido para estudiar la situación política nacional y las perspectivas de la lucha revolucionaria, frente a los planes del imperialismo yanqui de apoderarse definitivamente de nuestro país, engullirse lo que queda de industria nacional, el comercio y el trabajo de todos los colombianos, suprimir por la fuerza los últimos vestigios de libertad, oprimir a un más bajo subota a todos los trabajadores de la ciudad y el campo, someternos con mayor fuerza al hambre, a la desocupación, a la miseria y al terror.

En nuestro país víctima de la “alianza para el progreso” de los imperialistas yanquis que han invertido más de un billón de dólares según la Revista Norteamericana “Fortune” los yanquis están instalando bases de agresión no solo contra nuestro pueblo, sino contra todos los pueblos latinoamericanos, si han apoderado recientemente de nuestros yacimientos de uranio en la Macarena, han instalado allí bases de cohetes, ocupan con sus aviones a reacción para bombardeo y ametrallamiento contra el movimiento guerrillero y campesino, los aeropuertos de El Dorado, Madrid, Apiay, German Olano y ahora por medio de una ley del Congreso de los Estados Unidos se han abrogado el derecho de ocupar militarmente, cuando lo estimen conveniente, cualquier país de América Latina, como los están haciendo en Santo Domingo o como lo pretendieron en Vietnam.

Frente la agresión en cadena de los imperialistas yanquis contra los pueblos de Asia, África y América Latina, se reunió la Conferencia Tricontinental de La Habana para acordar acciones solidarias del mundo democrático contra los agresores imperialistas para el impulso y desarrollo del movimiento revolucionario mundial, por la paz y el progreso de las naciones. En nuestro país, la oligarquía y el imperialismo yanqui está desencadenando una vasta ofensiva reaccionaria contra nuestro pueblo, contra todas las organizaciones obreras, contra los maestros, los estudiantes, los transportadores, pequeños industriales y comerciantes, contra los campesinos productores, contra los artesanos, contra los periódicos y periodistas independientes, contra los escritores, artistas e intelectuales progresistas, contra los hombres y mujeres de Colombia que no quieren morir de hambre.

A las huelgas y luchas reivindicativas de las masas trabajadoras, el gobierno fiel testaferro de los imperialistas responde con la fuerza de las armas, ocupa casas y locales de organizaciones sindicales y gremiales, universidades, trata de destruir a sangre y fuego toda organización popular que se alce a la lucha por mejores sueldos y salarios, sus dirigentes son

asesinados, perseguidos, apaleados o encarcelados, muchos condenados por consejos de guerra verbales, los hambrientos, los sin trabajo, los sin techo, reciben descargas cerradas de fusilería, en tanto el costo de la vida es elevado y nuevos impuestos, nuevas alzas en las matrículas, en los precios de textos de enseñanza, en los arrendamientos, en los servicios públicos de luz, agua, teléfonos, correos, etc. enmarcan un cuadro sombrío de violencia y guerra donde una cuadrilla de bandoleros instalados en el gobierno, en los mandos militares, en las juntas directivas de la banca, la gran industria, el gran comercio, la gran prensa y el capital gringo arrancan tinta en sangre de colombianos fabulosas riquezas.

En los campos colombianos los imperialistas y reaccionarios desencadenan contra el campesinado una sucia guerra de exterminio. Se la denomina guerra preventiva contrarrevolucionaria bajo los lineamientos del plan laso inspirado en la nueva filosofía de la guerra irregular que practica típicos procedimientos fascistas, "acción cívica, comunal o acción cívico-militar", dentro de una guerra sicológica por la conquista de las masas para desarrollar, luego, la táctica de guerra de guerrillas contraguerrillera.

Frente a todo lo anterior los destacamentos guerrilleros del bloque Sur, nos hemos unido en esta Conferencia y constituido las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), que iniciarán una nueva etapa de lucha y de unidad con todos los revolucionarios de nuestro país, con todos los obreros, campesinos, estudiantes e intelectuales, con todo nuestro pueblo, para impulsar la lucha de las grandes masas hacia la insurrección popular y la toma del poder para el pueblo.

Segunda Conferencia Guerrillera del Bloque Sur, constitutiva de las FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA.

Abril 25 a Mayo 5 de 1966.

Fonte: ARENAS, J. **Diario de resistencia de Marquetalia**. 2. ed. Bogotá: Abejón Mono, 1972. pp. 128-124. pp. 135-138.

ANEXO G- MANIFIESTO E PROGRAMA DE SIMACOTA

MANIFIESTO DE SIMACOTA

La violencia reaccionaria desatada por los gobiernos oligarcas y continuada por el corrupto régimen Guillermo León Valencia-Alberto Ruiz Novoa -Alberto Lleras Camargo ha sido una poderosa arma de dominación en los últimos quince años.

La educación se encuentra en manos de negociantes que se enriquecen con la ignorancia en que mantienen a nuestro pueblo; la tierra es explotada por campesinos que no tienen donde caer muertos y que acaban sus energías y las de sus familias en beneficio de las oligarquías que viven en las ciudades como reyes; los obreros trabajan por jornales de hambre, sometidos a la miseria y a la humillación de los grandes empresarios extranjeros y nacionales; los profesionales y los intelectuales jóvenes demócratas se ven cercados y están en el dilema de entregarse a la clase dominante o perecer; los pequeños y medianos productores, tanto del campo como de la ciudad, ven arruinadas sus economías ante tan cruel competencia y acaparamiento por parte del capital extranjero y de sus secuaces vende patria; las riquezas de todo el pueblo colombiano son saqueadas por los imperialistas norteamericanos.

Pero nuestro pueblo, que ha sentido sobre sus espaldas el látigo de la explotación, de la miseria, de la violencia, se levanta y está en pie de lucha. La lucha revolucionaria es el único camino de todo el pueblo para derrocar el actual gobierno de engaño y de violencia.

Nosotros, que agrupamos el Ejército de Liberación Nacional, nos encontramos luchando por la liberación de Colombia. El pueblo liberal y el pueblo conservador harán frente juntos para derrotar a la oligarquía de ambos partidos.

¡Viva la unidad de los campesinos, los obreros, los estudiantes, los profesionales y las gentes honradas que desean hacer de Colombia una patria digna para los colombianos honestos!

¡Liberación o muerte!

Ejército de Liberación Nacional

Frente Jose Antonio Galán

Carlos Villarreal

Andrés Sierra

Simacota, 7 de enero de 1965

PROGRAMA DE SIMACOTA

El ELN lucha por la plena realización en nuestra patria del siguiente programa:

1. La toma del poder para las clases populares, la instauración de un gobierno democrático y popular que libere a nuestro país de los monopolios internacionales y de la oligarquía criolla y que garantice la plena igualdad de nuestro pueblo, que otorgue plenas libertades democráticas a los sectores populares, que conceda a la mujer sus legítimos derechos, que libere las fuerzas creadoras de las masas, que garantice el respeto a la dignidad humana y el libre desarrollo de los colombianos.

2. Una auténtica revolución agraria que contemple la eliminación del latifundio, el minifundio y el monocultivo; que realice una distribución técnica y justa de la tierra a los campesinos que la trabajan; que otorgue créditos, abonos, aperos, semillas y herramientas de trabajo a los agricultores; que impulse la mecanización y la tecnificación de la agricultura, la creación de organismos adecuados de distribución que elimine los intermediarios, los especuladores y los acaparadores; que asegure la asistencia médica y educacional a los campesinos, así como el desarrollo del sistema de riego, de electrificación, de viviendas y vías de comunicación adecuadas.

Se confiscarán los latifundios de propiedad de los terratenientes y se respetarán las propiedades que benefician la economía nacional, se fomentará la creación de cooperativas de producción, distribución y consumo y de granjas estatales, se fomentará la planificación de la producción agropecuaria, buscando la diversidad de los cultivos y el desarrollo de la ganadería.

3 Desarrollo económico-industrial mediante la protección de la industria nacional, el impulso de la industria semipesada, la confiscación de los intereses imperialistas y de las oligarquías traidoras a la patria, se protegerá a los pequeños industriales y comerciantes no especuladores; mediante una planificación científica.

Se buscará la diversificación de la industrias y el desarrollo de una economía industrial basada en nuestros propios recursos, que garantice la plena utilización de nuestra mano de obra.

Nacionalización efectiva del subsuelo y de su explotación en beneficio de la economía nacional.

Elaboración y realización de un plan de electrificación, irrigación y aprovechamiento de los recursos hidráulicos del país. Comercio con todos los países del mundo, buscando el beneficio de nuestro pueblo, sin otras consideraciones que el interés colectivo.

4. Plan de vivienda y reforma urbana que garantice un hogar higiénico y adecuado para los trabajadores del campo y la ciudad y elimine la explotación de los casa-tenientes mediante la amortización a largo plazo, erradicación de los tugurios, bohíos y ranchos en la ciudad y en el campo.

5. Creación de un sistema popular de crédito que elimine a los usureros y agiotistas y fomente el desarrollo económico-industrial, agropecuario y comercial e impulse el mejoramiento del nivel de vida de los trabajadores.

6. Organización de un plan nacional de salud pública que haga posible atención médicofarmacéutica y hospitalaria a todos los sectores de la población sin gravar su economía; desarrollo de la medicina preventiva y la lucha contra las enfermedades endémicas. Creación de puestos de salud y hospitales en la ciudad y el campo. Eficaz protección a la niñez y a los ancianos y reglamentación del Seguro Social para que sirva a las necesidades de nuestro pueblo. Creación de un organismo centralizado que se encargue de proyectar y realizar los programas de salud pública.

7. Elaboración de un plan vial que sirva para articular la economía nacional y preste un servicio eficaz a las regiones densamente pobladas y con posibilidades de desarrollo económico. Centralización y planificación de este programa con el fin de evitar gastos innecesarios. Penetración de las zonas agrícolas y ganaderas; organización estatal del transporte y fijación de tarifas técnicamente estipuladas por los organismos del Estado.

8. Reforma educacional que elimine el analfabetismo y promueva la construcción de escuelas rurales y urbanas y la formación de maestros competentes. La educación será obligatoria y gratuita. Reforma de los programas de estudio para adecuarlos a las necesidades del país y a la ciencia moderna, vinculación de los estudiantes con la realidad nacional y elevación del nivel técnico de los trabajadores; nacionalización de la enseñanza superior, normalista y universitaria, buscando que la universidad cumpla su función social, que se ponga a tono con los avances científicos, que el pueblo tenga acceso a ella, que elimine el oscurantismo y el dogmatismo de las cátedras y que pueda así desempeñar el papel de vanguardia intelectual y cultural de los trabajadores colombianos. Creación de una Academia Nacional de Ciencias que unifique las exigencias y los esfuerzos del desarrollo de la investigación científica. Así mismo, se crearán comedores estudiantiles y se otorgará un amplio número de becas, se ampliará la red de bibliotecas públicas y se proveerá a los establecimientos educacionales de los materiales académicos y docentes necesarios. Se fomentará y estimulará el deporte y la cultura física. El Estado se preocupará por la defensa, el estímulo y el desarrollo de la cultura nacional, del arte folclórico popular, de la protección de escritores y artistas nacionales. Igualmente, se divulgarán con amplitud todas las manifestaciones artísticas y libertarias que revistan formas populares y democráticas de otros pueblos.

9. Incorporación de la población indígena a la economía y la cultura de la nación, respetando sus costumbres, sus tierras, su lengua, sus tradiciones y el desarrollo de su vida cultural. Otorgamiento de la totalidad de sus derechos de colombianos a la población indígena.

10. Libertad de pensamiento y de culto. Separación de la Iglesia y el Estado. Eliminación de todo tipo de discriminaciones por raza, género, origen social o creencia religiosa.

11. Política exterior independiente basada en el respeto mutuo, la autodeterminación de los pueblos y la no intervención de algún Estado en los asuntos internos de otro, oposición a toda forma de opresión y de dominación imperialista, colonialista o neocolonialista, defensa de la paz mundial y solidaridad con la lucha de los pueblos oprimidos contra sus opresores. Anulación de los compromisos que lesionen la soberanía nacional, expulsión de las misiones militares del imperialismo norteamericano. Establecimiento de relaciones diplomáticas, culturales y comerciales con todos los países del mundo sobre la base del respeto mutuo.

12. Formación de un ejército popular permanente, técnicamente dotado y disciplinado, que garantice las conquistas populares, defienda la soberanía nacional y sea el más firme apoyo del pueblo. Este ejército popular estará formado inicialmente por los destacamentos del ELN y mantendrá una férrea y constante vinculación con las masas populares, de cuyo seno han surgido sus cuadros y sus combatientes. El ejército popular defenderá los más auténticos intereses patrióticos y no será jamás instrumento de represión contra ningún pueblo del mundo.

Fonte: GUZMÁN, G. **La Violencia en Colombia:** parte descriptiva. Cali: Progreso, 1968. pp. 473-476.